



HEIDER JOSÉ BOZA

Resistir pelo mercado: A experiência de comercialização do Movimento dos Pequenos Agricultores no Mercado Popular de Alimentos em São Gabriel da Palha, Espírito Santo

São Paulo

2018

HEIDER JOSÉ BOZA

Resistir pelo mercado: A experiência de comercialização do Movimento dos Pequenos Agricultores no Mercado Popular de Alimentos em São Gabriel da Palha, Espírito Santo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

São Paulo

2018

Boza, Heider José.

B716 Resistir pelo mercado : a experiência de comercialização do Movimento dos Pequenos Agricultores no Mercado Popular de Alimentos em São Gabriel da Palha, Espírito Santo / Heider José Boza. – São Paulo, 2018.

157 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPR), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2018.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Economia agrícola – Brasil. 4. Economia agrícola – São Gabriel da Palha (ES). 5. Produtos agrícolas – Comércio – Brasil. 6. Produtos agrícolas – Comércio – São Gabriel da Palha (ES). 7. Movimentos sociais rurais – Brasil. I. Título.

CDD 338.170981

HEIDER JOSÉ BOZA

Resistir pelo mercado: A experiência de comercialização do Movimento dos Pequenos Agricultores no Mercado Popular de Alimentos em São Gabriel da Palha, Espírito Santo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Prof. Dr. Paulo Roberto Alentejano, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim, Universidade Federal do Espírito Santo

São Paulo, 18 de maio de 2018

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço primeiramente ao Movimento dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo por terem desde o princípio se colocado como aliados nessa empreitada, e ter abertos tantas portas para a realização dessa dissertação, em especial aos camaradas Raul, Leomar, Sérgio, Roseli, Deuzira e Clóvis. Agradecer também de maneira especial a todos os/as militantes que trabalham no Mercado Popular de Alimentos e que sustentam, na prática, essa experiência. A Agradecer também carinhosamente aos camponeses e camponesas que sempre me receberam muito bem em suas casas ou nas conversas no Mercado, é por vocês que enfrentamos essa conjuntura!

Gostaria também de agradecer a Escola Nacional Florestan Fernandes e ao MST por terem ousado criar um programa de mestrado para militantes dos movimentos sócias, e terem ousado ocupar o latifúndio do saber. Agradeço também a todos os dedicados e engajados professores do Programa, que acreditam nos movimentos sociais, na transformação social, e acreditam em nós, acreditam que o povo tem sim condições de fazer ciência.

Agradeço em especial a minha orientadora, profe Jana, como costume chamá-la, que me ajudou bastante e me acompanhou em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis, para mim – com minha filha pequena e com o acidente da minha companheira – mas também para ela – gestação e bebê recém-nascido. Importante ressaltar sua disponibilidade e interesse em ajudar, tendo inclusive vindo conhecer aqui no Espírito Santo o Mercado Popular de Alimentos.

Agradeço a minha companheira, Úrsula. Nesses dois últimos anos não foi nada fácil, mudanças bruscas na vida, criança pequena, noites perdidas, muito trabalho e muito companheirismo e solidariedade, para me possibilitar concluir essa dissertação, que na reta final revelou-se um verdadeiro parto normal: humanizado, mas longo e doloroso, exigindo esforço e dedicação de todo o casal, inclusive de nossa filha, Maria Flor, a quem tive que abdicar tempos importantes ao lado dela e da minha companheira, para finalizar a dissertação.

Agradeço também a minha mãe, Geni, e minha sogra, Dona Graça, que também sempre se disponibilizaram em ajudar com a Maria Flor nos momentos necessário e foram um crucial apoio quando necessário.

Agradeço a meus amigos Angelo e Scarim, pelas longas conversas que muito me ajudaram nos rumos da pesquisa.

Por fim, deixo meus agradecimentos e um salve para toda a turma Orlando Valverde, foi ótimo conviver, estudar, trocar ideia e até brigar com vocês. As longas análises de conjuntura fazem falta, saudades camaradas!

Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las.

Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês.

Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um infarto, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações.

Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês (LULA, 2018).

RESUMO

O debate sobre a comercialização da produção camponesa tem ganhado centralidade dentro dos movimentos sociais. Tais organizações entendem que uma das formas de territorialização do Agronegócio se dá pela apropriação da produção camponesa na circulação das mercadorias, através de diversas formas de transferência da renda da terra camponesa. A construção de alternativas de resistência ao mercado convencional do capital foi assumida pelo Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, em 2011, quando o movimento inaugurou, na cidade de São Gabriel da Palha-ES, o Mercado Popular de Alimentos, iniciativa pioneira dentro da organização. Essa dissertação procurou analisar o Mercado Popular de Alimentos enquanto instrumento de organização da produção camponesa. Para se alcançar esse objetivo geral, temos no percurso definir o nosso conceito de campesinato, que nos ajude a identificar o camponês da região noroeste capixaba que se organiza dentro do MPA, compreender as condições sociais e históricas do surgimento do MPA no estado do Espírito Santo, identificar as bases teórica e concretas para o surgimento do Mercado Popular de Alimentos e avaliar se a produção para o Mercado Popular tem estimulado nas famílias camponesas as condições para a Soberania Alimentar e a transição agroecológica. Como resultados pudemos entender como esse campesinato, no processo histórico de luta e resistência ao capital, se porta enquanto classe, o histórico das organizações sindicais e camponesas da região noroeste, que possibilitaram a organização do MPA no auge do neoliberalismo, e como vem se organizando desde a redemocratização, as formas de comercialização camponesa geridas pelo Estado, e como se comporta o agronegócio na Região Noroeste, de maneira específica. A presença do Mercado Popular de Alimentos na região é uma importante alternativa para os camponeses, sendo autogerido, desde sua inauguração, e se colocando como uma referência de alimento saudável e agroecológico. A organização da produção e o estímulo a transição agroecológica acontece em ritmo lento, mas à medida que o capital não dá alternativas ao campesinato da região, como na recente crise na produção do café resultante da estiagem, o Mercado Popular de Alimentos bate recorde de vendas, e junto a outras formas de comercialização alternativas estimuladas pelo MPA, se colocam como as referências a serem seguidas.

Palavras-chave: Campesinato. Comercialização Camponesa. Mercado Popular de Alimentos. Movimento de Pequenos Agricultores. Soberania Alimentar. Transição Agroecológica.

ABSTRACT

The debate on the commercialization of peasant production has gained centrality within the social movements. Such organizations understand that one of the forms of territorialization of Agribusiness is through the appropriation of peasant production in the circulation of commodities through diversified forms of transfer of peasant land income. The construction of alternative resistance to the conventional capital market was assumed by the Small Farmers Movement - MPA, in 2011, when the movement inaugurated the Popular Food Market in the city of São Gabriel da Palha-ES, a pioneering initiative within the organization. This dissertation sought to analyze the Popular Food Market as an instrument for organizing peasant production. In order to achieve this general objective, we have in the course of defining our concept of peasantry, which helps us to identify the peasant of the northwestern region of Espírito Santo, and who is organized within the MPA, to understand the social and historical conditions of the emergence of the MPA in the state To identify the theoretical and concrete bases for the emergence of the Popular Food Market and to evaluate whether production for the Popular Market has stimulated the conditions for Food Sovereignty and the agroecological transition in the peasant families. As results we can understand how this peasantry, in the historical process of struggle and resistance to capital, behaves as a class, the history of the trade union and peasant organizations of the northwest region, which made possible the organization of the MPA at the height of neoliberalism, and how it has been organized since the re-democratization, the forms of peasant marketing managed by the State, and how agribusiness behaves in the Northwest Region, in a specific way. The presence of the Popular Food Market in the region is an important alternative for the peasants, having been managed since its inauguration by the peasants themselves, becoming a reference for those who seek healthy and agroecological food. The organization of production and the stimulation of the agroecological transition goes slowly, but as capital does not give an alternative to the peasantry of the region, as in the recent crisis in coffee production resulting from drought, the Popular Food Market is set to record of sales, and along with other alternative forms of marketing stimulated by the MPA, stand as the references to be followed.

Keywords: Peasantry. Peasant Marketing. Popular Food Market. Movement of Small Farmers. Food Sovereignty. Agroecological Transition.

RESUMEN

El debate sobre la comercialización de la producción campesina ha ganado centralidad dentro de los movimientos sociales. Tales organizaciones entienden que una de las formas de territorialización del Agronegocio es la apropiación de la producción campesina en la circulación de las mercancías, a través de varias formas de transferencia de la renta de la tierra campesina. La construcción de alternativas de resistencia al mercado convencional del capital fue asumida por el Movimiento de Pequeños Agricultores - MPA, en 2011, cuando inauguró, en la ciudad de São Gabriel da Paja-ES, el Mercado Popular de Alimentos, iniciativa pionera. Esa disertación trató de analizar el Mercado Popular de Alimentos como instrumento de organización de la producción campesina. Para alcanzar ese objetivo general, tenemos en el recorrido definir nuestro concepto de campesinado, que nos ayude a identificar al campesino de la región noroeste capixaba que se organiza dentro del MPA, comprender las condiciones sociales e históricas del surgimiento del MPA en el estado, identificar las bases teórica y concretas para el surgimiento del Mercado Popular de Alimentos y evaluar si la producción para el Mercado Popular ha estimulado en las familias campesinas las condiciones para la Soberanía Alimentaria y la transición agroecológica. Como resultados pudimos entender cómo ese campesinado, en el proceso histórico de lucha y resistencia al capital, se porta como clase, el histórico de las organizaciones sindicales y campesinas de la región noroeste, que posibilitaron la organización del MPA en el auge del neoliberalismo, cómo están organizados desde la redemocratización, las formas de comercialización campesina gestionadas por el Estado, y cómo se comporta el agronegocio en la Región Noroeste. La presencia del Mercado Popular de Alimentos en la región es una importante alternativa para los campesinos habiendo sido autogestionado desde su inauguración, colocándose como referencia de alimento sano y agroecológico. La organización de la producción y el estímulo a la transición agroecológica ocurre a ritmo lento, pero a medida que el capital no da alternativa al campesinado de la región, como en la reciente crisis en la producción del café resultante del estiaje, el Mercado Popular de Alimentos bate récord de ventas, y junto a otras formas de comercialización alternativas estimuladas por el MPA, se colocan como las referencias a seguir.

Palabras-clave: Campesinado. Comercialización Campesina. Mercado Popular de Alimentos. Movimiento de Pequeños Agricultores. Soberanía Alimentaria. Transición Agroecológica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01–	Município de São Gabriel da Palha	15
Mapa 02 –	Produção de café conillon: quantidade produzida e estrutura fundiária (2006)	17
Mapa 03 –	Processo de Expansão colonial e perda dos territórios indígenas (1850 – 1900)	57
Mapa 04 –	Principais Vetores de de ocupação no Norte e Noroeste do Espírito Santo.....	62
Mapa 05 –	Zona indicada para reflorestamento em escala econômica.....	69
Gráfico 01 –	Café: área colhida (ha) no Espírito Santo (1950 – 2006)	74
Gráfico 02 –	Espírito Santo: Área colhida (ha) das principais culturas agrícolas – 1950 – 2006.....	80
Mapa 06 –	Estrutura fundiária do Espírito Santo (1996)	81
Mapa 07 –	Divisão territorial do trabalho da produção agropecuária do Espírito Santo (2006)	82
Figura 01 –	Diagrama do Programa Fome Zero	91
Mapa 08 –	Localização dos CEASAs e principais rodovias de escoamento e distribuição de alimentos Hortifrutis no ES.....	98
Mapa 09 –	Municípios de origem e de destino dos produtos comercializados no CEASA (2010)	100
Gráfico 03 –	Produtos adquiridos e valores, alocados na Modalidade Compra com Doação Simultânea – CDS/Executor Município (2009)	106
Gráfico 04 –	Alimentos fornecidos ao PAA pelas entidades APAAGES e CPC – São Gabriel da Palha (2015)	108

Mapa 10 – Regiões Noroeste e Centro-Oeste do Espírito Santo	119
Figura 02 – Mesa com doces e biscoitos – Mercado Popular de Alimentos (2018)	123
Figura 03 – Gondola com pães, bolos, biscoitos e roscas – Mercado Popular de Alimentos (2018)	123
Figura 04 – Gondola com pó de café, farinha, doces, açúcar mascavo, rapadura, melado de cana e mel – Mercado Popular de Alimentos (2018)	124
Figura 05 – Cachaça Orgânica Crioula – Mercado Popular de Alimentos (2018)	125
Figura 06 – Produtos frescos – Mercado Popular de Alimentos (2018)	125
Figura 07 – Frutas frescas – Mercado Popular de Alimentos (2018)	126
Figura 08 – Freezer com hortaliças, frutas e pimenta – Mercado Popular de Alimentos (2018)	126
Figura 09 – Prêmios recebidos pelo Mercado Popular (2018)	127
Gráfico 05 – Variação das vendas do Mercado Popular de Alimentos – 2015 – 2017	129
Figura 10 – Café Bourbon – Vila Valério (2018)	138
Figura 11 – Pó de café, doces, compotas – Agroindústria caseira – Vila Valério (2018)	139
Figura 12 – Experiência de agroindustrialização de massas a partir do Mercado Popular de Alimentos – Vila Valério (2018)	142
Figura 13 – Experiência de agroindustrialização de massas a partir do Mercado Popular de Alimentos – Vila Valério (2018)	143
Figura 14 – Experiência de agroindustrialização de massas a partir do Mercado Popular de Alimentos – Vila Valério (2018)	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produção de café no Brasil (2006)	74
Tabela 02 – Dinâmica Demográfica 1950 – 2010: Evolução da população rural e urbana	77
Tabela 03 – Dinâmica Demográfica 1960 – 2006: Evolução da População Economicamente Ativa nos setores da economia capixaba (%)	78
Tabela 04 – Espírito Santo: Área de estabelecimento por grupo de área - 1960 – 1980 .	79
Tabela 05 – Árvores plantadas (área) no Espírito Santo (1970 – 2007)	80
Tabela 06 – Gêneros alimentícios de São Gabriel da Palha comercializados pelo CEASA Cariacica (2014 – 2017)	102
Tabela 07 – Gêneros alimentícios de São Gabriel da Palha comercializados pelo CEASA Noroeste (2014 – 2017)	103
Tabela 08 – Evolução do PAA por montante financiado e agricultores beneficiados (2003 – 2011)	105
Tabela 09 – Dados PAA CONAB de São Gabriel da Palha (2011 – 2015)	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARES	Associação de Crédito e Assistência Rural
ANAP	Asociación Nacional de Agricultores Pequeños
APAAGES	Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Espírito Santo
CEASA	Centrais de Abastecimento do Espírito Santo
CEB	Comunidade Eclesial de Base
COOABRIEL	Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel
CODES	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPC	Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Espírito Santo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FAES	Federação da Agricultura do Espírito Santo
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FECODE	Federação das Cooperativas para o Desenvolvimento
FINDES	Federação das Indústrias do Espírito Santo
GERCA	Grupo Executivo de Recuperação Econômica
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Método e metodologia	21
2	A COMPREENSÃO DO PENSAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA ACERCA DA COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA	27
2.1	Introdução	27
2.2	A comercialização camponesa nos clássicos	28
2.3	Conceito de campesinato	36
2.4	Da renda da terra a monopolização dos territórios camponeses	42
3	A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO CAMPESINATO E DO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO	53
3.1	Introdução.....	53
3.2	Do vazio demográfico a Revolução Verde	54
3.2.1	O Vazio demográfico e zona tampão	54
3.2.2	Os projetos de colonização e a formação do campesinato na região Noroeste.	57
3.3	Ciclos históricos no processo de formação e organização da produção camponesa	62
3.3.1	Primeiro Ciclo Histórico: A erradicação dos cafezais, a Ditadura Militar e a Revolução Verde	62
3.3.2	Segundo Ciclo Histórico: As redefinições do território capixaba, a redemocratização e o surgimento do MPA	76
3.3.3	Terceiro Ciclo Histórico: A necessidade da reafirmação camponesa, as Políticas Públicas e o desafio da produção de alimentos	90
4	O MERCADO POPULAR DE ALIMENTOS DE SÃO GABRIEL DA PALHA	117
4.1	Introdução	117
4.2	A Construção Política do Mercado Popular de Alimentos	118
4.3	Caminhos e Contradições do Mercado Popular de Alimentos	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS.....	152

1 INTRODUÇÃO

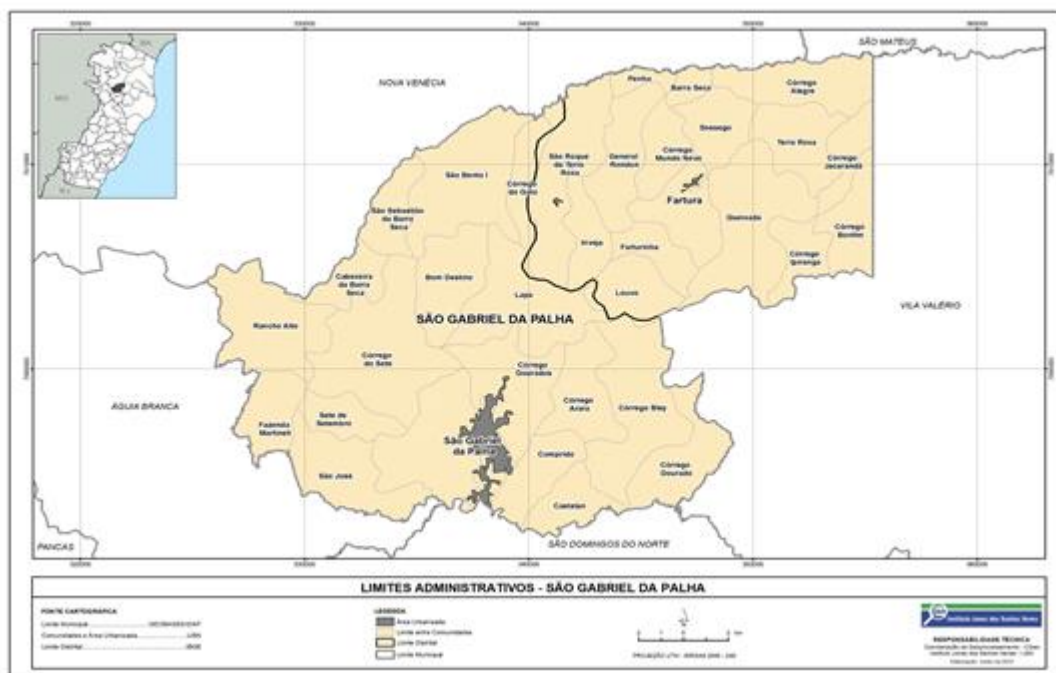
No ano de 2009, após processo interno de debates e reflexões, o MPA lança suas bases políticas para a construção de um plano que atenda as demandas históricas do campesinato enquanto classe social. A esse projeto de desenvolvimento chamou-se Plano Camponês.

Este audacioso plano, protagonizado pela classe camponesa, tem como objetivo articular um conjunto de ações numa estratégia de fortalecimento da Agricultura Camponesa, preservação do meio ambiente, produção de alimentos saudáveis e abastecimento popular (PLANO CAMPONÊS, 2012, p. 05).

No estado do Espírito Santo, experiências de transição agroecológica e iniciativas de comercialização popular vêm ganhando força nos últimos anos, protagonizados por movimentos camponeses, como o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Dessas iniciativas podemos destacar o projeto de compra direta “cesta cheia”, a micro usina de beneficiamento de cana e produção de energia, as feiras populares, e o mais antigo deles, o Mercado Popular de Alimentos. Ambas iniciativas se desenvolveram e se fortaleceram no bojo das formulações do Plano Camponês.

O Mercado Popular de Alimentos é fundado na cidade de São Gabriel da Palha, região noroeste do Espírito Santo, berço do MPA e região de forte presença histórica do campesinato.

Mapa 01 – Município de São Gabriel da Palha (ES)



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.

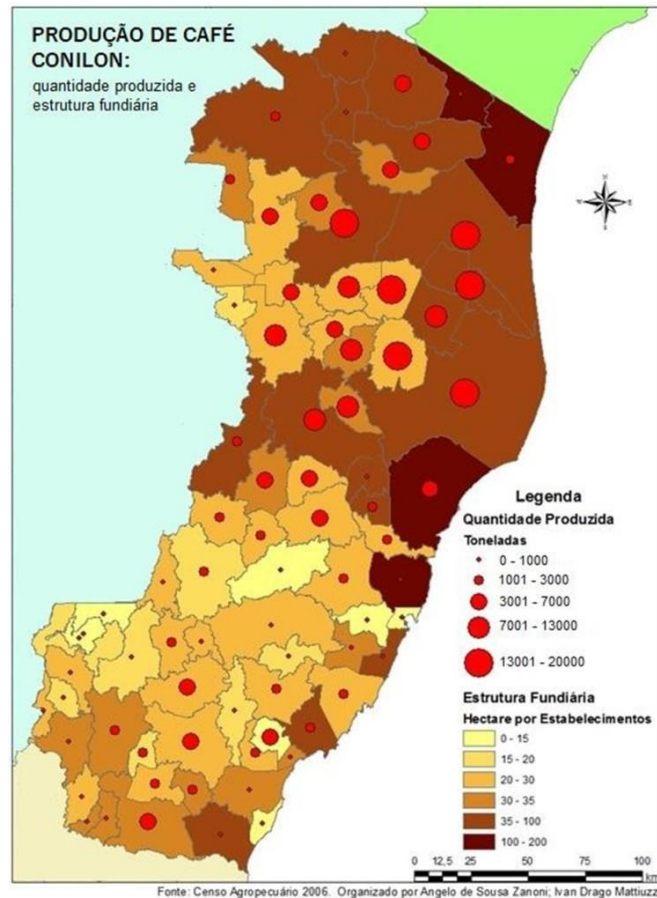
De acordo com Três (2016), o Mercado Popular de Alimentos foi construído objetivando-se: 1. Incentivar para a diversificação nas propriedades camponesas; 2. Garantir a comercialização da produção; 3. Garantir renda para as famílias camponesas; 4. Garantir renda para a juventude camponesa e para as mulheres; 5. Comercializar produtos alternativos e; 6. Ter mecanismo de registro e distribuição de sementes, raças e mudas.

Dessa forma, o Mercado Popular se constrói como uma iniciativa que visa garantir a soberania camponesa sobre todo o processo produtivo: produção-distribuição-troca-consumo, garantindo assim as condições materiais da reprodução social do campesinato, logo, o que perpassa também a soberania alimentar das famílias camponesas. A diversificação e a produção camponesa de alimentos tornam-se um desafio para o MPA nessa região, pois esse território camponês é ocupado pelo agronegócio com as monoculturas do café *Conillon*.

Segundo Zanoni (2015), no que diz respeito a evolução fundiária da região norte do Espírito Santo, principalmente na região extremo norte, observa-se que a presença de propriedades de até 100 hectares   maior, contudo, a área ocupada por eles é menor, de até no máximo 20% do território. Já a região noroeste, onde se localizam os municípios responsáveis pela produção vendida no Mercado Popular – São Gabriel da Palha, Vila Valério,  guia Branca e Pancas – as propriedades com até 100 hectares representam mais de 95% do território, e ocupam uma área de 65%, ou seja, pode-se considerar a região noroeste do Espírito Santo um território eminentemente camponês.

No entanto, nessa região de forte presença camponesa, a produção cafeeira, ou melhor dizendo, o agronegócio do café, se territorializa sob os territórios camponeses, como pode ser observado no mapa baixo, produzido por Zanoni e Matiuzzi (2015) com base no Censo Agropecuário de 2006 do IBGE:

Mapa 02 – Produção de café conilon – Espírito Santo: quantidade produzida e estrutura fundiária (2006)



O debate da soberania alimentar tem sido encarado pelo MPA em suas formulações e nas suas lutas mais recentes. No estado do Espírito Santo esta luta materializa-se na construção do Mercado Popular. Segundo Vinha e Schiavinatto (2015), o debate sobre a soberania alimentar possibilitou aos movimentos camponeses a expansão do seu escopo reivindicatório. O MPA aponta para a necessidade da luta e da construção da soberania alimentar no Plano Camponês:

É um direito dos povos, nações ou uniões de países, definirem suas políticas agrícolas e alimentares sem nenhuma interferência de terceiros, produzir, a proteção e regulação da produção nacional agropecuária, bem como de práticas de mercado como o dumping, de excedentes agrícolas e importação a baixos preços. A soberania alimentar organiza a produção e o consumo de alimentos saudáveis de acordo com as necessidades das comunidades locais, dando prioridade para o consumo local e doméstico. Reconhece os direitos das mulheres camponesas e defende que todo o campesinato deve ter acesso à terra, água, sementes, recursos produtivos e serviços públicos adequados à sua realidade. Seus princípios rompem com a lógica neoliberal de tratar o alimento e a agricultura em si mesma

como uma mercadoria, e colocam a alimentação como uma questão de estado e a autossuficiência alimentar considerada central para a soberania nacional [...] (MPA, 2012, p. 20).

A soberania alimentar enquanto política pública e social que garanta a produção de alimentos necessários para garantir a sobrevivência da população, torna-se no atual momento histórico, uma bandeira de suma importância para os movimentos camponeses.

O Mercado Popular de Alimentos ganhou especial atenção do Movimento dos Pequenos Agricultores, pois possibilita o fortalecimento de experiências alternativas ao modelo do capital no âmbito da circulação das mercadorias, na garantia do território camponês e fortalecendo também a transição agroecológica e a Soberania Alimentar.

Passando-se sete anos do início da construção dessa experiência de comercialização alternativa, e contando atualmente com cerca de 180 famílias organizadas majoritariamente em quatro municípios da região noroeste do Espírito Santo: São Gabriel da Palha, Vila Valério, Águia Branca e Pancas, foi colocado a necessidade de uma análise crítica em relação ao Mercado Popular de Alimentos, se o mesmo tem alcançado seus objetivos, e se tem de fato se consolidado enquanto instrumento de fortalecimento do Plano Camponês, dos territórios camponeses e de construção de uma alternativa para a comercialização.

A partir dessas reflexões iniciais, entendemos como sendo o objetivo e o problema central a ser respondida por esta pesquisa:

“Analisar o Mercado Popular de Alimentos enquanto instrumento para a organização da produção e da comercialização camponesa.”

Os objetivos específicos da pesquisa, que contribuem para a interpretação e alcance do objetivo geral, são:

- Definir nosso conceito de campesinato, que possibilite compreender qual é o camponês que se organiza dentro do MPA e que vive no noroeste do Espírito Santo;
- Compreender as condições sociais e históricas para o surgimento e desenvolvimento do MPA na região noroeste do Espírito Santo;
- Identificar as bases teóricas e concretas que propiciaram o surgimento do Mercado Popular de Alimentos;

- Avaliar se a produção para o Mercado Popular tem estimulado junto aos grupos de base e as famílias camponesas, as condições para a soberania alimentar e a transição agroecológica.

Esta pesquisa foi subdividida entre a metodologia e a fundamentação teórica – capítulos 1, 2 e parte do 3 – e o estudo de caso – capítulo 4.

No capítulo um procuramos fundamentar o método e as metodologias de análise a campo, ressaltando e procurando debater as questões e os cuidados que margeiam essa pesquisa: seu caráter participante - embora não seja essa a metodologia principal adotada -, o envolvimento com os sujeitos da pesquisa, que tipo de análise dos dados intencionalizamos em expor, e o cuidado com essas informações, tendo em vistas que estaríamos expondo informações internas de movimentos social e tempos de ataque aos Direitos Humanos, inclusive o contexto acadêmico onde esta pesquisa se encontra, a Escola Nacional Floresta Fernandes, recentemente atacada. Tais questões não poderiam passar em branco no desenvolvimento desses estudos.

No capítulo dois partimos do debate acerca do campesinato, pois trata-se de um vasto debate teórico, mas nossa dúvida era de que em medida, este debate nos possibilitaria compreender e problematizar de fato qual sujeito estávamos falando. Qual concepção de campesinato os movimentos sociais reivindicam para si? A busca dessas respostas se deu partindo de autores clássicos, mas com importantes contribuições do brasileiro José de Souza Martins e do contemporâneo Armando Bartra, e nossa compreensão se deu em torno da classe social.

A partir desse entendimento do campesinato, se portando enquanto classe os processos históricos, retornamos aos autores clássicos da questão agrária, para buscar suas análises e considerações acerca de comercialização camponesa. Desta forma nos esforçamos em interpretar qual era o debate que se fazia acerca desse tema em seus determinados contextos históricos, e de que forma poderíamos interpretar e lidar com essas questões na atualidade, olhando para as experiências possíveis em nosso tempo histórico, com especial destaque o Mercado Popular de Alimentos

Por fim, ainda no capítulo dois, buscamos a Economia Política para entender as formas clássicas de dominação dos territórios camponeses pelo capitalismo, para entendermos como se deu o controle da produção e da comercialização camponesa, e com base nisso,

compreender as sofisticadas formas de dominação atual e os desafios então colocados para os camponeses.

No capítulo três apresentamos, a partir de estudos geográficos e sociológicos já desenvolvidos, como se deu a formação sócio espacial da região noroeste do Espírito Santo. Por meio dos ciclos históricos, aprofundamos o desenvolvimento social do campesinato e da produção camponesa na região. O entendimento da formação desse território foi importante não apenas pela centralidade do objeto pesquisado, mas também por ser o berço do Movimento dos Pequenos Agricultores no Espírito Santo, processo histórico que também nos foi muito caro entender, pois sem compreender melhor esse movimento, que ainda possuía muito pouco de sua história local sistematizada, provavelmente não alcançaríamos os objetivos dessa pesquisa, e não poderíamos ter tido a clareza necessária para analisar criticamente o Mercado Popular de Alimentos.

As entrevistas em campo já se deram já no capítulo 3, pois muitas das informações necessárias para compreensão do processo histórico de resistência de organização do campesinato no norte do estado, não se encontravam sistematizadas, então foi necessário um processo de história oral com que vivenciou esse tempo histórico.

Entretanto o estudo de caso in loco do Mercado Popular de Alimentos se deu de fato no capítulo 4. Nesse capítulo interpretamos e analisamos as informações coletadas na pesquisa de campo, a partir das entrevistas nas comunidades, com as famílias camponesas, nas visitas de suas propriedades e também nas análises e nos bancos de dados gerados pela coordenação do Mercado Popular. Ao final, esperamos ter alcançado nosso objetivo geral e os objetivos específicos, e ter construído o entendimento do que seria essa experiência comercialização camponesa, autônoma e autogerida pelo movimento social, apontando suas debilidades e contradições, mas também os aprendizados e acúmulos desse processo pioneiro.

Por fim, concluímos que o Mercado Popular de Alimentos é uma iniciativa que carrega em si as debilidades de uma experiência inovadora, de desafio de autoconstrução de alternativas concretas para um campesinato que se porta no processo histórico enquanto classe, mas que necessita suportar o aprofundamento das contradições do capital nas suas condições de vida. Por outro lado, o Mercado Popular carrega consigo o histórico das experiências vitoriosas ou não, mas ricas em conteúdo, que a classe camponesa desenvolveu no decorrer de sua história, e em especial no século XX. Para que essa experiência não se perca na história, o aprofundamento da organização da produção, e sua irradiação enquanto

instrumento de autonomia precisam ser melhor analisados e medidas suas possibilidades de contribuição histórica, que podem ser muitas.

1.1 Método e metodologia

O método que foi adotado como a opção para o desenvolvimento da presente pesquisa foi o Materialismo Histórico e Dialético, pois conforme passagem da Cartilha do 2º Seminário O MST e a Pesquisa, “este método é mais desejável, cientificamente mais profundo e historicamente mais pertinente.” (II Cartilha O MST e a Pesquisa, 2007, p. 68). A opção por este método implicou outras decisões relativas aos principais autores e conceitos que vão nortear o desenvolvimento da pesquisa, além dos procedimentos metodológicos mais direcionados aos trabalhos de campo. Fernandes, no documento síntese do 1º seminário O MST e a Pesquisa, diferencia:

As questões teóricas referem-se aos autores que utilizamos como referências para construir nossa compreensão a respeito dos temas que nos propomos estudar. É por meio das correntes teóricas, ou seja, da leitura de diferentes obras, que elaboramos nossos pensamentos acerca da questão estudada. Desse modo, é preciso que haja coerência com relação às correntes de pensamento. Essa é uma condição fundamental para a realização da análise crítica do problema pesquisado.

As questões metodológicas referem-se aos procedimentos que precisamos utilizar na execução da pesquisa. Esses procedimentos compreendem parâmetros, técnicas e instrumentos. Os parâmetros são definidos de acordo com os objetivos do projeto e podem ser compreendidos por amostras, sequências etc. Do mesmo modo, as técnicas são compreendidas pela realização de entrevistas, aplicação de questionários, pesquisa documental, entre outras [...] (FERNANDES, 2001, p. 05).

Como referencial para compreensão dos múltiplos conceitos e interpretações acerca do campesinato, seguimos o caminho percorrido por Guzmán e Molina (2005), que propõe um estudo dos clássicos que pensaram a questão agrária, como Lênin, Kautsky e Chayanov, passando por autores contemporâneos de grande relevância teórica para estes debates, como Theodor Shanin e Armando Bartra Vergués, que também muito contribuíram para o estudo da realidade atual.

Seguindo esse “percurso conceitual” traçado Guzmán e Molina, mas também tendo como referencial as análises paradigmáticas de Felicio (2011) e Fernandes (2013), buscamos os autores conceituais do campesinato da questão agrária brasileira – José de Souza Martins,

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Horácio Martins de Carvalho - suas análises históricas e leituras dos processos de comercialização desenvolvidos pelo campesinato, que é o nosso tema central nesta pesquisa.

Para a compreensão do processo de ocupação e de formação territorial do estado do Espírito Santo, e em especial a região noroeste, utilizamos os estudos com leituras recentes e atualizadas sobre esse processo de ocupação, como dissertações produzidas na Universidade Federal do Espírito Santo, no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Geografia que pôde nos orientar nas pesquisas, por tratarem-se de estudos sobre a formação do campesinato na mesma região pesquisada, como a dissertação de Daré (2010), Bernardo Neto (2012) e Zanoni (2015) e Lucci (2013).

Também buscamos interpretações atuais em fontes dos próprios movimentos sociais, como o livro *A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo*, lançado pelo MST no ano de 2005, onde pode-se encontrar análises sobre o desenvolvimento da economia e sobre a formação do campesinato capixaba, ou em uma série de textos e formulações ainda sem publicação de importantes intelectuais orgânicos e dirigentes sociais, como Derly Casali, profundo estudioso da organização política do campesinato capixaba. As entrevistas com lideranças da região noroeste também foram determinantes para o trabalho de resgate da formação desse território e da nossa história camponesa regional.

Nos estudos para o amadurecimento da compreensão e da aplicação do Materialismo Histórico e Dialético usamos eminentemente Marx com suas obras *Introdução à Crítica a Economia Política*, *O Capital* e *A Ideologia Alemã*, escrito em parceria com Engels. Seguindo a tradição de autores marxistas que formulam seus debates em torno do método materialista e dialético, temos Henry Lefebvre, com *El Materialismo Histórico Dialecto*.

Como orientação metodologia que mais poderia contribuir para se alcançar os objetivos propostos na pesquisa, foi escolhida o estudo de caso. Triviños, em seu livro *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais* (1987), tipifica ao menos três categorias de estudo de caso, dentre elas optamos pelo estudo de caso histórico-organizacional:

O interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição. A unidade pode ser uma escola, uma universidade, um clube etc. O pesquisador deve partir do conhecimento que existe sobre a organização que deseja examinar. Que material pode ser manejado, que está disponível, ainda que represente dificuldades para seu estudo. Isto significa que existem arquivos que registraram documentos referentes à vida da instituição, publicações, estudos pessoais com os quais é possível realizar entrevistas etc. Esta informação

prévia necessária é básica para delinear preliminarmente a coleta de dados (TRIVIÑOS, 1987, p. 134-135).

Vale ressaltar que o autor entende a coleta de dados não só como o material colhido em campo ou em gabinete, de caráter quantitativo, mas sim as informações colhidas em falas, anotações de campo, observações participativas entre outros, ou seja, dados de caracteres qualitativos também. Triviños faz ainda uma ressalva sob o ponto de vista da pesquisa chamada por ele de marxista, ou Materialista Histórica e Dialética,

Os marxistas afirmam que existe uma relação necessária entre a mudança quantitativa e a mudança qualitativa. E esta, com o sabemos, resulta das mudanças quantitativas que sofrem os fenômenos. Mas a qualidade do objeto não é passiva. As coisas podem realizar a passagem do quantitativo ao qualitativo, e vice-versa.

O referido problema dicotômico comentado no espaço da pesquisa qualitativa, apoiado nos referenciais teóricos básicos, marxismo, fenomenologia e ainda no estrutural-funcionalismo [...], estritamente não existe. Toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa (TRIVIÑOS, P. 118, 1987).

E justamente esse o percurso e a metodologia que procuramos aplicar, uma vez que, lidamos no estudo de caso, com uma organização que possui dados quantitativos internos, que careciam de análises qualitativas, pois sua mera observação quantitativa nos dariam respostas que não necessariamente refletiam a realidade e todo o universo em torno do Mercado Popular. Às relações históricas entre as famílias e o movimento social, a soberania alimentar, a transição agroecológica, não se revelam nos dados numéricos, precisam ser extraídas das conversas, entrevistas, e daí também serem quantificadas para análise da totalidade das relações construídas em torno do Mercado Popular.

Uma pesquisa de método Materialista Histórico e Dialético, com foco na análise qualitativa dos dados a partir do estudo de caso de uma determinada organização social, não pode ser feita sem a prática do trabalho de campo. O geógrafo Bernard Kaiser traz uma série de elementos metodológicos e conceituais para se pensar uma pesquisa de campo que articule os fatos locais aos acontecimentos gerais, “[...] somente o estudo da inserção do subsistema local no meta-sistema pode dar um sentido à análise local. Logo, à pesquisa de campo” (KAISER, 2006, p. 102).

A opção pelo trabalho de campo também demonstra uma opção política sobre a pesquisa a ser desenvolvida. “As escolhas feitas a respeito da doutrina, dos métodos e dos

objetivos da pesquisa determinam diretamente a utilidade social desta [...]” (KAISER, 2006, p. 103). Tendo em vista que na atualidade os trabalhos de campo, mesmo nas áreas das ciências sociais, muitas vezes geram informações de relevante importância local, como dinâmica social de uma comunidade, cultura, política, atividade econômica e renda, é extremamente necessário se ter compromisso com as informações geradas, para que não sejam apropriadas pelos que querem que experiências construídas pelos movimentos sociais sejam combatidas e anuladas.

Assim, é importante ressaltar, que muitos dos dados coletados em entrevistas e as informações quantitativas fornecidas pela coordenação do Mercado Popular, foram analisadas e comentadas no texto da pesquisa, porém não serão expostas de forma bruta. Boa parte dos dados quantitativos são internos e nunca foram publicados, e mesmo que tenhamos recebido a autorização da pesquisa por parte do movimento, esse exercício da responsabilidade sobre a informação gerada não deve descuidada.

Mas reforçamos que essa postura de forma alguma impossibilitou a busca pelos objetivos da pesquisa, nem comprometeu o desenvolvimento da mesma, a não exposição de certas informações não acarretou a não identificação das contradições, por exemplo, nem a análise dessas contradições e apontamentos de pontos a serem fortalecidos.

A opção por uma pesquisa eminentemente de campo, feita com os “pés” no chão, também vem ao encontro ao que pensa Bernard Kaiser, em referência ao dirigente político chinês Mao Zedong, sobre a necessidade de articulação dos fenômenos locais aos gerais, calçada no método marxista de compreensão da realidade vista de maneira articulada, enquanto totalidade, mas também na necessidade da organização política, dos dirigentes sociais, e por que não, do pesquisador, de estarem em constante diálogo com as bases. Por que não uma pesquisa realizada em constante diálogo com as bases sociais, ou como dito no âmbito acadêmico, aos sujeitos ou objetos da pesquisa?

[..] um estudo em compartimentos estanques, que pode ser muito completo, muito rico, muito bonito, como se diz nos meios acadêmicos, mas cujo autor não saberá responder à questão “e daí?” Não se pode responder ao “e daí?” se o trabalho não tem conclusões de ordem geral, que prendam seus resultados à análise global da sociedade. No prefácio de suas Pesquisas na zona rural (op. cit.) Mao chama à responsabilidade os dirigentes que se recusam a “ir ao fundo das coisas e mesmo ignoram completamente o que se passa na base” e os convida a se dedicarem “de acordo com um plano definido, a algumas cidades, a algumas vilas para aí realizarem levantamentos minuciosos. Quem quer que faça um trabalho prático deve realizar levantamentos com a base”, escreve ele e acrescenta: “sem pesquisa

de campo ninguém tem direito a falar! – está afirmativa que foi distorcida e taxada de empirismo estreito eu jamais me arrendo de tê-la prestigiada”.

A quase totalidade dos pesquisadores universitários de hoje não se sentem, evidentemente, alvos destas recomendações, declarando-as dirigidas a dirigentes políticos e não a homens de saber. Existe, no entanto, mais de uma lição a tirar daí, particularmente no que toca à insistência em acoplar pesquisa de campo e análise de situação (KAISER, 2006, p.96).

Com base nos referenciais teóricos e metodológicos citados anteriormente, a pesquisa se desenvolveu eminentemente com coletas de dados em campo durante todo seu período de realização, desde o primeiro momento, após a definição dos procedimentos metodológicos, mas inclusive durante o processo de fundamentação e amadurecimento teórico e conceitual, as primeiras atividades de campo estavam sendo realizadas.

Ao todo, foram realizadas quatro atividades de campo, a primeiro após a primeira etapa de disciplinas na ENFF, em novembro de 2015, para diálogo com a direção do setor de produção do MPA e com a coordenação do Mercado Popular de Alimentos, para justes nos objetivos e acertos metodológicos.

Na segunda ida a campo, mais longa, no decorrer de uma semana, em abril de 2016, foram feitas entrevistas abertas com alguns pontos norteadores com lideranças e fundadores do Movimento dos Pequenos Agricultores no Espírito Santo no intuito de analisarmos: 1) em quais concepções teóricas ou experiências concretas se deu o desenvolvimento e a concretização da proposta do Mercado Popular de Alimentos; 2) como esta proposta ajuda a viabilizar na prática os princípios do plano camponês; 3) em que medida a comercialização via Mercado Popular estimula a transição agroecológica e a soberania alimentar das famílias camponesas. Suas respostas serviram como base para as etapas seguintes de aprofundamento da análise do Mercado Popular.

Seguindo nas entrevistas abertas, fomos a campo na tentativa de resgatar o processo histórico, social e político da organização camponesa na região, do surgimento do Movimento dos Pequenos Agricultores, e como se desenvolveu, o processo de organização da produção e da comercialização camponesa. Nossa terceira ida a campo, já após a qualificação, em setembro de 2017, cumpriu esse objetivo, de sistematizar um rico processo de lutas que ainda segue a margem da história política, mas que pode ter dado importantes passos e abrindo portas nesse processo da pesquisa.

A última ida a campo, no início de 2018, foi o momento de aprofundar questões com as famílias produtoras; a quanto tempo escoam sua produção para o Mercado Popular; se possuem outras fontes de renda e em que caráter; qual a importância do Mercado Popular na organização de sua produção; a influência do Mercado Popular no processo de transição agroecológica e de resgate da Soberania Alimentar. Esse campo durou uma semana e tivemos a possibilidade de visitar quatro comunidades, em três municípios diferentes, reunindo individualmente e em grupos, a partir da condição de cada família.

Ainda nesse campo, utilizando os dados de vendas do Mercado Popular, pudemos debater com alguns dirigentes questões e contradições que já se colocavam ao se olhar os números, tendo em mãos um rico material para diversos tipos de análises quantitativas e qualitativas.

Por fim esperamos que com esses instrumentos e procedimentos metodológicos, tenhamos de fato conseguido responder os objetivos e desafios propostos no projeto de pesquisa, buscando assim respostas científicas para os problemas candentes no dia a dia do Mercado Popular de Alimentos e da comercialização camponesa, numa dissertação em que se buscou ser feita com os pés no chão, e às várias mãos, dialogada e pensada desde as instâncias de direção, passando pela coordenação do Mercado até os grupos de base.

2 A COMPREENSÃO DO PENSAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA ACERCA DA COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA,

2.1 Introdução

No marco do que poderíamos chamar de universo do pensamento da questão agrária, existe uma gama de autores, pesquisadores do campesinato e dirigentes políticos que nos últimos anos têm despendido esforços intelectuais e acadêmicos na perspectiva de elaborar ou demarcar metodologias de análise, ou mesmo correntes de pensamento e formas de interpretação de como se comportam e como se pode agrupar toda a heterogeneidade que são as correntes teóricas e pensamentos em torno da questão agrária e do campesinato.

Não é o objetivo dessa pesquisa assumir esse debate ou defender determinado referencial teórico ou interpretativo, contudo, a medida em que aprofundamos os estudos relativos à questão agrária e ao campesinato, é inevitável nos depararmos com essas correntes de pensamento que de fato exercem influências sobre os autores e os conceitos que norteiam essa pesquisa sobre o campesinato, e mais especificamente sobre a comercialização camponesa.

Nesse sentido, nos interessa olhar para esses diferentes modos de interpretar as correntes de pensamento da questão agrária e do campesinato para deles, conhecer os principais autores e compreender seus pensamentos sobre o tema que nos é de interesse: como o pensamento da questão agrária entende a relação do campesinato com os mercados, ou melhor, num primeiro momento, de que forma os clássicos da questão agrária analisam e interpretam a comercialização camponesa.

A princípio, pudemos compreender as reflexões feitas por Guzmán e Molina (2013) em que dentro do pensamento marxista identificam três matrizes de pensamento distintas: (i) o marxismo ortodoxo, baseado nos pensamentos de Marx e Engels e tendo como maiores expoentes da questão agrária os dirigentes políticos Karl Kautsky e Lênin; (ii) o narodnismo marxista, dos chamados populistas russos, no embrião do Partido Social-Democrata Russo e das correntes Bolcheviques e Mencheviques; (iii) e o marxismo chayanoviano, que tem no agrônomo Alexander Chayanov seu principal referencial teórico, mas contando também com as importantes contribuições teóricas do russo Theodor Shanin.

Na geografia agrária encontramos ainda outros pesquisadores que procuram analisar e elaborar referenciais interpretativos das correntes do pensamento da questão agrária, como Oliveira (2012), Bombardi (2007), Paulino (2007) e Thomaz Júnior (2010), Fernandes (2013). Há ainda na geografia, os estudos da chamada geografia da alimentação ou geografia dos alimentos, onde o foco dos debates da questão agrária, do campesinato e da relação campo e cidade se dão em torno do debate e da centralidade dos alimentos. Nessa corrente temos como autores clássicos como os geógrafos Josué Castro (1946) e Max Sorre (1967).

Independente de como estão organizados metodologicamente esses instrumentos interpretativos dentro do campo do pensamento marxista, de forma geral todos trabalham a partir do método materialista histórico e dialético e possuem como referencial teórico os mesmos pensadores da questão agrária, desde os clássicos aos contemporâneos. E são exatamente em parte desses autores que buscaremos suas reflexões e suas considerações, ainda que muitas vezes breves, sobre as formas e as alternativas da comercialização camponesa. Ainda sob os óculos do materialismo histórico e dialético procuramos também compreender como age o capitalismo no campo, seus mecanismos clássicos e essenciais de extração de valor do campesinato e sua produção.

Acreditamos poder assim iniciar um esboço elaborativo do que seria de fato a comercialização camponesa, buscando nos clássicos e nos referenciais contemporâneos, em seus diferentes contextos históricos, seus olhares sobre as maneiras do campesinato se relacionar externamente com mercado, e como os mercados lidam com esse sujeito camponês.

2.2 A comercialização camponesa nos clássicos

Chamamos de pensamento clássico da questão agrária, mais especificamente, as elaborações de três autores: Kautsky, Lênin e Chayanov. Marxistas, porém, de correntes diferentes, não eram apenas intelectuais ou acadêmicos da forma como concebemos essa posição atualmente, ligada às Universidades, mas sim intelectuais orgânicos, dirigentes de organizações comunistas e partidos Social-Democratas ligados a Internacional Comunista, precisamente do final do século XIX e início do XX.

Devido a esta ligação direta com o movimento operário do tempo vivido, estes autores trouxeram para si a responsabilidade e o desafio de formular teorias, mas também propostas

sobre o tema que neste período histórico ganhava atenção das organizações comunistas: o campesinato. O grande debate nesta época era sobre como se portaria o campesinato - compreendido majoritariamente enquanto um meio de produção – frente ao desenvolvimento do capitalismo. Este debate ganhou força no bojo da lacuna deixada por Marx e Engels em suas principais obras, tendo em vista que ambos não tiveram a oportunidade de aprofundar esse assunto.

Sem levar em consideração às diversas correntes e suas concepções, que se enfrentavam no interior dos organismos operários, a tese que prevaleceu e adquiriu mais visibilidade foi a chamada tese do fim do campesinato, que grosso modo, se daria conforme o desenvolvimento do modo capitalista de produção no meio rural, com a grande empresa agrícola e sua superioridade técnica e produtiva, que viria a fazer desaparecer a pequena propriedade rural e proletarizar o camponês.

Esses breves parágrafos nos servem apenas para a introdução histórica do debate em que de fato queremos chegar: a comercialização camponesa. Ou melhor, como os marxistas da época viam a questão da comercialização camponesa, como viam a relação do campesinato, considerado autossustentável até então, com a chegada da grande empresa capitalista no campo, como lidariam com isso.

Então o marco teórico e histórico do debate da comercialização camponesa no período era como aquele camponês lidaria com as novas formas de mercado, do crescente consumo em massa das cidades industriais, com a superioridade técnica e produtiva da grande indústria rural, que dominaria toda a cadeia produtiva, hegemonizando boa parte da mão de obra rural até a parte logística e as grandes redes de comercialização, locais e internacionais. A resposta dos autores clássicos – Kaustky, Lênin e Chayanov – era, dentro do sistema socialista, a coletivização da terra e as grandes cooperativas.

O debate das cooperativas agrícolas ganhava destaque, junto aos debates do rumo do campesinato, nos partidos sociais-democratas do final do século XIX, contudo havia uma série de críticas as cooperativas capitalistas, que já cresciam e se espalhavam por grande parte da Europa – muitas deles existem até hoje como grandes empresas capitalistas no campo – e as cooperativas socialistas de produção, onde haveria a posse coletiva da terra.

Karl Kautsky, dirigente do Partido Social-Democrata alemão escreveu em 1889 o livro *A questão Agrária*, obra que o coloca como um dos autores clássicos da questão agrária. Nesta obra o autor encara de maneira crítica o papel das cooperativas agrícolas dentro do

sistema capitalista, que eram vistas como experiências positivas pelos chamados socialistas utópicos.

Seguindo sua tese da inevitável superioridade da grande empresa agrícola frente a produção camponesa, Kautsky afirma que a cooperação agrícola, seja ela para a produção, seja para a aquisição de créditos e maquinários, servem majoritariamente a grande produção. Logo no início, o autor afirma:

Não se pode conceber que alguém possa negar a importância das cooperativas. A questão reside unicamente em sabermos se as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis ao camponês, em todos os casos em que a grande empresa seja superior à pequena, e até onde vai essa superioridade (KAUTSKY, 1980, p. 72).

Kautsky afirma que a formação de cooperativas é mais acessível aos grandes proprietários por disporem de mais tempo e de maiores conhecimentos e relações comerciais (Kautsky, 1980), defendendo que as cooperativas de crédito e de produções existentes, em vez de nivelarem a pequena e a grande produção, pelo contrário, só ampliam as vantagens e os benefícios da grande empresa agrícola sobre a produção camponesa. “A sociedade de venda só poderá tornar-se verdadeiramente útil à pequena exploração quando conseguir que os seus diferentes membros produzam de maneira uniforme segundo um plano uniforme e com meios uniformes” (Kautsky, 1980, p. 74).

Acerca das indústrias rurais cooperativas, seu efeito sobre o campesinato e a produção camponesa também são adversos, pois essas formas de cooperação impõem dependências técnicas e econômicas ao camponês, podendo ainda constituir monopólios de compra de sua produção, fazendo do camponês, nas palavras do autor, um “apêndice da exploração industrial” (p. 160).

A primeira consequência da cooperativa vem a ser a mesma quando o camponês se torna fornecedor de uma fábrica estranha: ele deve adaptar a sua exploração às necessidades desta última. A usina de açúcar prescreve qual a semente que o agricultor deve empregar e a maneira pela qual deve fazer a adubação; a empresa de laticínios lhe prescreve qual a forragem que deve utilizar, a hora em que deve ordenhar, às vezes mesmo a espécie de vacas que deve manter. (KAUTSKY, 1980, p. 159).

Do ponto de vista político, Kautsky também afirma que a produção cooperada, quando prospera para a pequena produção, faz do camponês um capitalista, ou seja, não contribui para o avanço do socialismo, como defendiam os socialistas utópicos e outras vertentes do

marxismo da época. “Mas se alguns veem no fenômeno uma etapa no caminho do socialismo, a instaurar-se na agricultura [...] e se outros vislumbram no movimento cooperativista o veículo para manutenção de uma classe de camponeses independentes, vigorosos; não poderemos concordar nem com os primeiros, nem com os últimos” (Kautsky, 1980, p. 158).

Os operários de uma fábrica de açúcar de uma destilaria, de uma leiteria, de uma fábrica de conservas, de uma cooperativa de biscoitos, não são os cooperadores mas operários assalariados, empregados e explorados por eles. A vantagem que os agricultores obtêm com as cooperativas reside, independentemente das economias feitas nas despesas de transporte e de comércio, na entrada do lucro do capital. A cooperativa de produção agrícola dessa espécie e não tem havido outras até agora – constitui um degrau para o capitalismo e não para o socialismo (KAUTSKY, 1980, p. 158).

A defesa de que as cooperativas servem apenas a grande produção e não a produção camponesa, estava fundada na tese de Kautsky da superioridade inevitável da grande sobre a pequena produção, como mencionado anteriormente. Desta forma, o autor não aponta saídas para que os camponeses superem esta condição, a não ser no sistema socialista, onde as cooperativas possam cumprir um papel importante, mas não nas pequenas unidades, mas nas grandes cooperativas, ligadas a lógica da produção industrial, em terras coletivizadas e com o camponês proletariado. Para o autor, a superação dessa condição do camponês não se dará por si próprio, devido ao seu vínculo com a propriedade da terra, mas virá e fora.

Não é por intermédio dos que possuem, mas dos que não possuem, que se fará a passagem à produção cooperativa. Isto não quer dizer, contudo, que os camponeses só possam fazê-lo por um único meio, qual seja o da transição pela fase temporária do proletariado, que devam ser necessariamente expropriados pelo capital, que a produção socialista seja impossível enquanto existirem. Nada menos exato. Significa, isto sim, que só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses – não apenas idealmente, como hoje, mas de fato – à grande produção cooperativa (KAUTSKY, 1980, p. 79).

Por fim, Kautsky aponta para a possibilidade do camponês, dentro do sistema capitalista, usufruir das cooperativas, mas na perspectiva de se equiparar a grande produção e elevar sua consciência no sentido da proletarianização, mas demarca que a transição para uma sociedade socialista não virá apenas por experiências desta natureza, se não por uma transformação total na sociedade.

Inversamente, é quimérico esperarmos que o camponês, na sociedade atual, passe à produção cooperativa. Mas isto significa simplesmente que a cooperação não possa ser um meio, para o camponês, no regime capitalista,

de aproveitar as vantagens da grande exploração, a fim de consolidar e fortificar a sua propriedade, esta coluna vacilante da sociedade contemporânea. Compreendendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha a força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses. Mas então ele será socialista (KAUTSKY, 1980, p. 79).

Contemporâneo não só a época, mas também as idéias centrais de Kautsky acerca da questão agrária, Lênin escreveu também em 1889 o livro *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, onde procurou analisar as condições específicas do capitalismo no campo em seu país, que eram bem diversas da situação alemã e dos demais países da Europa Ocidental. Nesta obra Lênin também aponta a tendência para o desaparecimento do campesinato a medida em que o capitalismo mercantil avançasse no campo. A industrialização do campo demarcaria o antagonismo de classes no espaço agrário, por um lado o crescimento da grande indústria agrícola poderia proletarizar o camponês, ou por outro lado poderia transformá-lo em empresariado rural, devido a ampliação de sua unidade agrícola.

Diferentemente do livro de Kautsky, essa obra de Lênin não veio a se tornar um programa agrário para seu partido, pois se tratou apenas de uma análise, sem apontamentos concretos, de como os socialistas deveriam lidar com esse processo, embora inevitavelmente esta obra tenha servido de base para o diálogo dos operários com os camponeses russos. Contudo, neste livro Lênin não menciona qual seria a alternativa para o campesinato, como fez Kautsky ao mencionar as cooperativas socialistas de produção.

Entretanto para Lênin, as cooperativas eram sim o caminho para a organização, e a manutenção da condição camponesa dentro do sistema capitalista, pois as cooperativas mesmo no capitalismo seriam empresas de caráter híbrido.

Sob o capitalismo de Estado, as cooperativas distinguem-se das empresas capitalistas de Estado, primeiro como empresas privadas, além disso como empresas coletivas. No nosso atual regime, as cooperativas distinguem-se das empresas capitalistas privadas, como empresas coletivas, mas não se distinguem das empresas socialistas, se a terra onde se estabelecerem e os meios de produção pertencerem ao Estado, quer dizer, à classe operária (LENIN *apud* CONCRAB, 2000, p. 54).

Lênin pronunciou a citação acima em um discurso em 1923, na fase da chamada Nova Política Econômica, em que, tomado o poder do Estado pelos revolucionários, a Rússia encontra-se em uma fase de transição ao sistema socialista, o capitalismo de Estado. Para

Lênin, nessa fase transitória, dever-se-ia dar especial atenção as cooperativas, da mesma forma em que o Estado operário dava a indústria. De acordo com o autor, deveriam ser feitos dois movimentos: o primeiro, no sentido de se bancar estruturalmente essa transição para um modo de produção socialista cooperado, com investimentos de ordem econômica, financeira e bancária. O segundo movimento seria o de implementar, segundo palavras do autor, uma ação educativa, ou ação cultural junto ao campesinato, no intuito de incentivá-lo a trabalhar a produção de maneira coletiva, em um novo modo de produção diferente do feito anteriormente, mesmo em sistemas cooperativos.

Hoje podemos dizer que o simples desenvolvimento da cooperação identifica pra nós [...] como o do socialismo. Ao mesmo tempo somos forçados a reconhecer que todo o nosso ponto de vista sobre o socialismo mudou. Esta mudança radical consiste no seguinte: outrora fazíamos incidir o centro da gravidade, e devíamos fazê-lo, sobre a luta política, a revolução, a conquista do poder, etc. Hoje o centro da gravidade desloca-se: incide para o trabalho pacífico de organização “cultural”. [...] A nossa segunda tarefa é a de empreender uma ação cultural em prol do campesinato. Ora, esse trabalho entre os camponeses têm por objetivo econômico a cooperação. Se pudéssemos agrupá-los todos em cooperativas, estaríamos todos no terreno socialista (LENIN *apud* CONCRAB, 2000, p. 56-57).

Lênin também comenta a necessidade de as cooperativas de produção estar em consonância com cooperativas de consumo, espaços que deveriam ser coordenados pelos Sovietes para facilitar o escoamento das pequenas produções que não necessitassem de transporte ferroviário, e que, para autor, desempenhariam um importante papel no desenvolvimento das condições de vida dos camponeses, dos operários e que auxiliariam no desenvolvimento da pequena indústria.

As cooperativas de consumo reúnem operários e camponeses que desejam oferecer e repartir produtos de primeira necessidade, e as cooperativas de produção congregam pequenos agricultores ou artesãos que querem produzir e vender todo tipo de produtos, tanto agrícolas (como hortaliças, laticínios e outros) quanto não agrícolas (industrializados, artigos de madeira, de ferro, de couro etc.) [...].

Devemos sustentar e desenvolver também as cooperativas de consumo para garantir uma distribuição rápida, barata e regular dos produtos. As autoridades dos sovietes devem apenas controlar a atuação das cooperativas para evitar sonegações ao Estado, fraudes e desmandos, mas em nenhum caso as constringendo, e sim dando todo auxílio e colaboração (LENIN, 1921).

Por fim, há o conterrâneo russo de Lênin, Alexander Chayanov. O agrônomo teve sua mais importante obra publicada em 1925, *A organização da unidade econômica camponesa*.

Integrante da chamada “escola para análise da organização e produção camponesa”, possuía uma análise diferente da de Lênin e dos marxistas acerca dos impactos do desenvolvimento do capitalismo no campo russo. “O problema da modernização e tecnificação do campo russo apresentava, portanto, um conjunto de questões que deveriam ser resolvidas construindo uma teoria diferente da empresa capitalista” (AECHETTI, 2014, p. 17).

Chayanov estudava o campesinato sob um prisma diferente dos marxistas. O autor entendia que a racionalidade camponesa era não capitalista, e que então sua interpretação deveria ser diferente das análises do modo de produção capitalista. A produção camponesa é em si um modo de produção, sendo ausentes categorias como salário e lucro, tendo em vista que a mão de obra é familiar e não assalariada.

Para além das divergências em torno da questão agrária russa da época, após a tomada do poder do Estado pelos Bolcheviques em 1917, Chayanov, assim como Lênin, vê na organização cooperativa da produção a possibilidade do desenvolvimento da produção camponesa e do sistema socialista.

De simples herramienta de los pequeños productores de mercancías, creada por éstos en su lucha por la existencia en la sociedad capitalista, el sistema se convierte en uno de los principales componentes de modo socialista de producción. En otras palabras, de herramienta técnica de un grupo social, o aun de una clase, se convierte en una de las bases de sistema económico de la nueva sociedad (CHAYANOV, 1974, p. 317-318).

O que havia de divergência entre Chayanov e os marxistas, era em relação a organização da produção das cooperativas no socialismo, em questão a integração horizontal e a vertical. Para Chayanov, ao menos na Rússia, o processo de coletivização das terras para a agricultura e para a produção cooperada não deveria seguir na mesma lógica de que para a produção industrial, devido as particularidades da organização social das propriedades russas.

Sin embargo, si prevemos que este proceso ha de ser de larga duración, debemos adoptar un programa de formas cooperativas de concentración vertical para la agricultura y, por medio de un sistema de combinaciones y uniones cooperativas, tratar de establecer un vínculo directo entre cada unidad económica campesina y los organismos centrales del capitalismo de estado, para incorporarla así a la corriente general de la economía planificada. Así como el capitalismo atravesó fases sucesivas de desarrollo desde las formas primarias del capitalismo comercial elemental y desde taller doméstico hasta la manufactura y la formación de trusts que abarcan la totalidad de la industria, de mismo modo que el capitalismo de estado, al desarrollar las formas cooperativas en la agricultura, debe pasar inevitablemente por etapas semejantes en su desarrollo histórico (CHAYANOV, 1974, p. 318).

De forma geral, os clássicos da questão agrária, independente de seus matizes de pensamento e suas divergências políticas relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo no campo e seus impactos sobre o campesinato, viam na produção cooperativa a forma ideal de organização social para o desenvolvimento socialista no campo. Os três detinham visão crítica acerca das cooperativas capitalistas, embora até pudessem reconhecer em maior ou menor grau alguma contribuição das mesmas à resistência camponesa em relação a grande produção capitalista.

Ambos também convergiam de que as produções cooperativas por si só não garantiriam uma transição ao socialismo, mesmo em experiências autogestionárias de sociedades cooperativas, como defendiam os socialistas utópicos. Ou seja, para estes autores clássicos, a produção cooperada só poderia de fato se efetivar junto ao processo de tomada do Estado. Kautsky tem uma breve passagem sobre essa questão, e Lênin, em seu pronunciamento em 1923 diz:

Os planos dos antigos cooperadores, a começar por Robert Owen, em que medida são quiméricos? É que se sonhava transformar pacificamente a sociedade moderna pelo socialismo, sem ter em conta questões essenciais como a luta de classes, a conquista do poder político pela classe operária, a derrubada do domínio da classe dos exploradores. Eis por que temos razão para dizer que esse socialismo “cooperativo” é algo de puramente fantástico, romântico e mesmo vulgar, já que se sonha em transformar o inimigo de classe em colaboradores de classe, e a luta de classes numa paz de classes [...], pelo simples agrupamento da população em cooperativas (LENIN, 2000, p. 55).

Nenhum dos autores clássicos da questão agrária chegou a de fato aprofundar algum estudo sobre as alternativas de produção e comercialização camponesa para além do debate das cooperativas agrícolas, tendo em vista que suas formulações da época acerca desse assunto estavam no bojo de outro debate, relacionado ao entendimento da questão agrária.

A escola de Chayanov foi a que mais avançou nesse sentido, pois centrou suas pesquisas no interior das unidades produtivas camponesas. Chayanov em seu livro (1974) chega a mencionar as grandes feiras livres de troca que eram históricas e tradicionais do campesinato russo, porém na perspectiva de analisar como o capitalismo mercantil e as grandes empresas capitalistas agrícolas estavam penetrando no campo, inclusive em seus espaços de relações sociais comunitários mais reduzidos.

Não há ainda, nesse momento histórico, por parte dos autores clássicos, menção a iniciativas como os mercados populares ou alternativos, enquanto estratégia organizada da

classe operária e camponesa para sua reprodução social, como examinaremos melhor no próximo capítulo e no estudo de caso. Nesse dado momento da história, a produção camponesa era plano de fundo para debates mais gerais relativos a tomada do poder de Estado, contudo, em relação a isso, Carvalho nos traz uma interessante reflexão:

Ainda que Marx, Engels Lênin, e depois os marxistas e afins, considerassem em tese que os camponeses seriam desagregados e eliminados pela expansão capitalista, eles tinham como referência estratégica a construção da sociedade socialista, ou ao menos, a transição para tal. [...] Quando houve oportunidade política, não se considerando aqui as experiências isoladas dos chamados “socialistas utópicos”, de dar conta da problemática camponesa, como no caso da Revolução Russa de outubro de 1917, Lenin evitou qualquer afronta com os camponeses, muito ao contrário. Tanto assim que a terra dos camponeses pobres não foi desapropriada, e a constituição dos *Kolkoses* como um processo de cooperativização dos camponeses pobres foi uma solução objetiva para uma transição desejada para a socialização da agricultura (Carvalho, 2016, p. 175-176).

2.3 Conceito de campesinato

Da mesma forma que há diversas formas de análises e correntes teóricas da questão agrária, também existe uma diversidade de interpretações e conceituações do que seria o sujeito camponês, o campesinato e a agricultura camponesa. Shanin (2005) questiona “Os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe? ”.

Então, quais seriam as caracterizações do sujeito camponês? Para Lênin e Kautsky, estariam fadados ao desaparecimento pelo modo como o capitalismo vinha se desenvolvendo no campo. Chayanov criticava essa análise e colocava sua interpretação do camponês em outro prisma, nas unidades econômicas campesinas e fora da economia política.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, interpretamos e entendemos como sendo o sujeito camponês, conforme Shanin responde ao seu próprio questionamento:

“Classe para si” representa aqui não apenas uma definição mais expressiva do que “classe em si”, mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas “portadora” de características de uma “matriz” geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros. Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descristalização de classe, coalizões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas. A luta de classes significa, neste nível, não apenas uma contradição objetiva de interesses, mas uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens. Uma geração depois, os camponeses, historicamente reais,

gradualmente tomaram o lugar de seus congêneres conceituais, analíticos e abstratos “em si”, à medida que os escritos e os feios de Lênin se tornavam maduros, politicamente mais profundos, mais fortes na confrontação decisiva e mais perto da vitória. [...]. Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivações e deduções, em exércitos e atores; e, simultaneamente, admitiu-se, cada vez mais, a autonomia analítica relativa da classe com relação ao (s) modo (s) e/ou sociedade a que se vincula. Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo “dentro de um país capitalista” – citando o Lênin pós-1906 (SHANIN, 2005, p. 15).

Para José de Souza Martins (1981) a palavra camponês designa o lugar social e também a designação de um destino histórico. “Camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar à unidade das respectivas situações de classe, e, sobretudo, que procuram dar unidade as lutas camponesas. (MARTINS, 1981, p. 22) ”.

Carvalho (2016) também afirma que, conforme se dá a luta social do campesinato contra a burguesia, esse sujeito se comporta enquanto classe social.

A principal contradição de classes sociais no Brasil é a do proletariado com a burguesia no âmbito das relações sociais de produção capitalista. No entanto, nas condições objetivas e subjetivas de formação econômica e social brasileira contemporânea, o campesinato como classe social em contradição com as mais distintas frações da burguesia nacional e transnacional passa a apresentar elevada relevância, seja na disputa pela terra e pelos recursos naturais que esta suporta, seja pelas evidências concretas de que a grande empresa capitalista é nociva não apenas ambiental, como econômica, social e culturalmente (CARVALHO, 2016, p. 156).

O entendimento político do conceito do campesinato brasileiro, se comportando enquanto classe social, é fundamental para superarmos interpretações e críticas cristalizadas de que estaríamos exportando da Europa, dos clássicos da questão agrária, um sujeito que em nosso país não existe, dada a nossa formação histórica. Segundo Martins (1981) esse foi um erro central para a esquerda brasileira do século XX, que via em nossa história, e via o camponês, como um adorno pré-capitalista, feudal. De acordo com esse autor, a diferenciação do campesinato russo com o campesinato brasileiro é fundamental. Na Rússia era o camponês estamental, apegado à terra e que não queria se desapegar de forma alguma, passando assim alheio aos processos sociais, inclusive do desenvolvimento capitalista. No Brasil, o caso é diferente, pois historicamente o camponês é o sujeito que quer entrar na terra, ter acesso a ela. Nosso camponês é fruto da expansão capitalista, fazendo dele uma classe, e não um estamento (MARTINS, 1981).

Esse entendimento do campesinato enquanto uma classe, mesmo que em construção, e que se faz em luta na sua polarização com a classe dominante, em seu caso o latifúndio e o agronegócio, ganha importância para nossa pesquisa a medida que nos debruçaremos na formação social e espacial do Noroeste capixaba, última região de resistência indígena a processos colonizatórios, última região a ter projetos de imigração europeia, e consequentemente – não coincidentemente – berço das lutas do Movimento dos Pequenos Agricultores no estado do Espírito Santo.

Obviamente que conforme é interpretada toda a diversidade e heterogeneidade do campesinato, a afirmação do camponês enquanto classe, a princípio, pode não significar uma boa caracterização, principalmente no Brasil, onde a compreensão de camponês vai desde posseiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas e foreiros, e onde a designação camponês assume regionalmente diversas outras designações, como caipiras, caiçaras ou caboclos. Numa breve caracterização:

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA *apud* CARVALHO, 2016, p. 23).

Existem ainda inúmeras outras caracterizações de extrema importância para a interpretação do que de fato seria o sujeito camponês. Shanin (2005) também cita algumas caracterizações que ele analisa como sendo quase que consensuais entre os estudiosos desse assunto, e que apesar das singularidades, podem ser observadas em maior ou menor grau em diversas partes do mundo nos seus campesinatos: o trabalho familiar, controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência, padrões tendenciais de organização política, formas de produção e reprodução da vida social típica, unidades básicas e características de organização social semelhante, entre outros (SHANIN, 2005).

No Brasil, tanto Stédile (2016) quanto Oliveira (2007) utilizam como marco para caracterização do campesinato um conjunto articulado de nove elementos estruturais da produção camponesa, elencados por José Vicente Tavares na obra *Colonos do Vinho*, são eles: (a) a força do trabalho familiar, (b) a ajuda mútua, (c) a parceria, (d) o trabalho acessório, (e) jornada de trabalho assalariada, (f) socialização do camponês, (g) a propriedade da terra, (h) propriedade dos meios de produção e (i) a jornada de trabalho (OLIVEIRA, 2007).

É justamente por essa diversidade e riqueza de caracterizações do campesinato brasileiro que, para o desenvolvimento dessa pesquisa, onde analisaremos o campesinato de um território específico, de uma região singular do ponto de vista de sua formação camponesa, que procuraremos, assim como fez Martins, olhar o camponês sob a ótica de sua formação enquanto classe na luta em contradição e constitutiva do capital. Na obra *Os Camponeses e a Política no Brasil*, de 1981, José de Souza Martins traça essa linha analítica, das lutas e da formação da classe camponesa, não adentrando em características, costumes ou hábitos de produção, mas nos processos de resistência e enfrentamento, que também foram diversos nas determinadas regiões brasileiras.

A característica violência pessoal e direta, que confrontava os camponeses entre si e entre eles e os fazendeiros, começa a se transformar numa resistência de classe. Daí que formas tão parecidas de resistência ocorram em áreas tão distantes e tão diferentes em muitos aspectos, como Canudos e Contestado. Anda que essa resistência tenha ocorrido na moldura da dominação dos coronéis, messianismo e cangaço foram as formas primeiras de libertação, no sentido de manifestação de uma vontade própria (MARTINS, 1981, p. 63).

Para Martins, o Messianismo e o Cangaço foram formas primeiras de resistência e de formação dos camponeses enquanto classe, na luta. A usual violência do Estado contra os camponeses, citada acima, que frequentemente usava o Exército para reprimir as manifestações, ia forjando uma classe social ou invés de uma categoria social. Foi assim em casos mais políticos, podemos assim mencionar, de luta pela terra e pelo trabalho e contra o capital, em Governador Valadares, onde o Sindicato Rural foi reprimido e vários camponeses assassinados, na disputa pela terra, dia 30 de março de 1964, no que teria sido, segundo Martins (1981), o estopim preparado pela CIA para o Golpe Militar no dia 31 de março.

Na presente pesquisa, na região Noroeste do Espírito Santo, para a ocupação das terras na década de 1950, muitos posseiros foram assassinados, e em contraponto, segundo Casali e Pizzeta (2005), a organização camponesa ia expandindo, associações e as Ligas Camponesas iam se formando, com as pautas da reforma agrária e da Previdência Social, e mesmo sem nenhum sindicato rural, o Espírito Santo teve participação no primeiro Congresso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. A resposta que vinha do Estado, era a violência e a desmobilização:

Entre essas formas de desmobilização, a que mais marcou foi a erradicação do café que aconteceu durante os anos de 1962 a 1967. O péssimo preço do café e a erradicação levaram 60 mil famílias capixabas à falência. Diante dessa situação, o governo assumiu uma ação criminosa em cima dos

camponeses. Centenas de famílias e mais eram conduzidas ao oeste do Paraná, em caminhões pau-de-arara, como animais que são conduzidos ao matadouro. Essas famílias eram despejadas no meio das matas e eram submetidas a um regime de trabalho escravo. Foram forçadas a produzir riquezas para pagar despesas dos caminhões (CASALI, PIZZETA, 2005, p. 43).

Relatos como os mencionados, de violência contra a resistência camponesa, são inúmeros na formação social do campesinato brasileiro, algumas, sem dúvida, ainda clandestinas na nossa história, a serem relatadas, mas foram esses os processos de consciência de classe que formaram os movimentos camponeses da atualidade, com formas clássicas, mas também com novas bandeiras de luta e formas de resistência contra os avanços do capital.

Entre essas formas clássicas e novas do sujeito camponês resistir as investidas do agronegócio, há um que nos interessa, e que não necessariamente diverge do processo de luta mais geral, pelo contrário, são complementares: a relação com os mercados. Quase todas as análises do campesinato levantadas, de diferentes correntes e referenciais teóricos, levam em consideração essa relação com os mercados, como ela se dá, em quais graus e níveis. Não exclusivamente, mas no limiar de muitas outras questões comparativas, é justamente esse grau de envolvimento com os mercados e quais tipos de mercado que diferenciam o camponês enquanto modo de vida, do agricultor familiar enquanto profissão, ou da agricultura/agricultor capitalista.

A coleção *História Social do Campesinato*, organizado por Carvalho, Motta e Zarh, e contando com a contribuição de inúmeros pesquisadores das mais diferentes áreas que se debruçam sobre o tema do campesinato, também leva em consideração em seu referencial teórico a forma como esses sujeitos camponeses se integram e interagem com os mercados.

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por policultores, integrados ao jogo das forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e graus variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar (CARVALHO, MOTTA, ZARTH, 2008, p.07-08).

Vergés (2011) analisa o campesinato enquanto uma classe mutável, não estática, específica de acordo com o espaço rural - que é extremamente plástico. Quem analisa a classe

camponesa sob o olhar dogmático, ou vê sua mudança de hábitos ou tradições como algo desvirtuoso e o classifica em um processo de metamorfose, corre sério risco de incidir ao erro teórico e interpretativo da realidade. Essa máxima vale também nas suas análises de relação com os mercados, aplicando aí o sentido amplo dado na citação acima.

As técnicas agrícolas se alteram com frequência, ora se “modernizam”, ora buscam no “passado” o retorno de técnicas e práticas, e o camponês dificilmente passa inerte a todos esses processos. Em algum grau ou escala ele se insere na economia capitalista e também nas formas de resistência, em processo contraditório, mas sempre buscando sua manutenção enquanto classe, que se dá pelo acesso e permanência na terra. Segundo Vergés (2011), o camponês do século XXI acessa as técnicas e os mercados da forma como estão dadas, em múltiplas escalas. A essa produção e acesso em grandes quantidades, o autor chama de associativismo.

Segundo o autor, na Europa, esse acesso dos camponeses aos grandes mercados se deu na forma de cooperativas, mas sendo promovido por agentes externos como o Estado ou pelo grande capital, subjugado a produção camponesa aos seus interesses, integrando-o a setores regionais agrícolas. Entretanto, o momento agora é outro:

[...] na perspectiva da produção doméstica, a formação de coletivos médios ou grandes não responde somente ao aproveitamento das “economias de escala”, tão caras ao totalitarismo agrário quanto ao capital transnacional. Mais do que uma simples atualização tecnológica e administrativa, o associativismo é uma nova frente de luta, uma outra maneira de resistir. O desafio das notáveis empresas sociais autodirigidas não reside tanto na conquista da indispensável eficiência operacional, mas em competir sem que isso leve à perda da condição camponesa (VERGÉS, 2011, p. 76-77).

A crescente monetarização da economia camponesa, e as formas sofisticadas do capital se apropriar da renda camponesa, lhes impões desafios mais complexos do que, segundo o Vergés, lidar com a instabilidades da natureza. Decifrar os enigmas do mercado capitalista viraram tarefa cotidiana do camponês, e resistir a esse processo enquanto classe é a única saída, pois não é somente o latifúndio que expulsa da terra.

O processo coletivo da produção e da comercialização, que vai além das unidades econômicas familiares, tornou-se agenda de lutas da classe camponesa, enquanto forma de manutenção, e até mesmo de conquista da terra, o território. Se inserir nesse processo coletivamente enquanto classe, é o que garante o alcance do objetivo, pois o jogo do capital

não é feito para os trabalhadores, e não se perder enquanto classe, em sua condição, segue sendo o maior desafio.

A economia moral do camponês nem sempre é “competitiva”, mas sua eficiência social e ambiental é potencialmente muito superior à do empresário. As empresas associativas, capazes de administrar um capital ao mesmo tempo que assumem as necessidades coletivas, transcendem com esforço a estreita lógica gerencial. Na medida em que se emancipa, o pequeno produtor rural liberto e criativo não é uma nostalgia, mas paradigma de uma nova ordem social com uma cara humana. O camponês não é relíquia, mas projeto (VERGÉS, 2011, p. 79-80).

Por fim, vale ressaltar que os diversos conceitos de campesinato e suas diversas correntes interpretativas não possuem centralidade em que seja necessário para esta pesquisa se aprofundar, por que embora o camponês seja o nosso sujeito, ele em si, em uma análise genérica ou no debate do conceito pelo conceito, não nos ajuda a alcançar nossa problemática e nossos objetivos de fato, que são as formas alternativas de comercialização camponesa. Nesse caso, nos somamos a Shanin quando este afirma que: afinal, palavras como “camponês” não são as Sagradas escrituras e quanto menos complexa a terminologia, melhor (SHANIN, 2005, p. 17).

Ainda vale ressaltar que para nós, a análise conceitual do campesinato se dá com relevância em sua conformação enquanto classe em luta e resistências, e a partir daí, em sua relação com os mercados locais na perspectiva de sua formação social juntamente e relacionada a formação espacial do Noroeste capixaba, na conformação de seus territórios camponeses. Ou seja, nossa análise se dará, como afirma Carvalho (2016, p.24), dado a *historicidade dos territórios* – que alteram as formas de existência dos camponeses e seus campesinatos – e dado a *territorialidade da história* – pela existência de formas distintas de campesinatos em determinados períodos históricos.

2.4 Da renda da terra a monopolização dos territórios camponeses

É a partir da Revolução Industrial do início do século XIX, e do processo de explosão da Revolução Verde nas décadas de 1940 e 1950 do século XX, e que vai até os dias atuais, que centralmente se desenvolve o capitalismo no campo. A este período, Flandrin e Montanari (1998) chamam de época contemporânea.

Entretanto antes mesmo da explosão da Revolução Industrial, mas também durante o cerne desse processo que se inicia na Inglaterra, o nascente sistema capitalista industrial já desenvolvia mecanismo de expropriação da produção agrícola e da renda camponesa. O capitalismo buscava formas e maneiras de se apropriar da renda que não advinha do fruto do trabalho humano, mas da natureza, a renda que vinha da terra.

No século XIX, mais precisamente entre os anos de 1848 e 1883, o economista alemão Karl Marx desenvolveu suas principais teorias sobre o funcionamento geral do sistema capitalista, a partir de estudos empíricos daquele momento histórico, principalmente na realidade da Inglaterra do auge da Revolução Industrial. Contudo a forma como o capitalismo operava no meio rural era diferente da forma como ele se apropriava do trabalho socialmente produzido pelos operários nas fábricas. Segundo Stédile (2012) a teoria clássica do funcionamento do capital na organização da produção abordava as teorias da mercadoria, do valor, da mais-valia, da acumulação e da reprodução ampliada do capital. Entretanto, de acordo com Stédile:

A terra é um bem da natureza e, portanto, não é fruto do trabalho humano. Pela teoria geral do valor, os bens, as mercadorias só têm valor no mundo capitalista quando são fruto do trabalho. E, inclusive, seu valor se mede pela soma dos dias de trabalho necessários em média para produzi-lo, seja no tempo pregresso, na forma das matérias-primas e ferramentas necessárias, seja no trabalho imediato da produção daquele bem. Com base nessa teoria, a terra não é fruto de trabalho, logo, ela não tem valor (STÉDILE, 2012, p. 673).

Segundo Marx, todo lucro do capitalista advém da apropriação privada que ele faz da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores, não enquanto indivíduos, mas em um processo coletivo, enquanto classe, daí a afirmação de que o trabalho é uma relação social. E somente pelo trabalho é possível se produzir valor, e este valor é repassado ao capitalista por meio das horas a mais trabalhadas e não remuneradas que o trabalhador exerce, chamada mais-valia. Contudo, se apenas por meio do trabalho concreto o trabalhador produz valor, e somente por meio da mais-valia o capitalista consegue gerar seu lucro, como se daria essa relação com a terra? A terra, por si só, não é fruto do trabalho, não produz valor, como mencionado na citação acima, ela pode incorporar o trabalho do proletariado rural, por exemplo, e assim gerar mais-valia para o capitalista, mas e a terra que não produz algum tipo de mercadoria, ou a terra que pertence ao camponês, como o capitalista se apropria dela?

A partir desses questionamentos Marx formulou a teoria geral da Renda da Terra: “[...] Marx percebeu que a taxa média de lucro não se dava por produto agrícola, mas era determinada pela utilização de todas as terras na produção de todos os produtos agrícolas colocados no mercado” (STÉDILE, 2012, p.669).

Essa taxa média de lucro é calculada entre todos os capitalistas que investem no campo, para que todos possam ter uma margem similar de lucro, independentemente do tamanho da terra, das questões naturais como qualidade do solo e clima, ou mesmo do tipo da produção agrícola, já que diferentes mercadorias agrícolas possuem diferentes valores de troca, e encontram nos mercados diferentes preços. Desta forma, na teoria clássica, todos os produtos agrícolas se mantêm em uma balança de preços mais ou menos padronizada pelo mercado.

Portanto, quando um produto agrícola sobe de preço no mercado, por qualquer motivo, ele aumenta a taxa de lucro daquele produtor, e influi no aumento da taxa média dos demais, influenciando para que haja aumento de preço médio em todos os produtos agrícolas daquela região ou universo (STÉDILE, 2012, p. 670).

Como não são todos os capitalistas que são proprietários da terra, os que são proprietários – sejam eles também capitalistas produtores ou não – além de uma taxa média de lucro, lhes é garantido também uma renda extra, que é a renda da terra. Esta renda é paga socialmente a estes proprietários e/ou capitalistas da terra por toda a sociedade, através da mais-valia que é socialmente produzida pelos trabalhadores e apropriada de forma privada pela classe dos capitalistas. Esse direito do capitalista proprietário da terra de ter uma renda extra, paga socialmente por todo independente se sua terra produz alguma mercadoria ou não, é garantida pelo moderno Estado Republicano, que lhe garantiu político e juridicamente o direito à propriedade privada. Portanto se o capitalista possui uma terra que não produz, ele garante uma renda da terra que é paga por outro capitalista ou pelo próprio Estado por meio da mais-valia social, se o proprietário da terra é também um capitalista produtor, de soja ou outra mercadoria, por exemplo, além da renda da terra ele tem direito a uma taxa média de lucro, independente das condições naturais e geográfica a que sua terra está subordinada. Isto além do lucro que o capitalista pode ter aplicando trabalho real na sua propriedade, gerando valor através da exploração da mais-valia do proletário rural.

Por fim, há a classe dos camponeses, com terra, que não trabalham para outros capitalistas e que nem explora mão de obra alheia em sua propriedade, eles têm sua produção

assegurada pelo trabalho familiar e, segundo a teoria geral da renda da terra, independente das condições geográficas e físicas de suas propriedades, pelo simples fato de serem proprietários, lhes é assegurado à renda da terra. Então como afirmar que este camponês é explorado ou tem sua produção expropriada pelo capitalista? Sobre esta situação, José de Souza Martins reflete sobre o caso brasileiro.

Nós não estamos de fato diante da separação do trabalhador dos seus meios de produção. O produtor familiar, como é o caso dos pequenos agricultores do sul do país, continua proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho. Ele não é um assalariado de ninguém. Como podemos dizer, então, que o capital institui a sujeição do seu trabalho, dominando-o? Nem há sujeição formal nem há sujeição real do trabalho ao capital nesse caso. Entretanto, o capital tende a dominar cada vez mais a produção na agricultura. Não só dos setores de produção agrícola onde essa sujeição está claramente instituída, mas também no crescente setor de pequenos produtores baseados no trabalho familiar (MARTINS, 1981, p. 174).

Neste exemplo citado por Martins, o que o capital sujeita não é o trabalho do camponês, mas a sua renda da terra. A renda da terra, no qual todos os proprietários privados de terra têm direito na sociedade moderna, no caso dos pequenos proprietários, dos camponeses que utilizam a mão de obra familiar, esta renda da terra do camponês está sujeita ao capital. “Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, [...] o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda, onde ela aparentemente não existe” (MARTINS, 1981, p. 175).

Essa subordinação da renda da terra ao capital pode se dar por diferentes modos, combinados ou não, a depender das relações estabelecidas entre o camponês e o mercado, dos mercados locais (atravessador) com os mercados nacionais ou internacionais, e desses mercados com o sistema financeiro. E é por meio dos intermediários e dos bancos que se dão as formas clássicas de apropriação da renda da terra pelos capitalistas.

O mexicano Armanda Bartra Vergés parte das formas clássicas de expropriação da renda camponesa pelo capital, e da Economia Política, para analisar como na atualidade se dão essas relações, entre o campesinato e o capital, e a chave está na mercadoria camponesa, ou melhor dizendo, no processo de metamorfose da produção camponesa em mercadoria, processo esse que se dá mediado pelas relações de mercado. “[...] o processo de trabalho camponês somente se constitui em um processo de valorização por meio de uma série de

mediações em que a exploração somente é consumada quando a produção camponesa estabelece uma relação com a circulação capitalista” (VERGÉS, 2011, p. 13).

A produção camponesa não é em si uma mercadoria, seu processo produtivo não teve como base a extração de mais-valia para se obter uma taxa de lucro médio, no processo produtivo, não há contradição entre trabalho necessário e trabalho excedente, o que move o nível da produção camponesa é a manutenção e continuidade de sua unidade econômica produtiva, e a de sua família, que é a mão de obra principal. Entretanto, é no mercado capitalista que o camponês produz e comercializa, um mercado regido pelas leis gerais do capital

Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração de força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, da reprodução da agricultura de tipo camponês. Por isso, a riqueza que cria, realiza-se em mãos estranhas as suas, como renda que flui disfarçadamente para lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas (MARTINS, 1981, p. 176-177).

Através desse processo de apropriação do capital da renda da terra camponesa, os bancos, os atravessadores locais, as grandes redes de mercados, e as empresas produtoras de insumos, monopolizam os territórios camponeses, sem necessariamente adentrar na unidade econômica campesina, sem precisar “colocar a mão na terra”.

A relação dos camponeses com o capital via mercado aparenta-se como uma troca igual e justa, na relação produtor e consumidor, e são as demandas e as ofertas que determinam essa relação, porém na essência não é bem assim, ao ser inserida no mercado capitalista, o que determina o preço pago pelo consumidor/atravessador não é valor da produção, mas o preço da produção, que é a relação entre custo e lucro médio, porém se não há trabalho necessário e trabalho excedente, não há lucro na produção camponesa. Dessa forma o camponês não comercializa a produção pelo seu valor, ele é pago apenas pelo seu custo, “o resultado dessa economia não significa outra coisa senão a transferência de valor que passa do camponês para o capital” (VERGÉS, 2011, p. 30).

É nessa base que se dá a transferência de valor do camponês para o capital, que ao subjugar a produção camponesa transformando-a em mercadoria, extrai, num processo longo e combinado, a mais-valia camponesa, sua renda da terra. Entretanto esse processo de exploração da renda da terra camponesa não se completa se analisada apenas no âmbito da

circulação, muito menos no processo produtivo, mas atuando de maneira combinada é que podemos identificar a chave dessa complexa e sofisticada forma de exploração.

Oliveira (2012) desenvolveu dois conceitos para explicar como, de duas maneiras distintas, mas que se combinam, se deu e se dá o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo o: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios.

No primeiro caso, há total hegemonia do capitalismo, e a produção subordina a circulação. A territorialidade do agronegócio é inclusive mais visível e agressiva do ponto de vista das alterações das paisagens,

[...] o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo [...] (OLIVEIRA, 2012, p.106).

Na segunda forma de territorialidade formulada por Oliveira, a *monopolização dos territórios*, o capital se estabelece sem necessariamente expulsar o camponês da terra, mas há uma sujeição do campesinato e de sua produção à lógica do capital, pela renda da terra. “A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo” (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Esse segundo caso é o que nos diz respeito em nossa pesquisa, pois nosso sujeito é a classe camponesa que vive da terra com o trabalho familiar, e é nesse caso também que o processo se dá de fato de forma combinada, pois a exploração se inicia no processo produtivo e se realiza na troca.

Parafraseando Marx, poderíamos dizer que a solução para desvendar esse mistério da exploração que sofre o camponês não pode surgir de uma análise da circulação e tampouco fora dela, no processo imediato de produção. Nenhum desses dois aspectos, vistos separadamente, nos conduz a uma solução para um enigma cuja chave encontra-se, precisamente, na combinação de ambas as esferas. A exploração do camponês consoma-se no mercado no momento em que o excedente troca de mãos, mas a base dessa exploração encontra-se nas condições internas de seu processo de produção. Os efeitos expropriadores da circulação não se originam no ato de vender ou comprar, mas na natureza do processo imediato de produção e consumo no

qual foram criados os produtos vendidos e serão consumidos os adquiridos (VERGÉS, 2011, p. 23).

Esse processo duplo é importante para o desenvolvimento do capitalismo no campo, pois, de duas formas diferentes, o capital se apropria da renda da terra e, em ambos os casos, seja pela expulsão da terra e proletarização, seja pela subordinação da renda da terra, o capital amplia seu poder sobre o território camponês, espaço fundamental de vida e de produção e reprodução do campesinato, que são as unidades econômicas onde se dão o trabalho familiar. Acerca dos territórios camponeses, Fernandes afirma:

Pode-se dizer, então, que o território camponês é uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental (FERNANDES, 2012, p. 746).

O conceito de campesinato, como já afirmado, possuiu entre diversas caracterizações, três postos-chaves para o desenvolvimento de nossa pesquisa: 1) sua existência e sua movimentação enquanto classe; 2) sua manutenção trabalho familiar com base na unidade econômica campesina; e 3) suas escalas de relação com os mercados.

Mediante essas afirmações, os conceitos de território e território camponês também merecem atenção em nossa análise, pois, em relação a nossa primeira caracterização de campesinato, é sob os territórios que se dá a luta de classes, entre a classe camponesa e a classe dos capitalistas. Tendo em vista que, na medida em que o capital avança para todo o meio rural e subverte todas as relações sociais até então construídas, o espaço geográfico torna-se palco de relações essencialmente conflitantes e contraditórias, deixando de ser apenas espaços de sobrevivência e reprodução, tornando-se espaços de disputas de poder, espaços de fragmentação, de propriedade privada, espaços de antagonismo entre classes, tornando-se territórios. “[...] está leitura tem como estrutura a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Nesse modo de análise, a relação classe-território é indissociável” (FERNANDES, 2013, p. 168).

Na medida em que o capitalismo vai se territorializando, ele destrói, se apropria e subjuga as relações não-capitalistas de produção, entre elas o trabalho familiar, comunitário,

associativo, segundo ponto central para nossa caracterização de campesinato. O avanço do capitalismo no campo se territorializa sob outras formas de produção não-capitalistas, cooperadas ou coletivizadas, que muitas comunidades camponesas em determinados territórios, transformando em mercadoria as culturas agrícolas e imprimindo valor de troca onde as relações se davam com base no valor de uso. “Entre as inúmeras referências que podem ser utilizadas na definição de território camponês, o trabalho familiar, por ser estrutural, é uma das mais importantes” (FERNANDES, 2012, p. 748). O extermínio do trabalho familiar e a imposição de outras relações e outras técnicas de trabalho são fundamentais para a monopolização do território camponês e a degradação da unidade econômica camponesa.

Na disputa pela apropriação da renda da terra camponesa, há quando o capital subjuga direta ou indiretamente a produção camponesa, lhe atrelando sobre diversos mecanismos, relações de subordinação ao mercado convencional capitalista, terceiro aspecto de nossa análise acerca do campesinato. De forma indireta, o capital pode se territorializar sobre o que Fernandes (2013) chama de “primeiro território”, que é o território da governança, do Estado-Nação, que é quando a burguesia, fazendo-se valer de sua hegemonia dos aparelhos de Estado, impõe via créditos bancários, mercadorias a serem produzidas nas unidades econômicas camponesas, e daí extraem seus lucros por meio de juros destinados ao sistema financeiro. E de forma direta, o capital territorializa seu monopólio, expulsando o camponês da terra, ou lhe impõe de forma direta, sem necessidade de interferência de governos, regras de mercado, atravessadores, lhes inserindo nas chamadas cadeias produtivas de determinados gêneros agrícolas:

Além do processo territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), que representa a essência da resistência do campesinato no enfrentamento com o capital, ocorre também o processo de monopólio do território camponês pelo capital (Oliveira, 1991) ou da territorialidade do capital em território camponês (Fernandes, 2009; Fernandes, Welch e Gonçalves, 2010). Exemplo concreto disso é o denominado processo de “integração” mediante o qual as empresas capitalistas subordinam o território camponês para a produção de commodities. Nesse caso, o capital impõe um modelo produtivo monocultor, impedindo que a família camponesa pratique a policultura (FERNANDES, 2012, p. 748).

Desta forma, a disputa pela apropriação do capital sobre a renda da terra camponesa, necessariamente se dá na disputa territorial, pois o campo dessa disputa não é o território do grande proprietário, nem do capitalista proprietário, mas sim na propriedade “do outro”, o

território alheio. A resistência do campesinato enquanto classe é o que garante a sua sobrevivência, e não sua metamorfose em proletário urbano ou rural, ou em capitalista ou em agricultor familiar, como defende os teóricos do Capitalismo Agrário, que não veem nas disputas territoriais, a dinâmica e os conflitos da luta de classes. As classes e os sujeitos não existem ou resistem sem suas bases produtivas, sociais e culturais, sem seus territórios. “O Território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão” (FERNANDES, 2013, p. 180).

Vergés (2013) afirma que de qualquer forma, o camponês será explorado, “saqueado na venda de sua produção”, nas palavras do autor, mesmo que o camponês não venda sua força de trabalho, ou usando crédito bancário, e conseguindo trocas equivalentes no mercado de bem de produção e consumo. Isso é possível justamente pela possibilidade singular de atuação do capital em determinados territórios, pois nessas zonas, há uma legalidade excepcional, ou seja, os capitalistas que nesses territórios atuam, nas mais diferentes frentes de transferência da renda camponesa, podem desfrutar de lucro médio acima da taxa média do capital global. Nesses territórios, os juros bancários estão acima da média, o que o camponês consome está acima valor de produção, e o que vende está abaixo. Os capitalistas privilegiados desses territórios exercem um nível de monopólio regional, não contra outros capitalistas, mas na condição de total vantagem sob a produção camponesa.

Essa relação complexa, que necessariamente subjuga a produção camponesa e a própria condição de manutenção do território camponês, só é possível por este processo de territorialização do capital em todas as vertentes, e se sustenta, não necessariamente com base nas regras econômicas do jogo, mas sob aparatos políticos e até jurídicos de repressão, que protegem esses capitalistas que gozam de monopólio regional dos camponeses e de outros capitalistas, que almejam essa condição diferenciada de lucro extraordinário.

Essa forma de exploração peculiar, a complexidade de seu funcionamento e a necessidade de defendê-la como um monopólio é a origem de uma estrutura socioeconômica típica das zonas rurais de caráter camponês. Se na indústria a concentração dos meios de produção na fábrica opera como um autômato e, ao mesmo tempo, como um autocrata que garante por si mesmo o controle do processo, a exploração camponesa exige, por outro lado, um mecanismo de controle social mais complexo e paralelo às relações econômicas propriamente ditas. Esse autocrata rural e suas funções de coação extraeconômica são mencionados frequentemente junto com o conceito de “caciquismo”. Entendido dessa forma, o “caciquismo” seria uma

estrutura complexa de controle político-ideológico e exploração que se define por uma zona de influência monopólica, cuja base é constituída pelas unidades de produção camponesa formalmente independentes e espoliadas, fundamentalmente, por meio da intermediação (VERGÉS, 2011, p. 57-58).

No Brasil, esse “caciquismo” se manifesta de determinadas formas, com suas particularidades. Segundo Martins (1981) esse cacique já foi chamado de Estancieiro no Sul do país, de Fazendeiro no Sudeste, de Senhor de Engenho no Nordeste e de Seringalista no Norte do Brasil. Em todos os casos, é o latifundiário, que já cumpriu na história do país a função política do Coronel, e que atualmente, coexiste com o agronegócio, inclusive Vergés afirma que esta função do cacique constantemente é exercida por empresas agroindustriais e agrocomerciais privadas.

Essa sobreposição de territórios camponeses no território do capital, seja o de Estado e também o do capital privado, é possível pela própria lógica de reprodução capitalista. A existência de territórios camponeses com os chamados modos “não-capitalista de reprodução” só é possível por que estão inseridos no modo capitalista de reprodução, e só se reproduzem enquanto fruto do próprio capital, da sua expansão totalizante e contraditória.

Para Vergés (2011) a única possibilidade, no plano imediato, de superação do caciquismo enquanto agente político, ideológico e jurídico de manutenção dos mecanismos de transferência da renda camponesa, seria o controle estatal da economia capitalista, para a quebra dos monopólios privados, a socialização a nível global das taxas de juros e o controle do comércio.

As funções cumpridas pelos “caciques” locais e regionais e, inclusive, as que são desenvolvidas por certas empresas agroindustriais e agrocomerciais privadas, podem ser, ao menos teoricamente, substituídas por empresas estatais, nas quais o excedente camponês será transferido através dos preços e em forma de subsídio à totalidade dos capitais privados. A forma mais “racional” de colocar em prática a exploração massiva do campesinato a serviço do capital global, e a única maneira de eliminar lucros extras que fixam parte da mais-valia de um setor privilegiado e improdutivo, é a nacionalização do mercado camponês: o monopólio estatal sobre a terra, o crédito, o abastecimento de insumos e meios de vida, bem como a comercialização do produto camponês (VERGÉS, 2011, p. 59).

No Brasil recente, parte dessas alternativas se deram por meio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos, que exercia influência sobre as dinâmicas de preços de produção locais, ou a política de créditos sob bancos públicos, como o PRONAF. Entretanto acreditamos também ser possível atuar nessa contradição do caciquismo local ou

regional, acessando de forma autônoma os mercados locais ou regionais, onde se realiza parte da transferência da renda camponesa, alterando, como fez o PAA, as taxas médias de lucro local e os preços de produção no âmbito da comercialização. É essa experiência da classe camponesa que analisaremos a frente, em sua perspectiva de desenvolvimento histórico.

3 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO CAMPESINATO E DO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO

3.1 Introdução

Neste capítulo foi retomado o desenvolvimento histórico das condições concretas que propiciaram que a região noroeste do Espírito Santo fosse o último território alvo das políticas de colonização, as contradições que fizeram desse território, espaço de produção e reprodução do campesinato, e em quais condições reais esse campesinato vem conseguindo se manter. Vamos buscar em estudos recentes e em campo, junto a lideranças de atuação histórica na região, as condições sociais e políticas que fazem do Noroeste uma área de forte presença do movimento camponês, e no que essa presença implica no desenvolvimento das forças produtivas.

Organizamos o capítulo entre os processos iniciais de ocupação da imigração camponesa (e consequente desocupação indígena) do território, pelas políticas de colonização do Estado, e a consolidação desse modelo de agricultura familiar. Num segundo momento, vamos analisar como o capital se relaciona com esse território e se insere nas comunidades e nas formas de organização camponesa com os pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde, a partir de 1964, durante a Ditadura Militar. A esse período chamaremos de primeiro ciclo histórico.

A segundo ciclo se dá com a democratização do Brasil e o forte ebulição dos movimentos camponeses na região, e a ascensão do modelo neoliberal a nível nacional e das políticas públicas de crédito, e seus efeitos sobre a produção e a organização camponesa, até os anos 2000, com a consolidação dos governos neodesenvolvimentistas e das políticas sociais para o campo e as populações mais pobres.

O terceiro ciclo histórico, de ruptura com o ciclo anterior, é o momento atual, com o fim do período de governos neodesenvolvimentistas e o esgotamento das políticas públicas, colocando assim na agenda das organizações camponesas, a necessidade de repensar sua autonomia e de sua produção e comercialização frente as investidas neoliberais.

3.2 Do vazio demográfico à revolução verde

3.2.1 O vazio demográfico e a zona tampão

A formação territorial do estado do Espírito Santo carrega em seu processo de constituição algumas particularidades que o diferem dos estados vizinhos e dos ciclos econômicos que hegemonizaram o período colonial e da República, até meados das décadas de 1960 do presente século.

A capitania do Espírito Santo no início da colonização interessou muito pouco à Coroa Portuguesa, que nos primeiros séculos da colonização dedicou-se principalmente às grandes plantações de cana-de-açúcar na porção centro-norte do Brasil. Nesse período as poucas vilas, cidades e povoados que haviam se formado no então território da capitania localizavam-se na região central da capitania, nos arredores da capital Vitória, áreas onde se concentravam as fazendas, a exceção era São Mateus, importante porto de entrada de navios de tráfico de escravos, no extremo norte capixaba.

Com a ascensão do ciclo do ouro em Minas Gerais e a expulsão dos missionários pelo Marquês de Pombal no século XVIII, o centro econômico da colônia se desloca para a porção centro-sul da colônia, tendo a capital transferida para o Rio de Janeiro. Nesse contexto a Coroa Portuguesa proíbe a abertura de estradas e fundações de vilas entre as regiões mineradoras e o litoral, incluindo aí o sul da Bahia, leste de Minas Gerais e basicamente toda a faixa atual do território capixaba (Neto, 2012, p.123-124). Tal medida tinha como objetivo principal evitar o contrabando de ouro das Minas Gerais, que tinha como rota o vale do Rio Doce e outras bacias que atravessavam o território capixaba.

Dessa forma, segundo Neto (2012), no início do século XIX, a população estimada na área colonizada (vilas, cidades e aldeias do litoral espírito-santense) não era maior que 24 mil habitantes, e composta basicamente por indígenas que se misturaram aos colonizadores por meio das missões jesuíticas.

Nessa contagem oficial não se consideram as populações indígenas que se mantinham resistentes a qualquer tipo de contato com colonizadores e missões religiosas. É sobre essa historiografia tida como oficial que se baseia a tese do “vazio demográfico” no estado do Espírito Santo. Essa tese, que ainda é a oficial, adotada pelo Estado e amplamente defendida

nos meios acadêmicos e instituições de pesquisa, veio a servir de base para os projetos colonizadores e de desenvolvimento entre o final do século XIX e meados do XX, legitimando então que nas porções norte e noroeste do estado havia uma ampla área a ser colonizada e explorada.

Contudo tal tese pode ser confrontada a partir de argumentos usados pelo próprio Estado para impedir o avanço de pessoas e projetos colonizatórios sobre a porção noroeste do Espírito Santo no período do ciclo da mineração. Além das leis que impediam o avanço sobre o interior da capitania, uma forma de “afastar” possíveis aventureiros e traficantes de ouro, as histórias difundidas sobre as populações indígenas altamente violentas que viviam sobre as margens do Rio Doce e São Mateus serviam como argumentos dissuasivos. Ora, se a própria Coroa Portuguesa confirmava a presença de tribos indígenas “ferozes” como então essa região veio a ser descrita depois como um “imenso vazio demográfico”? Sobre essa tese, Jaime cita Moreira;

É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme “vazio demográfico”, totalmente disponível à ação colonizadora e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados “índios bravos” ou “tapuias”, representantes das tribos puri, coroados, botocudo e outras, mas também os então denominados “índios mansos”, “domesticados” ou “civilizados”, isto é, aqueles que pertencentes às tribos tupiniquim e termiminó, que, desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso brasileira (V.MOREIRA *apud* NETO, 2012, p.125).

Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1998) chama a região tida como vazio demográfico de *Zona Tampão*, como sendo uma área que, interdita por um período de cerca de 100 anos pela Coroa Portuguesa, possibilitou o uso desse território como refúgio para as diversas tribos indígenas, em sua maioria classificadas linguisticamente como Macro-Jês.

Essa zona tampão, no entanto, não era pouco habitada. Vejamos o relato de um desbravador, Wilian Steains, ao subir o rio São José (afluente à margem norte do Rio Doce), no ano de 1885, traduzido por Neves (1984):

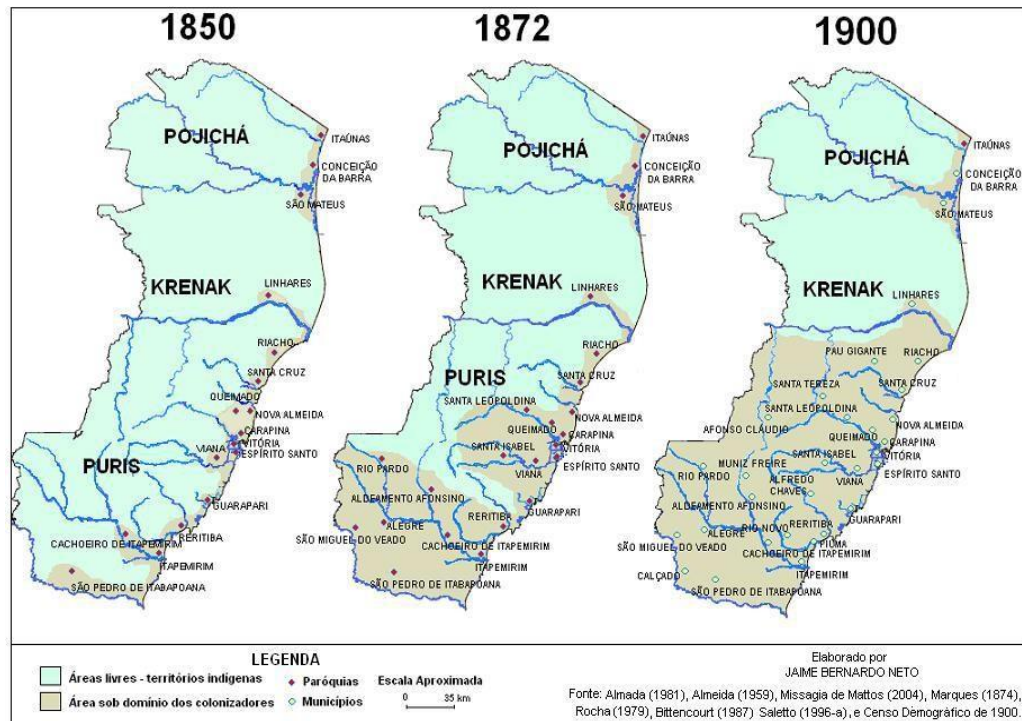
Para que se possa explorar o vale do rio Doce, esses índios, que totalizam, eu diria, cerca de 7.000 indivíduos, precisam antes ser civilizados, ou pelo menos, trazidos a um estado parcial de civilização. Os botocudos têm resistido tenazmente a todas as tentativas de civilização feitas nos últimos 380 anos, mas acredito firmemente que uma expedição bem organizada possa realizar essa tarefa em espaço de tempo relativamente curto. Daí adviria enormes benefícios: as margens do rio Doce poderiam ser não digo

colonizadas, mas povoadas, e o Brasil teria aberta e em condições de prosperidade uma das mais ricas regiões de seu vasto império (NEVES *apud* ZANONI, 2015, p. 66).

Antes da política de colonização do Estado, já na década de 1920, há registros de ao menos três tentativas de colonização da região, ao norte do Rio Doce. Sendo elas, segundo Zanoni (2105): 1) promovida pelo engenheiro Nicolau Rodrigues em 1857, logo após a promulgação da Lei de Terras, que tentou demarcar uma área de 30 km ao norte do Rio Doce - os ataques dos Botocudos impossibilitaram esse projeto; 2) promovida por Antônio Rodrigues da Cunha, conhecido como Barão de Aimorés, no ano de 1876, subindo pelo braço sul do Rio São Mateus, essa iniciativa foi a que mais prosperou, pois veio a dar origem a cidade de Nova Venécia; 3) investida de uma Companhia Francesa, Societé Florestière, em 1914, que não avançou devido aos problemas econômicos da empresa, resultantes do início da Primeira Guerra Mundial.

Dessa forma, no início do século XX a zona tampão ainda era muito habitada pelos povos indígenas e pouco colonizada por imigrantes, como outras regiões do estado que nesse momento já haviam recebido grandes levas de imigração, em especial italiana, devido ao primeiro grande ciclo de café que o Espírito Santo viveu desde a Proclamação da República até a Primeira Guerra Mundial. O mapa abaixo nos mostra como a política da Coroa Portuguesa para evitar o tráfico de metais preciosos, acompanhada da resistência indígena possibilitaram a região noroeste do Espírito Santo manter-se preservada com seus povos originários:

Mapa 03 – Processo de expansão colonial e perda dos territórios indígenas: de 1850 a 1900



Fonte: Organizado por Bernardo Neto (2012).

Outro importante fator de resistência indígena na região ao norte do Rio Doce contra a política indigenista da época, que no final do século XIX era a de aldeamento, é que essas populações do tronco linguístico Macro-Jê tinham por característica o faccionalismo, que segundo Mattos (2012, p.141) “não se organizavam de uma forma coesa, unitária, e sim em pequenos grupos, independentes e mesmo rivais entre si. ”

Dessa forma, a medida que o Estado vai promovendo as políticas de colonização e imigração para a região da zona tampão, boa parte dessas tribos, ou foram submetidas ao aldeamento promovido pelo Estado (como a área indígena demarcada nas margens do Rio Doce, no município de Resplendor em Minas Gerais), ou migraram e se espalharam de forma pulverizada pelo interior do estado e demais regiões. Segundo Zanoni (2015), relatos de moradores antigos que habitam a região noroeste do Espírito Santo nos leva a concluir que a segunda opção foi a “preferida” pelas populações indígenas.

3.2.2. Os projetos de colonização e a formação do campesinato na região noroeste

Como já brevemente analisado, a formação social do estado do Espírito Santo contém algumas particularidades em relação aos demais estados vizinhos. Uma singularidade que merece nossa atenção é em relação as frações da elite que detinham o poder político e econômico no Espírito Santo, pois isso será decisivo para a formação da classe camponesa.

O que torna singular a realidade do Espírito Santo, entretanto, são os indícios de que nesse contexto de transição grande parte do poder político da província não estava de fato nas mãos da oligarquia rural, de forma semelhante ao que R.Moreira (1990) menciona sobre outras partes do Brasil, mas sim sob influência uma emergente burguesia mercantil (M.SILVA, 1995), o que foi determinante sobre as políticas de acesso a propriedade da terra, já que a essa burguesia mercantil capixaba a disseminação de pequenas propriedades rurais era algo interessante [...] (NETO, 2012, p. 71).

Embora houvesse se conformado uma oligarquia cafeeira no estado, esta se concentrava territorialmente na porção sul, região de Cachoeiro do Itapemirim, local que até o início do século XX foi o centro econômico do estado, tendo mais importância e sendo inclusive populacionalmente maior que a capital Vitória. A região de Cachoeiro viveu o ápice da produção cafeeira, e sua produção era exportada pelo Rio de Janeiro. É nessa região do estado que se dá num primeiro momento os grandes fluxos migratórios de imigrantes provenientes da Itália.

Contudo à medida que produção de café se desenvolvia em pequenas propriedades de imigrantes na região Serrana e no entorno da capital, e que essa produção escoava pelo porto de Vitória, uma nova classe ia ganhando força, os comerciantes, que cresciam economicamente sob as necessidades de armazenamento e escoamento da produção cafeeira dos pequenos agricultores. Segundo Neto:

[...] em meio à abolição da escravidão, as políticas do governo priorizavam essas obras de infra-estrutura que visavam incrementar o comércio em Vitória em vez de primar por garantir mão-de-obra barata aos latifundiários, impedindo os trabalhadores “livres” de ter acesso à terra, como seria de se supor (NETO, 2012, p.97).

A classe dos comerciantes que inicialmente se desenvolveu nos arredores da capital não tardou a expandir suas fronteiras para outras regiões do estado, à medida que expandiam também suas influências políticas (com a eleição do governador Muniz Freire em 1892 por exemplo), com a construção de obras de rodovias e pontes, e projetos de colonização, com

foco nas pequenas propriedades e no trabalho de imigrantes europeus e de outros estados brasileiros.

Após a Proclamação da República, quando a produção do norte do Estado – nos arredores das vilas de São Mateus e Santa Cruz – passou a ser também exportada pelo porto de Vitória, essa influência estendeu-se também por essa porção do Espírito Santo (M.SILVA, 1995, p.54), o que possivelmente é uma das causas pelas quais o avanço da colonização nessa porção do território capixaba com base no binômio imigrantes estrangeiros e pequenas propriedades rurais somente ocorrerá a partir de fins da década de 1880 e início da de 1890 (NETO, 2012, p.99).

Na medida em que a influência econômica e política da burguesia mercantil exportadora crescia, foram se desenvolvendo políticas dentro do aparelho do Estado para seu autobeneficiamento. A lei Estadual nº 1.711 de 18 de fevereiro de 1929, criada no bojo da Lei de Terras de 1850, versava sobre a venda direta de lotes e terras para pequenos e médios agricultores ao norte do Rio Doce:

Art. 9º - Não poderão ser vendidos a uma mesma pessoa mais de cem hectares de terras agrícolas ou destinadas a criação, salvo os casos previstos em lei e observadas as formalidades nela consignada.

Parágrafo único – Ao adquirente casado, com filhos menores em sua companhia, será permitida a aquisição de área maior, na proporção de 25 hectares para cada filho (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº 617 de 09.01.1952 *apud* ZANONI, 2015, p.88).

Observa-se nitidamente que a lei procurava dar incentivos aos pequenos agricultores, estimulando as vendas de pequeno e médio porte, contudo não podemos esquecer dos interesses da burguesia mercantil por detrás dessa lei, logo, essa mesma lei não abria brechas ou dispositivos para comercialização direta de terras com esses imigrantes, mas sim, incentivava o mercado de terras via empresas que seriam as responsáveis pelos loteamentos, transformando a terra em mercadoria, como foi a Lei de Terras de 1850. A Lei Estadual 1.711 de 1929 demarcava no artigo seguinte seu real interesse:

Art. 10 – Mediante escrituras condicionais, poderão ser concedidas áreas maiores que o limite estabelecido no artigo anterior, a firmas, empresas ou sociedade com a necessária idoneidade moral e financeira, para o estabelecimento de novos núcleos coloniais, fomento da pecuária, ou desenvolvimento de culturas extensivas de interesse econômico para o Estado (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº 617 DE 09.01.1952 *apud* ZANONI, 2015, p.94).

A elite mercantil capixaba atuava de forma planejada, e antes mesmo da promulgação dessa lei antecipou-se e procurou formas de controlar esse mercado de terras. Tal iniciativa se deu por meio da criação da Companhia Territorial, que foi criada em 1923, pelo governador Nestor Gomes. O exemplo de outros estados brasileiros, foi por meio desta companhia que o Estado garantiu o controle sobre as vendas, as parcerias e a efetivação do ideário de mercantilização da terra que vinha no pensamento republicano da lei de Terras de 1850 e que se materializou nos demais estados da federação após a Proclamação da República.

Através da Companhia Territorial o governo capixaba firmou grandes parcerias de colonização e vendas de terras, como a Companhia Costa & Malacarne, que trouxe colonos oriundos do sul do estado, do primeiro ciclo de migração, fundando assim vilas que viriam a se tornar os municípios de São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha (ZANONI, 2014, p, 96).

Ainda segundo Zanoni (2015), outra grande parceria do governo do Estado foi com a Sociedade Colonizadora de Varsóvia, na década de 1930, que trouxe da Europa imigrantes Poloneses. Desses contratos surgiram as cidades de Águia Branca e Vila Valério.

A formação do campesinato na região noroeste do Espírito Santo teve grande influência das políticas de Estado, que visavam o lucro em cima do mercado das terras e também dos serviços de transporte e comercialização da produção cafeeira camponesa – está também incentivada por meio de políticas de colonização.

Com poucos recursos, sem acesso ao crédito bancário, o pequeno produtor era envolvido numa relação que o colocava na dependência do comerciante. Desse modo, o vendeiro gozava de um verdadeiro monopólio sobre seus clientes, que frequentemente incluía toda uma localidade e até, em certos casos, municípios inteiros (...). Essa era a forma pela qual o capital comercial apropriava-se do excedente produzido pelo trabalho familiar. As maiores vendas tinham relações diretas com os importadores e exportadores, porém a maioria ligava-se a comerciantes dos centros mais importantes do interior, que eram simultaneamente varejistas e atacadistas e se relacionavam, por sua vez, com as grandes casas exportadoras e importadoras de Vitória ou Rio de Janeiro. Esse sistema permitiu a acumulação de um capital mercantil local, que se apresentava em vários níveis; das pequenas vendas, com algumas dezenas de clientes, passando pelas casas comerciais de porte médio dos centros mais importantes do interior e de Vitória, chegando até a constituição de casas exportadoras e importadoras (...) (SALETO *apud* NETO, 2012, p. 98).

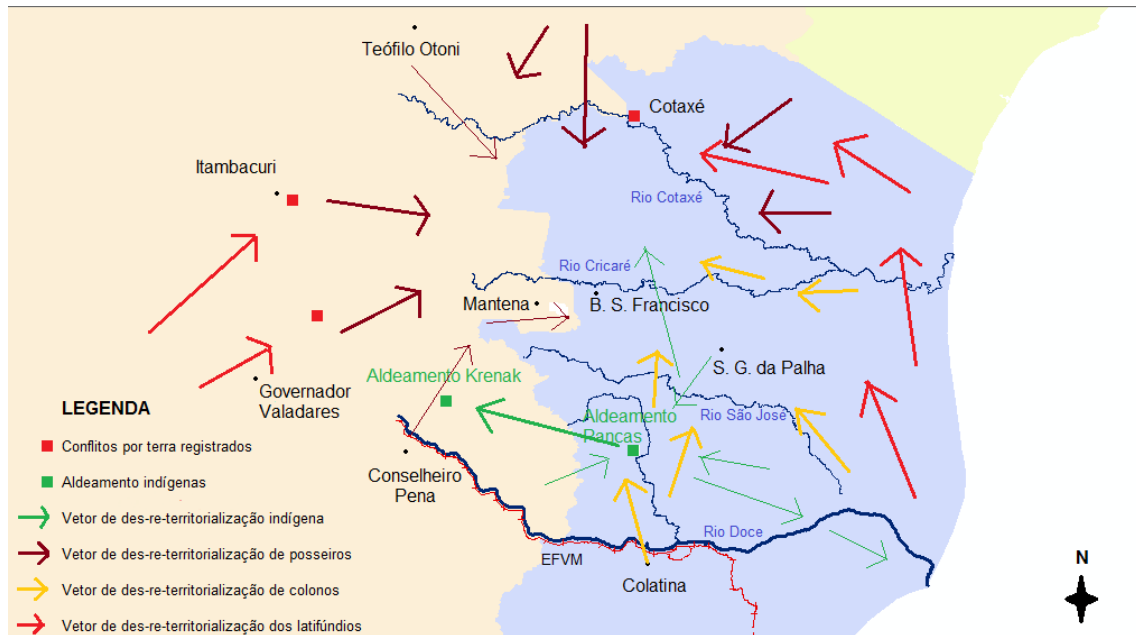
Dessa forma, o campesinato da região noroeste do Espírito Santo não se fez de forma mecânica ou unidirecional, em apenas um vetor de expansão ou colonização, múltiplos

sujeitos com suas múltiplas territorialidades fazem do noroeste capixaba um território também diverso de demais regiões capixabas. Em síntese, essa região de “colonização tardia” e com relativa ausência dos grandes latifúndios exportadores de café, foi formada pelos sujeitos:

- Indígenas – como já citado, ou agruparam-se em aldeias, como propunha o Estado Republicano, ou dispersaram-se em grupos pela região e por outros estados, como era de costume das etnias da matriz linguística Macro-Jê. É o povo que mais teve e tem dificuldade de se reconhecer enquanto povo e enquanto cultura, pela perda de suas tradições e pela forma como o Estado brasileiro hoje os reconhece legalmente;
- Colonos do sul do estado – oriundos do primeiro ciclo de imigração italiana, motivada pelo primeiro grande ciclo de produção cafeeira na região de Cachoeiro do Itapemirim. Esses colonos, filhos e filhas de italianos imigrados, foram incentivados a migrar para o noroeste pela nova elite mercantil capixaba (muitas delas formadas no seio da aristocracia cafeeira) via Lei Estadual 1.711. Esse processo vem provocando a proliferação de minifúndios na região colonizada, principalmente as margens do Rio São José na região de Águia Branca;
- Imigrantes poloneses – essa imigração, feita na parceria do estado com uma empresa polonesa, foi motivada pela guerra e a perseguição da Segunda Guerra Mundial, estavam aqui fugidos, não vieram a princípio para trabalhar nas terras como foram os italianos;
- Posseiros de outros estados – principalmente de origem mineira, baiana e cearense, muitos vieram para cá em busca das terras desocupadas e fugindo dos ciclos da seca. Com o desenvolvimento do capital na região, muitos perderam suas terras ou foram levados a assinar contratos de arrendamento sem ao menos lerem os documentos, por conta do analfabetismo. Muitos desses hoje se encontram sem terra trabalhando “a meia” como dizem, como proletários rurais em empresas do agronegócio (principalmente no litoral e extremo norte) ou em assentamentos de reforma agrária por meio da recampenização.

O mapa abaixo nos ajuda a compreender como se deram esses movimentos e as múltiplas territorialidades desses sujeitos que confirmaram o campesinato na região:

Mapa 04 – Principais vetores de ocupação do norte e noroeste do Espírito Santo



Fonte: Elaborado por Zanoni (2015).

Ao final desse primeiro processo de ocupação, segundo Teixeira (1974), tinha na região 1.368 famílias com o total de 7.940 pessoas de nacionalidades e estados diferentes. Essa formação nos levar a crer que de fato a tese de ocupação do vazio demográfico não possui sustentação, pois, embora sejam os projetos de colonização do Estado que possibilitaram a formação de uma região eminentemente camponesa, os indígenas que lá estavam antes no Vale do Rio Doce eram, como dito na citação anterior de Steins, cerca de 8 mil.

O projeto colonizatório era também um processo civilizatório, com objetivos desenvolvimentistas e econômicos, como pode ser visto a partir das décadas de 1960 com os projetos industriais de uma nova e crescente burguesia capixaba que irá se consolidar, e com os projetos de erradicação dos cafezais, que afetarão diretamente o campesinato da região noroeste.

3.3 Os ciclos históricos no processo de formação e organização da produção camponesa

3.3.1 Primeiro Ciclo Histórico: A erradicação dos cafezais, a Ditadura Militar e a Revolução Verde

Podemos demarcar o período que se inicia em meados da década de 1950 até o final de década de 1970, como um período histórico de turbulência política no país, e de profundas alterações espaciais e econômicas. A conjuntura do estado do Espírito Santo não ficou alheia perante os importantes acontecimentos históricos que sucederam esta época.

Do ponto de vista político, esse período histórico marca a ascensão das lutas camponesas no Brasil, em especial a emersão social da bandeira da reforma agrária. Mas não apenas, as frações da classe burguesa que detinham o controle e os rumos de nosso país, também se encontravam em disputas internas, sobre os rumos da nação e qual o projeto de desenvolvimento nacional que nos guiaria pelos anos seguintes.

Consequentemente essas disputas interviam diretamente na formação espacial do território brasileiro, projetos de regionalização, investimento na infraestrutura urbana e industrial, inversão populacional e alteração nos hábitos de consumo são alguns exemplos.

Nesse cenário de conflitos temos o Golpe Militar de 1964 e a entrada em larga escala da Revolução Verde no Brasil. No Espírito Santo, outro acontecimento, somado a esse processo mais amplo, também teve singular relevância para o entendimento da nossa história e geografia local, a erradicação dos cafezais. Entretanto, primeiramente é necessário entender essa política inseridos no contexto nacional.

Como citado anteriormente, a partir da década de 1920, com o declínio das grandes fazendas cafeeiras do sul do estado, na região do Vale do Itabapoana, desponta em nosso estado uma elite mercantil, que lucrava não com o cultivo do café, mas sim sua comercialização. Essa elite ganhava com a comercialização, mas as bases produtivas eram sob as pequenas propriedades, em especial na região serrana, e na recém-ocupada região noroeste capixaba. Essa burguesia detinha o poder político do Espírito Santo, tendo determinadas várias ações de Estado para o fortalecimento desse viés econômico, como as políticas colonizatórias.

A direção política de nosso estado, dada pela burguesia mercantil, tinha como retaguarda política, os acordos de sustentação da política nacional brasileira, firmada, de acordo com Daré (2010), entre a emergente elite industrial e as antigas elites latifundiárias e mercantis, pactuadas no Estado Novo em 1937 e tendo o Presidente Vargas como seu representante político.

Segundo Marini (2000), a “complementaridade” entre a oligarquia latifundiária cafeeira e mercantil e a burguesia industrial se estendeu entre os anos 1930-1950, período em que a indústria nacional dependeu da manutenção dessa estrutura. Mas, quando o polo industrial dessa relação começou a autonomizar-se, entrou em conflito com o polo agrário, e teve-se, assim, a primeira “cisão” do compromisso, a “cisão vertical” (DARÉ, 2010, p. 25).

Gomes (2005) afirma que, já a partir da década de 1940, alguns investimentos com vistas a alterar as bases produtivas regionais foram criados pelo governo Federal, como a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que tinha por objetivo escoar pelo litoral capixaba o minério vindo de Minas Gerais, explorado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – com sede em Belo Horizonte.

Nesse contexto, segundo Gomes (2005), um grupo de empresários capixabas começa a se organizar e criam a Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES – para pleitear iniciativas no campo econômico junto aos governos estaduais e nacional. Esta articulação dá certo pois, em 1961, a sede da CVRD muda para Vitória, e o engenheiro capixaba Eliezer Batista torna-se o presidente nacional da companhia.

Naquele momento estavam definitivamente montadas as bases para os grandes investimentos industriais na região. Em especial, a partir de iniciativas da CVRD, iniciava-se as articulações para a implantação das usinas de pelotização de minério de ferro, construção do Porto de Tubarão e, ficava cada vez mais próxima a realização do antigo sonho, de se implantar uma grande siderurgia na cidade de Vitória (GOMES, 2005, p. 23).

A FINDES ganha espaço político no segundo mandato do governador Carlos Lindenberg (1959-1962), onde essa instituição passa a assessorar o governo, com a criação de um Conselho técnico, que tinha como membro, entre outros, o Presidente da CVRD, Eliezer Batista.

Daré (2010) afirma que esse Conselho Técnico passa a definir as políticas de desenvolvimento para o Espírito Santo com a organização de estudos e diagnósticos sobre a realidade local,

Esses estudos tiveram início com o *Seminário Pró-desenvolvimento Econômico do Espírito Santo*, realizado em fevereiro de 1960 pela FINDES com o apoio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e do Governo Estadual. Em 1962, o Serviço Social Rural produziu um relatório síntese desse Seminário, intitulado *Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida do Estado do Espírito Santo*, o qual pode ser considerado um dos primeiros diagnósticos sócio-econômicos do Espírito Santo (DARÉ, 2010, p. 36).

Esse relatório, em síntese, avaliava a distribuição espacial a população capixaba, afirmando que nossa maior concentração se dava nas porções sul e centrais do estado, e que o norte capixaba ainda não possuía características de “ocupação permanente” (Daré, 2010, p. 36). No âmbito econômico, constata-se que a economia capixaba é atrasada em relação as demais economias vizinhas, e que o motivo desse atraso seriam a instabilidade da economia cafeeira e as perspectivas de um modesto crescimento contrastando-se com as exigências e pressões demográficas da área (SERVIÇO SOCIAL RURAL *apud* DARÉ, 2010, p. 39).

Vale ressaltar que quando o relatório afirma a instabilidade da economia cafeeira, fala especificamente de sua base camponesa, que era sua principal base produtiva até então, já que as elites cafeeiras capixabas se encontravam no ramo da comercialização. O relatório afirma ainda, a baixa qualidade do café capixaba e seu atraso técnico, justamente por estarem em mãos da agricultura familiar.

Os recursos disponíveis para capitalização nas administrações estaduais são deveras limitados, face à estrutura econômica vigente. A base agrária em que repousa a economia espiritosantense não permite ampliar os limites excessivos que persistem na tributação estadual. [...] O café por sua vez, se de um lado representa o esteio da economia estadual, de outro, é um dos principais fatores limitativos ao desenvolvimento em ritmo mais acelerado. Restringida em termo de escassas áreas ecologicamente satisfatórias, a expansão cafeeira está a mercê mais da melhoria da cultura existente do que propriamente do aumento de área cultivável. A melhoria de qualidade, no entanto, a exemplo de outras áreas de cafeicultura mais rendosas que a capixaba, não é tarefa fácil, mormente no Espírito Santo, onde a propriedade agrária se concentra em pequenas unidades (SERVIÇO SOCIAL RURAL *apud* DARÉ, 2010, p. 38).

Para a resolução desse problema de atraso econômico, a FINDES propõe a “diversificação da economia capixaba”, que em outras palavras, seria a siderurgia e a industrialização, aproveitando as já existentes estruturas do porto e da estrada de ferro da Vale do Rio Doce.

Para a agricultura, também se propõe uma diversificação, com a implementação da fruticultura, da cana-de-açúcar, do algodão, da pimenta-do-reino, do amendoim, horticultura, fumo, da pecuária e da produção florestal. Ambas culturas que poderiam impulsionar o chamado comércio incipiente da agricultura camponesa. Essa proposta para agricultura, segundo Daré (2010), deveria se dar no aproveitamento dos vales férteis e também das imensas áreas férteis e adaptáveis do norte do estado. Dentro da diversificação proposta para a agricultura, a produção florestal ganhará especial atenção e investimento do governo estadual,

pois esta, poderia contribuir também no desenvolvimento industrial e siderúrgico que se estava propondo. Então para se alcançar ambos os objetivos, de industrialização e de diversificação agrícola, eram necessários mão de obra e áreas agrícolas liberadas. Tais objetivos foram sintetizados na proposta de erradicação dos cafezais.

Em 1961 o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Recuperação Econômica - GERCA – ligado ao Instituto Brasileiro do Café (IBC, criado em 1952), para planejar a economia cafeeira e controlar os preços de mercado, evitando as supersafras, “[...] pois a partir da segunda metade da década de 1950 os preços internacionais do café começaram a apresentar quedas acentuadas devido ao aumento elevado da produção cafeeira (DARÉ, 2010, p. 43).

O GERCA implementou em duas fases uma política de erradicação de cafezais, com o objetivo de eliminar os chamados cafés de baixo custo, ou baixa qualidade, com objetivo da diversificação das plantações ou da renovação dos plantios de café. A primeira fase das erradicações se deu entre 1962-63, onde o Espírito Santo pouco participou, e a segunda fase se deu entre 1965-67, em que o estado foi o que mais eliminou pés de cafés.

Ao final dessas duas etapas de erradicação, segundo Zanoni (2015) foram eliminados 1.379.303 pés de café, com uma área de 1.492.248 hectares, em todo o Brasil. No Espírito Santo foram erradicados 303 mil pés de cafés, com uma área de 299 mil hectares, “[...] o Espírito Santo reduzido 53,8% das suas lavouras, totalizando aproximadamente 70% do total da área de lavoura cafeeira. O Espírito Santo, mesmo contribuindo com pouco mais de 10% da produção nacional de café - o que não o tornava tão expressivo nacionalmente - foi o estado que mais aderiu ao programa [...] (ZANONI, 2015, p. 120). ”

A citação acima nos diz que nosso estado, mesmo tendo pouca expressão na produtividade nacional, foi quem mais erradicou pés de café na segunda etapa do programa. Se nossa produção era inexpressiva a nível nacional, por que nosso estado teria sido o que mais aderiu ao programa de erradicação? Há que se acrescentar que, devido à baixa qualidade de nosso café, nosso estado pouco exportava, tendo seu consumo limitado a demanda interna, logo, as chamadas crises de supersafras não tinham relevante participação do Espírito Santo.

Raquel Daré, em sua Dissertação de Mestrado, intitulada *A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo* levanta argumentos de que, a ideia gerada e amplamente difundida à época, de que a economia cafeeira do Espírito Santo se encontrava em crise de superprodução era de fato, uma ideia, não se materializava na realidade, nem no

âmbito da suposta superprodução, nem no tocante a economia, tendo em vista que a produção do café tinha como base as propriedades camponesas, e essas, por sua vez, não dependiam exclusivamente dessa cultura, pois não se tratava de uma monocultura, mas de uma produção diversificada, tendo o café apenas como carro chefe da produção. Daré comprova essa falácia com uma fala do Governador Carlos Lindenberg em uma palestra conferida em 1961, defendendo a produção dos cafeicultores capixabas contra as políticas de controle de preços e exportações do Governo Federal:

Enfatizou também que nos últimos 12 anos, enquanto a produção cafeeira do Espírito Santo havia decrescido 6%, a dos demais Estados produtores aumentou 89%, o que demonstrava que o estado capixaba não contribuía para o excedente da produção brasileira, apesar de receber as mesmas restrições impostas aos demais estados produtores. Carlos Lindenberg ressaltou ainda a importância do café para a economia capixaba, uma vez que o setor primário era, naquele período, responsável por 65% da renda territorial do estado, e neste setor o café era o produto que mais contribuía (60% em 1959) para a formação do valor da produção agrícola. Também para as finanças públicas o café apresentava-se igualmente importante, uma vez que era responsável por mais de 60% da arrecadação do Estado com o imposto sobre vendas e consignações, chegando a representar 90,6% da receita geral apurada (DARÉ, 2010, p. 42).

Esses elementos apresentados na dissertação de Daré nos levam a concluir, assim como fez a autora, de que os objetivos reais da erradicação eram de fato alterar as bases produtivas do Espírito Santo, levando a industrialização para a cidade, e para o campo, alterando a base produtiva camponesa, inserindo os pacotes tecnológicos da Revolução Verde e deslocando mão de obra camponesa para as cidades, como massa de trabalho e de consumo.

De acordo com Casali e Pizetta (2005), entre 1962 e 1967, cerca de 60 mil famílias capixabas foram a falência. A maior parte das famílias camponesas que viviam na região noroeste e às margens do Rio Doce produziam o café com o valor comercial, porém tinham também a produção de diversas culturas agrícolas, que as colocam em situação de praticamente autossuficiência alimentar.

Tal afirmação pode ser confirmada no relatório da ASPLAN feito em um levantamento em 327 propriedades após o processo de erradicação dos cafezais:

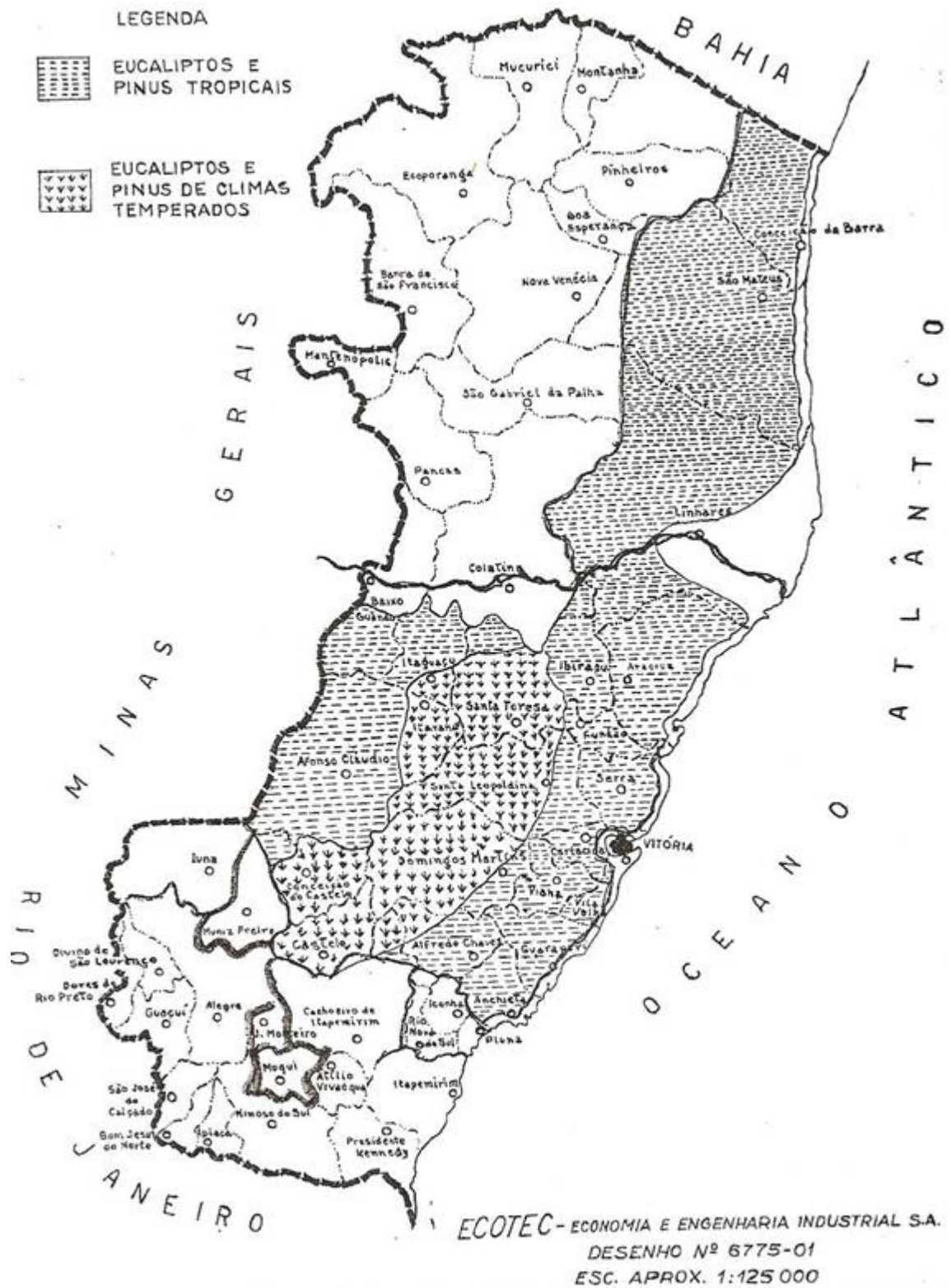
Segundo os técnicos da ASPLAN pôde-se se constatar através do estudo realizado nas propriedades agrícolas do Espírito Santo que boa parte delas se situava “num nível de exploração típico de uma economia de subsistência”. Nessas propriedades a produção não era “levada ao mercado”, ou seja, as “trocas” eram “realizadas junto a comerciantes locais, nos arraiais e centros

de reunião”, e aconteciam “apenas esporadicamente”, em “quantidades mínimas” e “sem o uso da moeda” (ASPLAN *apud* DARÉ, 2010, p. 55).

O relatório mencionado foi elaborado e coordenado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – CODES – criada em 1967, que coordenou o estudo *Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo*, esse estudo concluiu, entre outras coisas, que a produção agrícola capixaba precisava se diversificar para atender as demandas de consumo de mercado, com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico capixaba, e que estas demandas, seriam a silvicultura ao norte, e a pecuária ao sul, tendo sido daí elaboradas pela CODES os trabalhos, *A Pecuária Bovina no Espírito Santo* (1967), e *Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo* (1967).

Em relação ao chamado potencial florestal capixaba, as áreas tidas como as ideais para o plantio dessa cultura, seriam as florestas de tabuleiros. Essa região abrange o litoral norte do Espírito Santo e o sul da Bahia, região já citada anteriormente como não tendo características de “ocupação permanente”, pelos estudos da FINDES. A questão é que este território vinha sendo ocupado historicamente por ribeirinhos, caboclos, remanescentes quilombolas e indígenas, e posseiros, ou seja, populações que não detinham título das terras, e não à toa que, o zoneamento para o plantio de eucalipto não abarcava a região de Linhares, mesmo estando no território delimitado das florestas de tabuleiro, tendo em vista que, o município de Linhares era ocupado majoritariamente por fazendeiros de café e de cacau.

Mapa 05 – Zona indicada para reflorestamento em escala econômica, segundo ECOTEC (1967)



Fonte: ECOTEC (1967). In: Daré (2010).

Os estudos elaborados pela empresa ECOTEC, a pedido do CODES, também deixavam claro que a viabilidade do plantio de eucaliptos e sua atividade só se sustentavam economicamente se ligados a cadeia industrial e em empreendimentos de grande porte, plantadas em larga escala, demarcando assim o viés empresarial, e não camponês, desse tipo de atividade.

A diversificação integral de uma agricultura por silvicultura só é possível para os grandes empreendimentos e cujo produto, a madeira, seja destinado a uma finalidade industrial. Neste caso, esses empreendimentos ficam restritos a grupos econômicos capazes de aglutinar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento desse tipo de projeto, como vem acontecendo com o de Aracruz, que se propõe a reflorestar extensas áreas reunindo os interessados na aplicação de parte dos seus impostos de renda. Para o caso destes grandes investimentos, não há dificuldade que não possa ser vencida pelo alto grau tecnológico a que já se atingiu. Para as pequenas propriedades, essa diversificação não é tão fácil, dado o estágio econômico em que se encontram, pois a silvicultura é uma atividade que imobiliza apreciáveis recursos durante um longo período para poder dar, ao fim, lucros razoáveis, o que não é permitido aos pequenos lavradores que, além da carência de recursos financeiros, precisam de toda a área para exploração agrícola de sobrevivência (ECOTEC *apud* DARÉ, 2010, p. 69).

Outro fato que nos chama a atenção e nos interessa, observando-se o Mapa 05, que não há proposta de zoneamento de Eucalipto para a região noroeste do Espírito Santo, mesmo havendo proposta de floresta plantada também para as regiões de altitudes. A questão é que, mesmo com todos os indicativos de industrialização e “diversificação” da atividade agrícola após a erradicação dos cafezais, tal ação pesou para o campesinato capixaba, mas não todo ele. A estimativa de área liberada de 300 mil hectares de café serviu como base para implantação dos eucaliptos e da pecuária, porém, a atividade cafeeira não sairia tão fácil assim da realidade capixaba, tendo em vistas que, as elites que comandaram o Estado capixaba durante anos, não sairiam de forma simples do jogo político e econômico, mesmo com o rearranjo das frações de classes no poder político brasileiro.

Dessa forma, foi lançado em 1968 o *Projeto de Renovação da Cafeicultura*, elaborado no governo de Cristiano Dias Lopes Filho, e organizado pela Associação de Crédito e Assistência Rural – ACARES –, o CODES, a Federação da Agricultura do Espírito Santo – FAES –, o Ministério da Agricultura e o IBC. Essa articulação tinha por objetivo substituir as lavouras de café arábica, tido como de baixa produtividade e qualidade, pelas lavouras do café robusta, conhecido posteriormente como café *Conillon*.

Os interesses estavam em torno do mercado consumidor estadunidense, que era o maior consumidor mundial de café solúvel, uma indústria até então pouco difundida no Brasil, devido ao baixo conhecimento e baixo consumo desse tipo de café. Segundo Zanoni (2015) o cultivo do café robusta, matéria-prima para a produção do café solúvel se ampliava pelo continente Africano, Asiático e Centro Americano, entretanto a demanda de consumo nos Estados Unidos só crescia, e se expandia para a Europa.

Já em 1964, no Regime Militar, o Governo Federal sob o comando do Presidente Castelo Branco, procurou incentivar essa indústria no Brasil, e isentou a importação de máquinas e equipamentos para esse setor da indústria, e, de acordo com Zanoni: “[...] em 1968, o Governo Militar comandado por Costa e Silva criou o Decreto n.º 62.076, que tratava da Indústria do Café Solúvel, no sentido de abrir a possibilidade para a instalação e ampliação das indústrias de solúvel. Dentre as seis selecionadas, uma era capixaba: a Real Café Solúvel [...] (ZANONI, 2015, p. 133). ”

A Real Café Solúvel pertencia ao Grupo Tristão, que na verdade não era uma empresa de cultivo de café, fazia parte da elite mercantil capixaba que lucrava com a comercialização do café cultivado majoritariamente pelos camponeses nas pequenas propriedades rurais, desde a década de 1930, porém, na década de 1960 começou a exportar café solúvel, a partir da inauguração da fábrica específica. Para ter acesso a essa matéria-prima o café robusta, a Real Café, e posteriormente outras empresas do ramo, contaram com amplo apoio do Estado para a substituição dos cafezais no *Projeto de Renovação da Cafeicultura*. A ACARES foi central nesse processo.

A ACARES foi fundada em 17/11/56. Juntamente com outras treze organizações similares que operavam em vários estados brasileiros, a ACARES integrava o Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural, articulado em nível nacional pela ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). A ACARES tinha como finalidade desenvolver um programa de assistência técnica e financeira para a produção agropecuária do estado. A Associação se constituía em uma sociedade civil, sem fins lucrativos e de caráter essencialmente educacional, cujos recursos provinham dos membros contribuintes da Organização, que compunham a sua Junta Governativa: Governo do Estado, Centro de Comércio de Café de Vitória, Ministério da Agricultura e Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (DARÉ, 2010, p. 44).

Além da ACARES ter elaborado o plano de substituição dos cafezais de arábica para o *Conillon*, ela também incentivou os mecanismos de transferência dessa tecnologia para as diversas regiões do estado que não estavam contempladas no projeto inicial, que investia

apenas nas propriedades acima de 400 metros de altitude. Foi por meio da ACARES que o café *Conillon* chegou a região noroeste do estado, pois nessa época, a ACARES teve importante papel na criação e na difusão de Cooperativas de produção e crédito.

Segundo Zanoni (2010), foi criado em São Gabriel da Palha nessa época a COOABRIEL, e foi esta cooperativa, que por meio de uma negociação com o Grupo Tristão, que levou o plantio e a comercialização do café solúvel para o noroeste capixaba, pois o então presidente da cooperativa, e que era um grande produtor de café, veio a se tornar Prefeito da cidade.

A história da geração, difusão e transferência de tecnologia para o café conilon tem origem no ano de 1970, quando a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, incentivada pelo seu Prefeito, Sr. Eduardo Glazar, decidiu produzir e distribuir gratuitamente mudas de café conilon aos agricultores daquele município, sob a orientação técnica, à época, do Engenheiro Agrônomo da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares) Ailton Vargas de Souza (FERRÃO et. al. *apud* ZANONI, 2010, p. 141-142).

Para Casali e Pizetta (2005), esta ação é um marco do advento da Revolução Verde no noroeste do Espírito Santo, pois implementou a dependência do camponês ao pacote químico e tecnológico desta nova modalidade de café, alterando as relações de vida e comerciais do camponês, fazendo-o dependente da compra das sementes, da assistência técnica apropriada para o tipo específico de plantio, dependente dos insumos externos para o controle das “novas pragas” e finalmente, dependente dos bancos, via empréstimos que foram feitos para subsidiar esse novo empreendimento, ou seja, atenuou os mecanismos de transferência de valor do camponês para o capital. Se inicialmente a renda da terra camponesa era expropriada apenas no processo de mercantilização, a partir de então essa transferência assume variadas faces, como visto no capítulo 1 em Vergés (2011).

A entrada da indústria do café solúvel e do cultivo do café *Conillon* inseriram o Agronegócio do café nos territórios camponeses onde anteriormente havia o cultivo do café juntamente a outras culturas. O exemplo disso foram os estudos desenvolvidos pelas empresas públicas de assistência técnica:

Na década de 80, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-ES) e a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) incluíram programas para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas ao café Conilon, contemplando inicialmente as áreas de “melhoramento genético, nutrição e fisiologia vegetal, com o propósito de oferecer aos cafeicultores tecnologias apropriadas para essa cultura, da qual pouco se

conhecia, exceto pelos esforços iniciais do IBC e dos próprios produtores pioneiros” (FERRÃO et. al. *apud* ZANONI, 2015, p. 146).

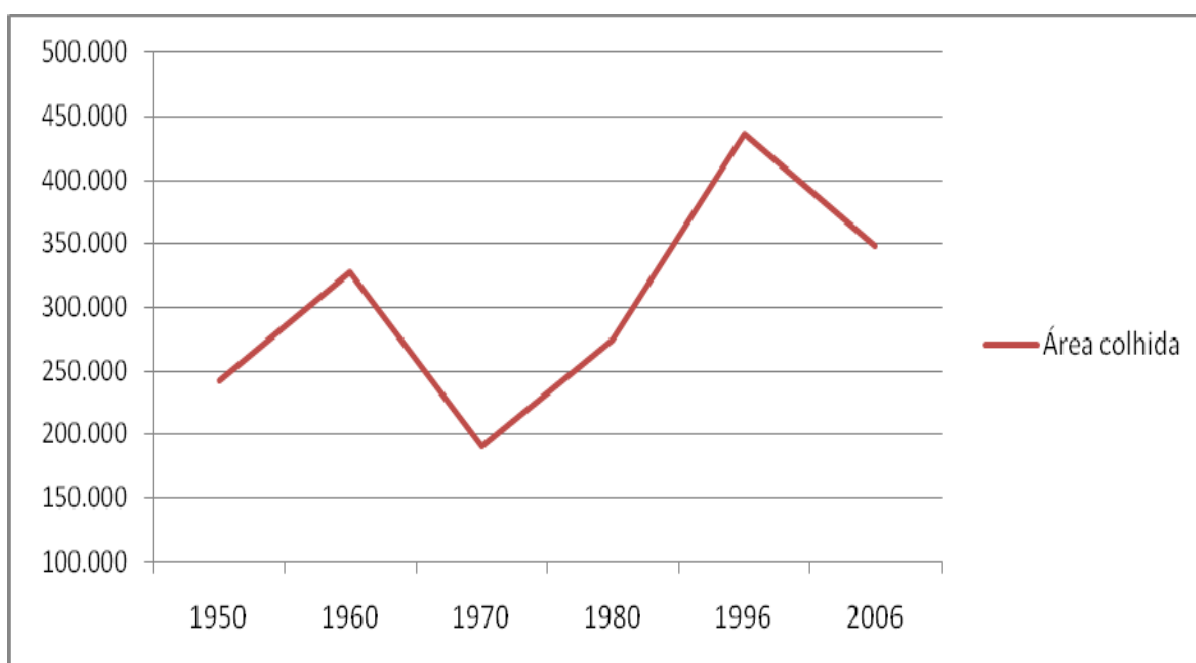
Nesse sentido, a Real Café Solúvel apenas abriu as portas para a inserção no território, de um mercado que já vinha mundializado em sua origem, pois desde o princípio, o cultivo dessa modalidade de café visava o mercado externo. Se antes, até a década de 1950, o café capixaba era considerado de baixa qualidade e atendia ao consumo interno, agora grandes empresas internacionais do Agronegócio comercializavam o café solúvel na região, e também disputavam a renda da terra camponesa, como a: “[...] Louis Dreifos, empresa francesa com filial em Nova Venécia; a Outsplan, empresa indiana com filial em várias partes do Brasil [...]. A cotação do café *Conillon* é feita pela Bolsa de Londres; a exportação se dá em forma de comodities [...] (ZANONI, 2015, p.146). ”

Esse processo da erradicação dos cafezais, que foi o pretexto para a imposição de uma modernização conservadora sobre os camponeses e sob a estrutura agrária do Espírito Santo, fez o estado alcançar o status de maior produtor brasileiro de café *Conillon*, tendo superado, em poucas décadas após a erradicação dos cafezais, o recorde de produção de café até então, provando que a política de erradicação, foi de fato, apenas um pretexto, uma ideia, como afirma Daré (2010), como pode ser observado no gráfico e na tabela abaixo:

Tabela 01 – Produção de café no Brasil: 2006

Estado	Produção (mil sacas beneficiadas)		
	Arábica	Conilon	Total
Minas Gerais	21.957	30	21.987
Espírito Santo	2.128	6.881	9.009
São Paulo	4.470	-	4.470
Paraná	2.248	-	2.248
Bahia	1.725	526	2.251
Rondônia	-	1.263	1.263
Mato Grosso	25	225	250
Pará	-	280	280
Rio de Janeiro	255	9	264
Outros	207	283	490
Brasil	33.015	9.497	42.512

Fonte: Conab (2006). In: Zanoni (2015).

Gráfico 01 – Café, área colhida (ha) no Espírito Santo: 1950-2006

Fonte: Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006. Organizado por Daré (2010).

Mas para Casali e Pizetta, a erradicação dos cafezais também tinha sentido político, pois desde 1955 em praticamente todos os municípios capixabas os camponeses estavam se reunindo para fazer frente aos interesses dos fazendeiros, e a brusca queda do preço do café e sua consequente política de erradicação, fez com que centenas de famílias migrassem em caminhões pau de arara para o oeste do Paraná, para condições de trabalho escravo e para desbravarem e cultivarem nessa região, sendo então os camponeses a serem, de forma forçada, os agentes da expansão da fronteira agrícola na região.

[...] podemos assim dizer, que o governo, através da política de erradicação do café, visando a implementação de grandes projetos, a política de colonização no oeste do Paraná e do apoio dado aos latifundiários que estavam assassinando centenas de posseiros, acabou diluindo a bandeira de luta que estava na praça, que era a questão da reforma agrária (CASALI, PIZETTA, 2005, p. 44).

Esta ação política comandada por fazendeiros junto ao Estado praticamente aniquilou o ainda incipiente movimento sindical capixaba no início da Ditadura Militar. Os sindicatos de trabalhadores rurais passaram então a ser criados pela igreja católica, que havia apoiado o golpe militar, e lhes conferiam caráter meramente assistencialista, oferecendo serviços como médicos e dentistas, sem nenhum tipo de debate político sobre o acesso a terra e a reforma agrária, como havia acontecendo até então.

O Sindicato era oferecido ao camponês como um presente. Não era uma conquista. Paralelo eram criados sindicatos rurais (patronais) que acabaram arrebanhando milhares de pequenos camponeses para seus quadros. Isso porque os dois se apresentavam com a mesma linguagem, oferecendo paternalismo, como é o caso das bolsas de estudo que eram repassadas aos filhos dos agricultores. Enquanto os sindicatos de trabalhadores rurais amortecem o avanço da consciência dos camponeses, o Estado Burguês abre ainda mais programas de colonização no Norte do Brasil (Rondônia, Pará, Acre, Maranhão...) cria o GETAT (Grupo executivo de terra do Tocantins) controlado pelo exército. A terra passa a ser controlada pela polícia, como um objeto de controle militar (CASALI, PIZETTA, 2005, p. 52).

Somente no final da década de 1970, quando nascem as comunidades Eclesiais de Base – CEBs – que dão novo sentido social e humano às orientações da igreja, volta a emergir a organização popular dos camponeses e os debates do acesso à terra e a reforma agrária, no seio da igreja católica. É este movimento - que ganha ampla adesão dos camponeses devido a sua forte tradição religiosa e ao seu histórico ligado aos movimentos messiânicos (Martins, 1981) - que possibilita a organização das oposições sindicais, que vão trazer à tona, na

conjuntura da redemocratização brasileira, o retorno do debate político ao movimento sindical de trabalhadores rurais.

A partir de 1976, a CPT e a FASE assumem um trabalho mais direto com os camponeses, discutindo a importância da luta sindical. Este trabalho tem origem em Colatina, com a criação de grupinhos de trabalhadores rurais como ferramenta de luta para defender os trabalhadores rurais. Se estruturam a partir daí as oposições sindicais que vão dar origem ao novo sindicalismo e através de suas práticas, fortalecem o surgimento de outras organizações de trabalhadores, como será o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [...] (CASALI, PIZETTA, 2005, p. 55).

Por fim, esse processo da modernização conservadora local deu ao estado do Espírito Santo dois papéis fundamentais: os grandes projetos agroindustriais, implementados pelo agronegócio das *commodities* agrícolas, e o papel da infraestrutura logística para o escoamento, via estradas de ferro e portos, da extração mineral e da produção de outras *commodities* agrícolas do interior do Brasil. Com amplo apoio dos governos locais e do capital internacional, num curto período de tempo, o estado alterou sua base produtiva, invertendo a lógica da produção familiar camponesa, provocando o êxodo rural, a urbanização e a proletarianização do camponês, e territorializando no campo suas monoculturas como o eucalipto, a cana-de-açúcar e a pecuária.

Do ponto de vista político, estas bruscas mudanças na forma de organização social camponesa também acirraram a questão agrária capixaba, pois colocaram de forma muito tênue, de um lado, o capital agrícola altamente mundializado do agronegócio junto ao latifúndio improdutivo que não foi superado, e de outro lado, o campesinato, muitas vezes integrado as grandes cadeias produtivas que comandam a economia estadual, mas que resistem na terra às políticas neoliberais. Estes conflitos colocados moldaram praticamente todas as organizações camponesas que vieram a atuar no campo capixaba.

3.3.2 Segundo Ciclo Histórico: as redefinições no território capixaba, a redemocratização e o surgimento do MPA

O rápido processo de reconfiguração do espaço geográfico capixaba causou sérios impactos na questão agrária, na agricultura, na demografia e consequentemente na política do Espírito Santo. É a partir dessas fissuras que vamos analisar o segundo ciclo histórico de formação e organização do campesinato e dos movimentos sociais em nosso estado.

Um segundo ciclo que, embora tenha provocado rupturas nos processos populares e na configuração do Espírito Santo, não necessariamente rompeu com o ciclo anterior, pelo contrário, foi gerado e parido pelas elites, que se movimentaram politicamente dentro das estruturas do Estado burguês, mas não alteraram sua posição enquanto classe.

Do ponto de vista populacional e econômico, é a partir da década de 1960, mas principalmente entre 70 e 80, com o desenvolvimento industrial do Espírito Santo, que temos a explosão da questão urbana, com o boom populacional urbano, e conseqüentemente o esvaziamento do campo. Entre essas décadas, há uma verdadeira inversão dos dados populacionais, onde a população rural vai de 71,5% da população capixaba em 60, para 36% em 80. Pode-se observar também, que o decréscimo da população rural, não acompanha proporcionalmente o crescimento urbano, ou seja, não há apenas o chamado êxodo rural, a transferência de trabalhadores do campo para a cidade, mas sim um forte processo de explosão da urbanização, com alto crescimento quantitativo da população urbana, que salta e 403 mil em 60 para, vinte anos depois, ser de 1.293 mil m 80.

Tabela 02 – ES – Dinâmica Demográfica 1950/2010 – Evolução da população Rural e Urbana

Espírito Santo	1950		1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%
Rural	758.052	80,1	1.014.887	71,5	877.417	54,9	729.962	36,0	676.030	26,0	633.769	20,5	583.480	16,6
Urbano	199.186	19,9	403.461	28,5	721.916	45,1	1.293.378	64,0	1.924.588	74,0	2.460.621	79,5	2.931.472	83,4
Total	957.238	100	1.418.348	100	1.559.333	100	2.023.340	100	2.600.618	100	3.094.390	100	3.514.952	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1950, 60, 70, 80, 91, 2000, 2010) / Organização: Pedro Henrique G. Lucci. In: Lucci (2013).

A tese da erradicação dos cafezais como mola propulsora para a liberação de mão de obra para a indústria pode ser comprovada quando analisamos a inversão da população rural e urbana capixaba, juntamente ao crescimento e até mesmo o surgimento em nosso estado, de setores da economia ligados ao desenvolvimento, observado os dados de População Economicamente Ativa – PEA. Podemos analisar o caso da Construção Civil no início da

década de 1990, onde aparece pela primeira vez nos dados, no mesmo período em que há leve declínio da mão de obra envolvida da indústria, que teve seu auge só ponto de vista de mão de obra na década de 80, onde apresentou um rápido crescimento em relação a década de 60, que é quando se inicia a execução dos principais projetos siderúrgicos e industriais direcionados ao Espírito Santo. Para além disso, houve a queda da PEA na agricultura em mais de 40%, entre 1960 e 1991.

Tabela 03 – ES – Dinâmica Demográfica 1960/2006 – Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) nos Setores da Economia Capixaba (%)

Ano	Agricultura (%)	Indústria (%)	Construção (%)	Comércio/Serviços (%)
1960	70,3	5,4	-	24,3
1970	52,5	13,6	-	33,9
1980	34,8	21,8	-	43,4
1991	27,0	12,6	8,0	52,4
2000	24,3	12,0	7,1	57,6
2006	20,1	13,2	7,5	59,2

Fonte: IBGE / Elaboração: Pedro Henrique G. Lucci in: Lucci (2013).

Essa mão de obra “liberada” da agricultura entre 1960 e 1970, de -17,8%, foi justamente quem abasteceu as demandas da indústria quando foi necessário, e o crescente setor de comércio e serviço (8,2% para indústria e 9,6% para o comércio), que depois, com o declínio da demanda industrial, foi transferido para a construção civil e novamente para o setor de comércio e serviços., Pois entre 80 e 91, a indústria e a agricultura perderam de PEA 9,2% e 7,2% respectivamente (16,4%), enquanto a nascente construção civil o comércio empregaram 8% e 9% (17%).

Entretanto o processo de erradicação dos cafezais não visava exclusivamente a liberação de mão de obra para outros setores demandantes no novo marco econômico capixaba, mas visava também, dentro da nova matriz de desenvolvimento, liberar terras para as novas demandas do capital no campo. Boa parte de agricultura capixaba, que no ciclo do café, se desenvolveu sob bases de pequenas propriedades, não mais eram interessantes para certos setores, como a chamada Floresta Plantada, que como mencionado o tópico anterior, demandaria altos investimentos, grandes extensões de terra e uma base de consumo industrial, não ficando essa atividade, acessível ao campesinato. Na tabela abaixo pode-se observar que,

durante o auge da erradicação dos cafezais, as propriedades rurais de menos de 100 ha perderam ao todo, uma área de 300 mil ha, na medida em que, as propriedades acima de 500 ha, ganharam uma área de total de 300 mil ha.

Tabela 04 – Espírito Santo – área e estabelecimentos por grupo de área, 1960-1980

Grupos de área (ha)	1970				1980			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-100	63.625	88,6	1.810.207	49,8	51.872	39,5	1.527.285	40,2
100-500	6.811	9,6	1.239.403	32,9	6.660	11,3	1.267.249	33,4
500-1.000	470	0,7	315.511	8,4	544	0,9	375.422	9,9
> 1.000	165	0,2	334.237	8,9	260	0,4	628.247	16,5
Total	70.711	100,0	3.759.360	100,0	59.340	100,0	3.798.224	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1980. In: Daré (2010).

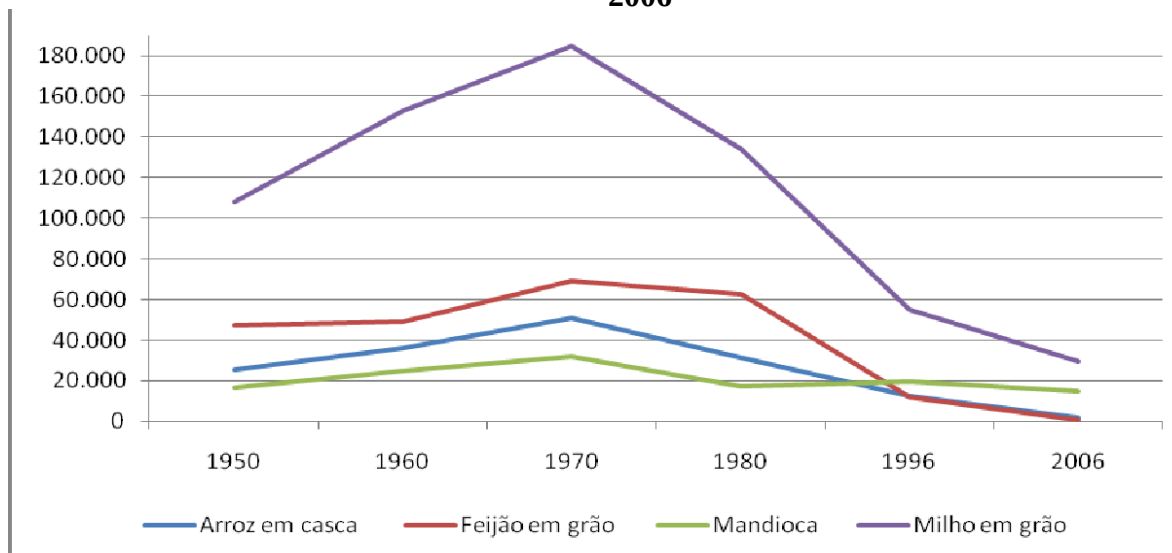
Se por um lado, os camponeses que perderam seus cafezais foram trabalhar na indústria, no comércio e na construção civil, suas terras viraram terra do latifúndio e do nascente agronegócio que a partir de então veio atuar no Espírito Santo, do cultivo do eucalipto principalmente (tabela 05), mas também de cana-de-açúcar e pecuária.

Nesse mesmo período, a produção de alimentos – milho, arroz, feijão e mandioca - caem bastante (gráfico 02). Essas culturas vinham crescendo até a década de 1950, e quando há a erradicação dos cafezais e a introdução de agronegócio, há uma queda, mostrando que não só a propriedade da terra em si foi para as mãos do agronegócio, mas o agronegócio penetrou também nas terras que se mantiveram com as pequenas propriedades da agricultura camponesa, como foi mencionado no agronegócio do café conillon na região noroeste, extraindo a renda da terra camponesa e multiplicando os mecanismos de transferência de valor.

Tabela 05 – Árvores plantadas (área) no Espírito Santo, 1970-2007

Ano	Área Plantada (ha)
1970	25.119
1980	143.148
1996	172.735
2007	186.354

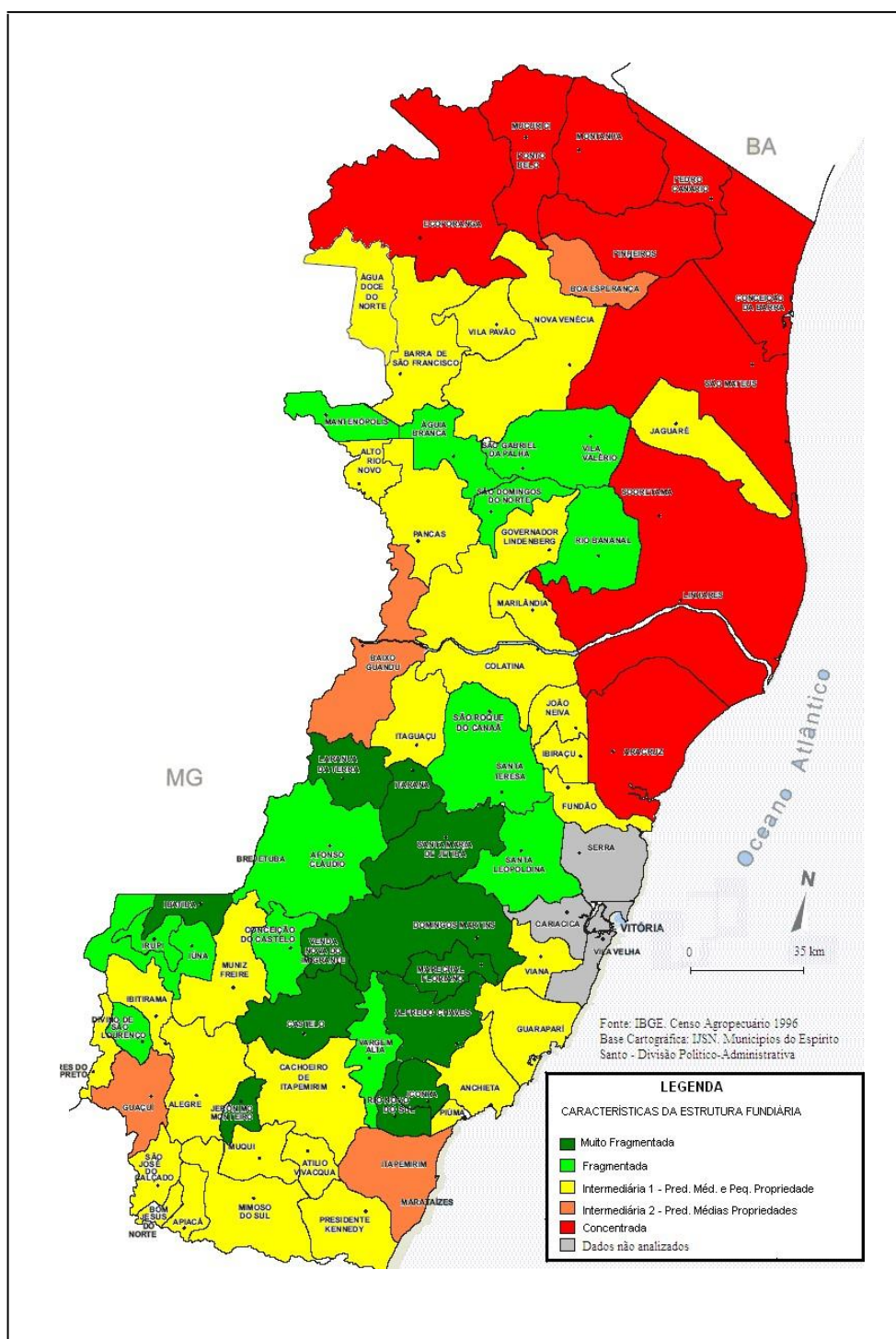
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e 2007. In: Daré (2010).

Gráfico 02 – Espírito Santo: área colhida (ha) das principais culturas agrícolas, 1950-2006

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1980, 1996, 2006. In: Daré (2010).

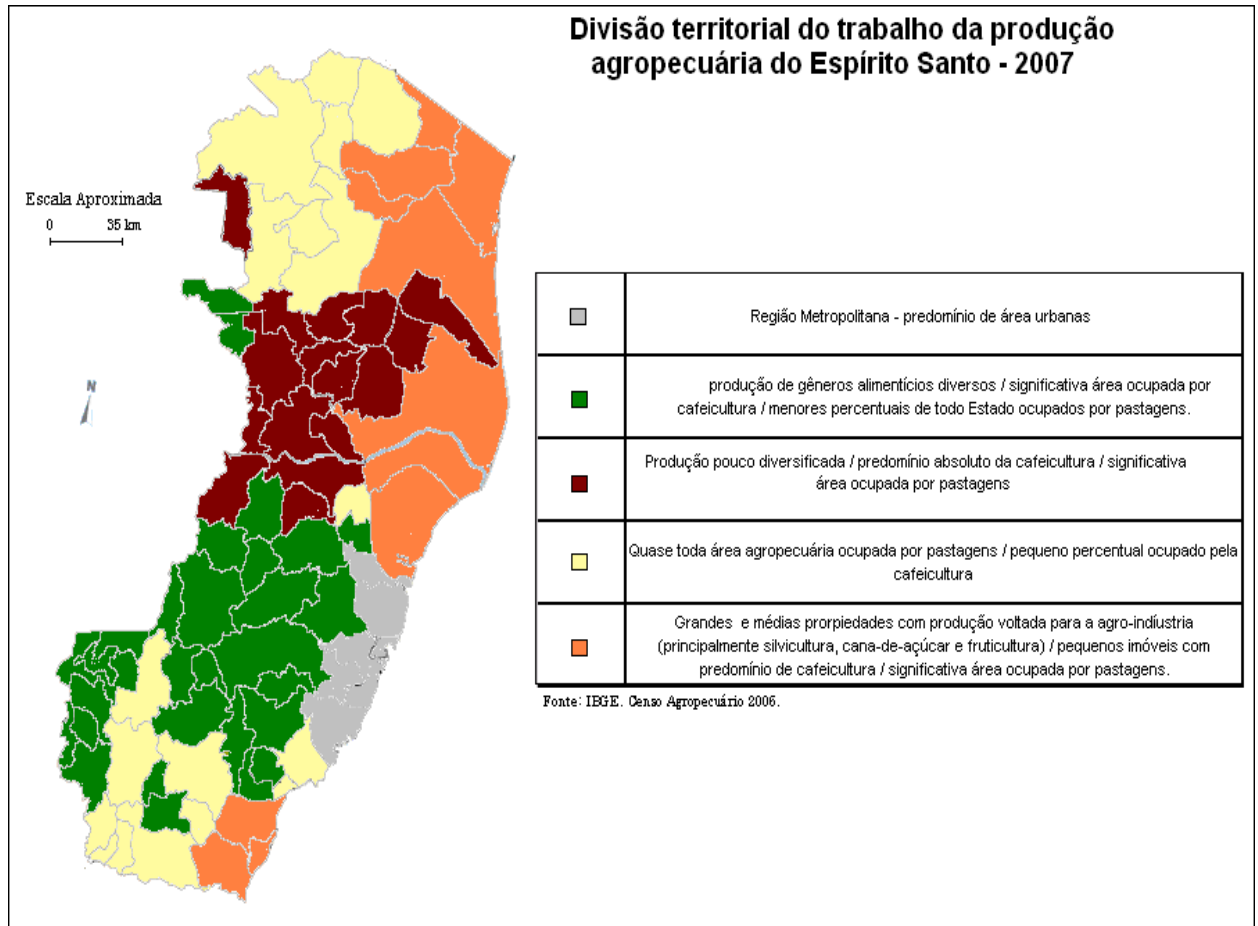
Após o auge desse momento de implantação do modelo desenvolvimentista no Espírito Santo, que se deu mais centralmente entre os anos de 1960 e 1980, e que no campo capixaba consistiu basicamente na erradicação dos cafezais e introdução de todo o aparato e dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, há uma re-configuração e re-territorialização do agronegócio, alterando as relações camponesas de produção e a questão agrária, como podemos analisar conjuntamente os mapas 06 e 07 abaixo.

Mapa 06 – Estrutura fundiária no Espírito Santo, 1996



Fonte: Bernardo Neto, 2009.In: Daré (2010).

Mapa 07 – Divisão territorial do trabalho da produção agropecuária do Espírito Santo (2006)



Fonte: Bernardo Neto (2012).

Quando analisamos a Estrutura Fundiária X Divisão da Produção Agrícola, percebemos que o capital no campo exerceu a dupla função, combinada e contraditória, de Territorialização dos Monopólios e Monopolização dos Territórios. A produção camponesa de alimentos, que anterior ao processo da erradicação dos cafezais se dava por todo o estado, pois se plantavam alimentos juntos a produção do café arábica e por que a política de colonização e imigração se deu com foco nas pequenas propriedades, agora, se mantém restrito a região central e serrana, com vistas a abastecer com alimentos, a agora ampla e majoritária população de trabalhadores urbano. Logo, os camponeses que no processo de colonização se instalaram próximos a então formada Região Metropolitana, assumem a tarefa de produção de alimentos, embora vale ressaltar que nesse território camponês, o capital age de outras formas, com o controle da comercialização pelas grandes redes de mercado e pelo cultivo empresarial do café arábica, que ainda se mantém nessas regiões.

Para a região noroeste capixaba, que também é de formação camponesa na agricultura, não lhe ficaram dadas as possibilidades de cultivo de alimentos, já que, as regiões central e serrana podem desenvolver melhor essa função dentro das estratégias do capitalismo. Para o noroeste ficou a função de sustentação do agronegócio do café, com a monocultura do *Conillon* para abastecimento do mercado externo, também sendo cultivado sob bases de propriedades camponesas pequenas e médias, e nesses territórios o capital também se apropria da produção na comercialização, na inserção dos insumos, e na extração da renda da terra na venda do produto e no crédito.

É principalmente no Sul, que já vinha da ocupação de grandes fazendas no primeiro ciclo do café, e especialmente no litoral norte e extremo norte, território de intensas disputas entre fazendas de escravos, e de resistência de indígenas, ribeirinhos, pescadores e quilombolas, que o agronegócio aliado aos latifundiários se territorializam com as commodities que lhe interessam. Vale ressaltar que foi majoritariamente nesses territórios, acima do Vale do Rio Doce, que os camponeses foram expropriados de suas terras, foi onde se realizou a “transferência” de 300 mil ha de terra das pequenas propriedades para as grandes. Propriedades, pois devido a sua característica de ocupação tradicional, muitas famílias não possuíam escritura da terra, o que facilitou esse processo de expropriação.

Obviamente esse processo de alteração do espaço agrário (e consequentemente urbano) capixaba, não foi passivo e muito menos pacífico. As organizações de camponeses, que vinham muito ativas na conjuntura política brasileira pré-Golpe de 1964, não demoraram para se re-organizar e se re-territorializar nesse contexto de profundas alterações sociais no seio das questões agrária e urbana brasileira. Não por acaso, nesse contexto, emergem a nível nacional, sindicatos que antes de 1964 sequer existiam, Centrais de Trabalhadores, Partidos Políticos e novos movimentos camponeses de luta pela terra, que foram cruciais para o forte processo social da redemocratização, da Constituinte de 1988 e das Diretas Já. Analisaremos melhor esse processo de forte ebulição nacional, olhando de forma mais profunda o norte e o noroeste capixaba, regiões de interesse dessa pesquisa.

De acordo com Casali e Pizzeta (2005) e de entrevistas com lideranças populares da época, a partir de 1972, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que havia sido criada para debater a questão agrária brasileira antes do Golpe de 64, começa um trabalho de animação política nas comunidades rurais, tendo em vista o cenário de repressão no campo, aos camponeses e suas organizações, que havia se instaurado em 1964. No Espírito Santo, foi a partir da igreja que se organizaram os primeiros assentamentos da reforma agrária no contexto

da redemocratização, e se organizaram as chamadas oposições sindicais dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que vinham sendo dirigidos pelos fazendeiros, chamados “pelegos”.

E nesse período foi onde a igreja católica teve um papel fundamental, onde estavam trabalhando a teologia da libertação, isso então forjava, motivava os camponeses, os militantes, a assumir a luta social. Nós tivemos no final dos 70/80 um crescimento da contribuição social e política da própria igreja que ajudou a nos posicionar no enfrentamento até para acabar de fato com a ditadura e forçar as Diretas Já, e teve a mudança do regime político brasileiro. Então, aqui no Espírito Santo foi muito importante, foi um momento rico (ENTREVISTA 05, 15/08/17).

Esse trabalho da igreja que “motivava os camponeses” se dava por meio das Comunidades Eclesiais de Base, as *CEB's* que reunia os camponeses, de forte raiz no catolicismo, para, se organizando em grupos, refletir sobre a realidade vivida. De acordo com Souza Et. Al. (2005), à luz da Bíblia, confrontava-se dois projetos: o dos homens (realidade) e o de Deus (Bíblia), e era feita uma reflexão do que estava dando errado e como superar os problemas de forma coletiva e se chegar em vida, o mais próximo possível do projeto de Deus. Nesse contexto, a luta pela terra era colocada com o lema “*Terra de Deus, Terra de Irmãos, Terra de todos*” (Souza Et. Al., 2005), e nos espaços das *CEB's* foram onde emergiram as primeiras lideranças políticas da época, que vieram a formar os primeiros grupos de trabalhadores sem-terra e os dirigentes sindicais de fato camponeses e trabalhadores rurais.

Entre os anos de 1984 e início de 1986 as primeiras ocupações de terras foram organizadas por esses sujeitos: CPT, *CEB's* e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, criando as Comissões de Sem Terras. Entretanto, para que os STR's, que estavam presididas pelos ditos “pelegos” aderissem à luta pela terra, a CPT precisou intencionalizar esse instrumento, explicando ao trabalhador rural a importância de ter o seu sindicato.

Como fruto de trabalho de animação e conscientização nos grupos, surgiram as *oposições sindicais* dos STR's e, posteriormente, a conquista dos sindicatos nas eleições sindicais. [...] ilustrando a efervescência desse trabalho, no período de 1977 a 1983, foram vitoriosas as oposições dos STR's de: Colatina, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Linhares, Nova Venécia, Pancas e São Mateus. Todos esses sindicatos organizavam importantes mobilizações, envolvendo assalariados da cana e do eucalipto na luta por melhores salários e por condições de trabalho (SOUZA Et. AL., 2005, p. 75).

Esses STR's junto a igreja organizaram em 1983 os primeiros grupos de trabalhadores sem-terra na região de São Mateus, e exigiam por meio de abaixo-assinados a desapropriação

de terras devolutas e a implantação da Lei do Fundo Fundiário (Lei nº 95/84). A essa fase política, Souza Et. Al. (2005) chama de “a terra negociada”, pois, como o governador do Espírito Santo na época, Gerson Camata, era do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, era considerado como político de esquerda, de oposição ao grupo que vinha antes, de governadores biônicos do partido ARENA, da Ditadura Militar.

De fato, nessa fase entre 1984 e 1986, foram conquistados nove assentamentos de reforma agrária na região norte do Espírito Santo, assentando em torno de 190 famílias, e desapropriando cerca de 2 mil hectares (Souza Et. Al., 2005). Contudo a demanda de terra, principalmente na região norte e noroeste eram muito grandes, tendo em vista que o processo de erradicação dos cafezais expropriou 300 mil hectares de terra, e nem todas as famílias foram para as cidades, muitas ficaram o campo, trabalhando a meia, como dito, ou na forma de proletárias rurais nas grandes empresas do agronegócio.

Em janeiro de 1985, um grupo de sindicalistas e lideranças sem-terra do estado participam do Primeiro Congresso Nacional Sem Terra em Curitiba, Paraná. Essas lideranças voltam com o compromisso de construir o movimento social e aprofundar a luta pela terra, não mais apenas pela negociação, mas usando a tática das ocupações de terras improdutivas:

Tendo em vista a decisão política de se implantar o MST no estado e o esgotamento da tática das negociações com o Governo, devido à demanda de Sem Terra na região, no dia 27 de outubro de 1985, após meses de trabalho de base, de articulação das famílias Sem Terra nos municípios, aproximadamente 300 famílias, articuladas pelo Movimento, concretizaram a primeira grande ocupação de terra no Espírito Santo. Essa ocupação ocorreu na fazenda Georgina, localizada no distrito de Nestor Gomes (km 41), interior do município de São Mateus (SOUZA Et. Al., 2005, p. 83).

Essa nova forma de agir e de lutar, desembocou dessa primeira ocupação, os assentamentos Vale da Vitória, Georgina, Pratinha e Pontal do Jundiá, assentando ao todo 182 famílias em uma área de 1 mil e 52 hectares (Souza Et. Al., 2005).

Essas conquistas impulsionaram no ano seguinte de 1986 uma nova ocupação de 300 famílias na região do distrito de Nestor Gomes, que se desdobrou nos assentamentos Juerana, Rio Quartel, Pip-Nuck e Castro Alves, assentando cerca de 184 famílias em 1.900 hectares.

Essas grandes ocupações provocaram as reações dos fazendeiros e empresários da região, que fundaram a União Democrática Ruralista – UDR – em 1986, e se articulavam com os poderes locais, prefeitos, vereadores e deputados, com os delegados e a Polícia Militar e que também contratavam pistoleiros para impedir as ocupações de terras.

A maior dificuldade até então, [...] surgiu quando se realizava a ocupação da Fazenda Barra do Cristalino, em Nova Venécia, de José Scardini, em 6 de setembro de 1987, com 250 famílias. Antes de os ocupantes conseguirem entrar na fazenda a PM e os pistoleiros bloquearam a estrada, dispararam em direção aos caminhões e impediram a passagem do comboio que conduzia os Sem Terra. Imediatamente, eles desceram, recolheram seus pertences e montaram acampamento, ali, entre a estrada e a cerca de arame farpado. [...]

Na semana seguinte, os Sem Terra foram despejados da beira da estrada pela PM, que os maltratou, os jogou m cima dos caminhões, destruiu suas casas (barracos de lona preta) e distribuiu *esses sem rostos, sem nomes*, esses deserdados da terra, aleatoriamente, por diversos municípios do norte do estado. Nada restou para os Sem Terra, nem mesmo a área entre o arame farpado e a estrada (SOUZA Et. Al., 2005, p. 85).

A partir desse momento, essa tática da violência foi se tornando rotineira entre os acampamentos do MST, várias tentativas de ocupação de terra sequer aconteciam por que a PM junto a pistoleiros impedia a entrada nas fazendas, ou os despejos aconteciam rapidamente, sem necessidade de mandato de reintegração de posse ou outro documento.

As ocupações de terra se mantiveram, mas entre os anos de 1989 e 1990, já no cenário da democratização e das primeiras eleições diretas para Presidência da República, houve muitas prisões, tentativas de assassinato e assassinatos consumados, contra lideranças sindicais, Sem Terra e até mesmos religiosos. Segundo levantamento do MST, nesse período 37 camponeses foram presos, entre prisões ditas legais e ilegais, e quatro lideranças foram assassinadas. Foram levantadas também casos de torturas em acampamentos na região sul do estado.

A tática da violência nesse momento funcionou, as ocupações de terra diminuíram, lideranças fugiram para outras regiões do estado e até mesmo para outros estados brasileiros, muitas famílias abandonaram o movimento e a luta pela conquista da terra, e a igreja, que havia estimulado e protagonizado a luta pela terra, vendo esse cenário de conflito agudo e violência, inclusive contra sua própria base, se afastou dessa forma de manifestação.

[...] então quando chega no início dos anos 90, com a nova constituinte, com as eleições diretas, então esse processo que vinha dos anos 70/80, ele pela conjunção social e política brasileira, provocou na burguesia, na direita capixaba, uma raiva muito grande, então estava-se matando muitos padres, muitas lideranças sindicais. No final dos anos 80 mataram muitos líderes sindicais no Espírito Santo, Verino Sossai, Léo, Francisco Ramos, Padre Gabriel, e tantos outros. Então foi um período que o latifundiário capixaba se organizou e veio para cima das organizações, e nesse meio a igreja deu uma freada no processo, ela se encolheu, freou o processo da teologia da libertação (ENTREVISTA 05, 15/08/17).

A junção do cenário local, de forte repressão e recuo das organizações sociais, em especial a igreja, e do cenário nacional, das eleições presidenciais derrotadas pelo projeto de capitalismo neoliberal e a derrota na Constituinte de 88 jogou um verdadeiro balde de água fria no contexto de forte convulsão social que o Brasil e o Espírito Santo viviam. Então do fim da década de 1970 até o início da década de 1990, há uma reviravolta política no país, negativa para os movimentos sociais, que provoca uma crise nas organizações criadas no efervescer da década de 80. O modelo político do neoliberalismo, da negação da política e do Estado, provoca na sociedade uma crise de representatividade, nos instrumentos constituídos e também nas organizações populares e sindicais.

No campo, a nova ofensiva da Revolução Verde, agora chamada de Agronegócio, implantou seu pacote tecnológico não mais só pela violência, mas também pela cooptação. Em suma, a tática ideológica utilizada pelo neoliberalismo, do fim do socialismo, do fim da classe trabalhadora e do mundo do trabalho, e do fim do campesinato, amenizaram as lutas sociais.

Na década de 1990, iniciado sob o clima das eleições de 1989, o fim do socialismo realmente existente e do avanço dos discursos da nova ordem internacional, do neoliberalismo e da globalização, aliado à crise do Estado e às privatizações, vão fazer com que, principalmente na primeira metade da década de 1990, a crítica social ao desenvolvimento fosse abafada. Neste contexto poucos direitos garantidos na Constituição de 1988 foram regulamentados (ex. Territórios Quilombolas), não avançamos na demarcação das terras indígenas, os números de assentamentos foram reduzidos e a política de reforma agrária de mercado e o crédito rural foram as políticas que mais avançaram no espaço agrário capixaba (SCARIM, 2006, p. 194-195).

Nesse cenário de refluxo, de acordo com a liderança camponesa entrevistada, as instituições criadas para representar o campesinato e as comunidades, como as associações e cooperativas, se tornaram meras representações formais e verdadeiros trampolins para interesses eleitorais. Muitas lideranças que vinham desse contexto da redemocratização se aliaram a antigos partidos políticos e às famílias tradicionais da política, que nunca haviam representado os interesses dos camponeses.

Os sindicatos tinham perdido sua capacidade combativa e aderiram ao discurso ideológico do fim do campesinato, que colocava o camponês e sua forma de lidar com a terra como algo ultrapassado, se aliando a políticas neoliberais e tornou o conceito da agricultura familiar como sendo o novo, o agricultor como um pequeno capitalista, um empreendedor rural integrado às tecnologias e ao sistema. Mas de acordo com o líder entrevistado, nem a

capacidade política para implementar essas políticas públicas os STR's tiveram, pois em 1996, nenhuma família capixaba havia conseguido acessar o recurso do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF – criado em 1994 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como seu carro-chefe de política pública para a pequena agricultura, uma política de acesso ao crédito para compra de insumos, de caráter neoliberal.

As associações nos anos 90, principalmente no final, já estavam todas alienadas e dirigidas por interesses políticos eleitorais, os sindicatos também estavam muito atrelados a política do neoliberalismo, “do novo”, de sair “daquela vida velha na roça e ter uma vida nova”, “tecnológica”, e com isso então quem estava enfrentando na época, nos meados dos anos 90 era o MST, era a força social que estava com a bandeira em pé. A igreja também já tinha recuado, voltado para trás, o próprio partido também estava com dificuldades de representar as ansiedades do povo com suas bandeiras concretas, de transformação, principalmente da reforma agrária. Então um pouco nesse cenário, os camponeses estavam se sentindo abandonados, a igreja que tinha força, incentivado a ir pra luta pela terra, já não falava mais nada, pelo contrário, dizia que não devia ir, o sindicato que também teve aquela luta pra enfrentar o patrão, também só estava negociando com o patrão, não estava enfrentando mais, as associações que achavam que ia ser uma representação direta da partir da comunidade, também estavam atreladas, alienadas por políticos tradicionais da época, cooperativas que existiam, não representava uma proposta, então assim, o campesinato capixaba estava a ver navios (ENTREVISTA 05, 15/08/17).

Essa conjuntura histórica e política percorrida na entrevista não se aplicava apenas a realidade do camponês do noroeste do Espírito Santo, muito menos a realidade apenas do camponês capixaba. Do ponto de vista de atendimento a políticas públicas e a representação social, os pequenos agricultores de todo o Brasil sentiam em suas costas o peso das mudanças políticas ocorridas na virada das décadas de 1980 para 1990.

Exemplo disso foi que, nos anos de 1995 e 1996 os camponeses no Rio Grande do Sul enfrentavam um ciclo de seca prolongado, que estava comprometendo toda a colheita, e não estava sendo colada por parte dos governos nenhuma possibilidade de reparação e contorno dessa situação. A crítica em relação a representação sindical de lá, condizem com as feitas aqui, onde os dirigentes seguiam em incansáveis negociações que não apresentavam resultados concretos.

Essa espera sem respostas despertou a indignação dos agricultores que, segundo Gorgen (2014), contando com o apoio de alguns dirigentes sindicais que também estavam inconformados com a postura do movimento sindical, deflagraram, entre janeiro e fevereiro de 1996, cinco acampamentos nas beiras das estradas, exigindo do governo políticas de

crédito para superarem essa condição da seca, foram os chamados “Acampamentos da Seca”, que reuniram 25 mil pequenos agricultores.

A articulação da mobilização dos atingidos pela seca levou de roldão muitos dirigentes sindicais que estavam “em cima do muro”. Houve uma ruptura política entre os que optaram pela via do acordo, sem pressão, e os que foram acampar às margens das rodovias. Aquilo foi um divisor de águas. Na verdade, a mobilização da seca provocou uma avaliação profunda sobre o modo da atual organização sindical e sobre o método de organização das lutas políticas (GÖRGEN, 2014, p. 494-495).

Com o lema da “*Faça chuva, faça sol ou faça vento, queremos 1.500!*”, essa ação rendeu conquistas concretas para esses agricultores, que conseguiram acessar o chamado “Pronafinho”, um crédito subsidiado e seguro agrícola para se enfrentar o período da seca prolongada. Porém as conquistas desse movimento repercutiram para além das fronteiras do Rio Grande do Sul e renderam muito mais do que crédito agrícola.

Essa iniciativa fez brotar em todas as regiões brasileiras, um novo movimento social, um Movimento de Pequenos Agricultores. “O MPA, que, assim como um rio, tem muitas nascentes, surgiu em vários lugares do país, na mesma época e pelas mesmas razões, construído pela força da luta, pela pressão da base, pela vontade da militância e para mudar a situação vivida pela classe camponesa (GÖRGEN, 2014, p. 494) ”.

Umas dessas “nascentes” do MPA foi no estado do Espírito Santo, no dia 28 de fevereiro de 1998 no município de São Gabriel da Palha, em uma reunião que reuniu lideranças de diversas localidades da região noroeste capixaba – Águia Branca, Vila Valério, São Gabriel da Palha e São Mateus – é fundado o MPA, sob a necessidade da construção de uma organização de fato camponesa, que atendesse as demandas concretas da agricultura familiar e sob a necessidade de uma nova forma de organização que fosse mais participativa, que respeitasse os valores e a cultura camponesa, e que rompesse com a representatividade sindical.

Assim como no sul do país, o capital rentista, exigindo uma série de burocracias, impedia que os pequenos agricultores acessassem políticas públicas de crédito subsidiado e seguro agrícola, desta forma, o MPA fez no estado sua primeira mobilização de rua, ainda e 1998, nos meses de março e abril, ocupando as agências do Banco do Brasil e conquistando a liberação dos créditos para as famílias.

A vitória novamente se alastrou e a formação dos grupos de base do movimento nas mais diversas comunidades rurais cresceu rapidamente, reunindo em reuniões nas comunidades grupos de 50 até 300 camponeses. Em junho de 1998 o movimento já havia organizado cerca de 500 projetos de financiamento da agricultura familiar.

De acordo com entrevista realizada com o dirigente do movimento que esteve presente desde a primeira reunião em São Gabriel da Palha, o MPA ampliou o acesso ao crédito com o chamado Aval Solidário, em que as famílias não precisavam de avalista com comprovação de renda, as famílias formavam grupos que de forma coletiva, assinavam o contrato. Esses grupos de famílias se tornaram a base de sustentação do movimento, chamados Grupos de Base, nas mais diversas comunidades rurais. Dessa forma, os grupos formados para acessar o crédito, tornaram-se espaços de convivência e de debate, sobre o modelo agrícola que, segundo o dirigente “expulsava seus filhos do campo”.

Ainda no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, o MPA desafiou o governo federal e implementou um projeto-piloto de moradias camponesas. Esse projeto deu certo no Rio Grande do Sul, e na transição de governo entre Fernando Henrique e Lula, surge uma nova política pública para o campo, o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Esse programa, junto ao novo ciclo de governo e de política nacional que se abriria, colocariam novos desafios para esse nascente movimento, encontrando pela frente novas políticas públicas e desafios ideológicos e organizativos.

3.3.3 – Terceiro Ciclo Histórico: A necessidade da reafirmação camponesa, as políticas públicas e o desafio da produção de alimentos.

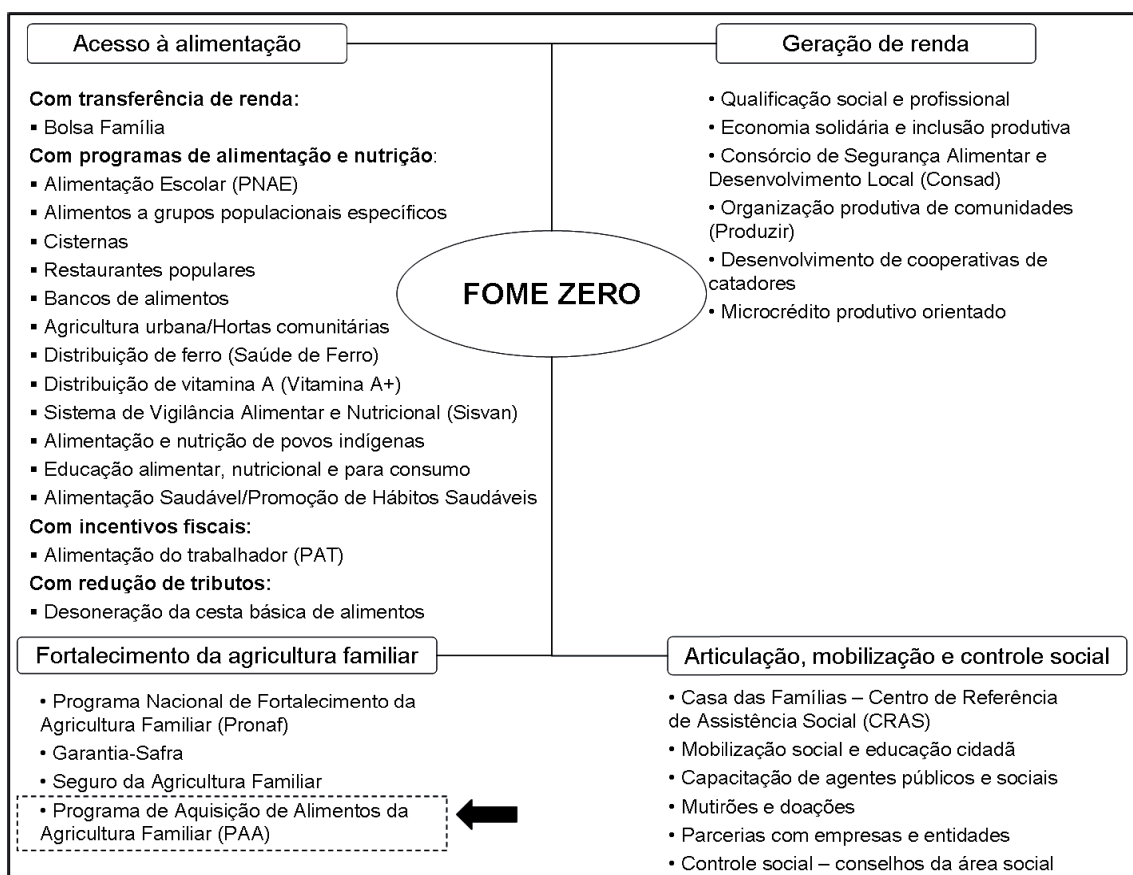
A chegada dos anos 2000 e a eleição de Luiz Ignácio Lula da Silva ao Governo Federal em 2002 abriu um novo período de lutas e de conquistas de políticas públicas para o campo brasileiro. E é justamente nessa fase que o ainda recente MPA enfrentará seus maiores desafios e dilemas, convergindo em um ciclo de amadurecimento histórico e político para o movimento.

O MPA, que nasceu da contestação de atual estrutura sindical, e do enfrentamento ao modelo hegemônico de agricultura, se deparou com um governo de base popular, gestado no último grande ciclo de mobilizações sociais do país nas décadas de 70 e 80, mas também tendo reproduzido os retrocessos institucionais e representativos das organizações de esquerda da década de 1990, tão criticados pelo MPA. Dessa forma, o governo do Partido dos

Trabalhadores ascende ao Executivo a partir de uma aliança entre setores da classe trabalhadores e setores da burguesia.

Essa articulação teve sua meta síntese no “crescimento econômico com distribuição de renda”, materializado nas políticas públicas de caráter social. A principal delas, que centralizou todas as demais iniciativas na área social foi o “Programa Fome Zero”, desenvolvido em parceria por um conjunto de Ministérios e pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Figura 01 – Digrama do Programa Fome Zero



Fonte: BRASIL (2010). Elaboração Chmielewska et al., 2010. In. Vinha, Schiavinatto (2015).

O Programa Fome Zero se organizava em quatro eixos: acesso a alimentação, geração de renda, articulação, mobilização e controle social e fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, as políticas para o campo agora eram planejadas com um novo escopo, sob um programa de combate à fome, isso se aplicou até mesmo as políticas herdadas do governo anterior, como é o caso do PRONAF, que o governo Lula manteve. Ainda no âmbito do fortalecimento da agricultura familiar e do combate à fome, sugeriram o Programa de Aquisição

de Alimentos – PAA – e o Programa Nacional de Alimentação Escola – PNAE. Ouve também nesse primeiro mandato do ciclo de governos do PT a institucionalização do projeto-piloto de moradias rurais desenvolvidas pelo MPA do Rio Grande do Sul no final do governo Fernando Henrique, o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR – outra nova política pública ligada ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

O MPA, que nasceu questionando a ausência de políticas públicas para o campesinato, se expande no Espírito Santo no acesso massivo aos PRONAFs e se depara com uma realidade de fortalecimento e explosão de novos programas federais e políticas públicas, porém, isso não significaria a solução dos problemas do campo, mas a abertura de novas contradições a serem encaradas:

[...] após nosso primeiro encontro nacional que tivemos em Ronda Alta, em 2000, e quando chega em 2002, 2003, percebemos que além da luta concreta que precisava fazer para os agricultores, para trazer resultados, a gente teria que avançar mais na luta política e ideológica. Que mesmo levando crédito e resultado concreto, isso não estava sendo suficiente para ajudar a elevar o nível de consciência, de luta de classes, do modelo de sociedade (ENTREVISTA 05, 15/08/17).

Segundo a liderança do MPA, a necessidade desse avanço da formação ideológica se deu por que, nos anos iniciais do governo Lula, o Movimento estava fazendo muitos embates para dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o governo Federal e com a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, entidade que agrupa parte das Federações estaduais de trabalhadores rurais e STRs), em torno do rumo das políticas públicas para o campo. Esse embate tinha como centro os conceitos de camponês e agricultor familiar, como guia para as diretrizes das políticas públicas no campo.

O que norteava o conteúdo das principais políticas agrícolas defendidas pelo Governo Federal e pelo movimento sindical rural, era a concepção do pequeno agricultor não mais como camponês, mas enquanto Agricultor Familiar, baseando esse conceito nas formulações dos teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário, como é o caso de Ricardo Abramovay, sociólogo que contribuiu na elaboração de políticas para agricultura familiar tanto no governo neoliberal de Fernando Henrique quanto no governo Lula.

Ricardo Abramovay em sua tese de doutorado que depois veio a se tornar um importante livro do Paradigma do Capitalismo Agrário, *De camponeses a Agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, parte da caracterização de campesinato

feita por Chayanov, e de uma interpretação feita pelo economista Frank Ellis de que, do ponto de vista econômico, o campesinato se define por sua inserção parcial aos mercados e o caráter incompleto desses mercados. E é partir dessas reflexões que o autor defende a futura inexistência do campesinato, já que, como nos países centrais, onde o autor dedicou seu estudo de caso, o caráter dos mercados se dá cada vez mais interligado, no plano nacional e internacional, nas conexões e tabelas de preços ligados a bolsas de valores. O autor não desconsidera o papel da técnica e da produção nessa transformação do camponês, mas seu enfoque recai sobre o papel dos mercados.

Outros, ao contrário – é o que ocorreu de forma massiva no sul do Brasil – integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado assume a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para sua reprodução social (ABRAMOVAY, 1990, p. 139).

Partindo de interpretações dos clássicos marxistas, e mais especificamente das caracterizações da escola de Chayanov, Abramovay aponta para que os camponeses, rompendo as relações de mercado com forte vínculo comunitário e de relações pessoais, integrem-se aos grandes mercados e se modernizem, para então se tornarem agricultores profissionais, processo similar ao acontecido nos Estados Unidos da América e na Europa pós-segunda guerra mundial, tornando-se assim, um importante setor nacional da economia das nações capitalistas avançadas. O autor não aponta para nenhuma alternativa de resistência camponesa a agricultura capitalista, aponta apenas para sua integração.

Essas concepções teóricas interferiam diretamente no conteúdo das políticas públicas para o campo, e como já mencionado anteriormente, o movimento sindical rural adere a essas concepções, já o MPA, que vinha estimulando o acesso ao crédito rural, começa a questionar o uso e a aplicação desse crédito, que vinha pré-determinado nos contratos de empréstimos, “Vamos pegar crédito para quê, produzir café, commodities? (Entrevista 05, 15/08/17). ”

Então no início da década de 2000, mesmo com a expansão das políticas públicas para o campo, o MPA começa um processo de formação política e de resgate do campesinato na história mundial e na história brasileira, para subsidiar seu debate político para dentro do governo, mas também para reformular caminhos e pautas de reivindicação.

Nós, nesse momento, já tínhamos o embate político, da diferença do termo camponês, campesinato, para o termo agricultura familiar. Nesse período fizemos um grande estudo com um grupo de intelectuais brasileiros, coordenado pelo professor Horácio Martins de Carvalho, aonde que a gente começa a fazer um levantamento de registro do campesinato brasileiro, começamos a procurar os escritos, biografias de autores brasileiros e não se achava praticamente nada de um conjunto de obras que falava do campesinato brasileiro, assim como também do Espírito Santo. E começamos a coleção História Social do Campesinato, e só com isso nós percebemos que tinha um negócio, que já estava em nossas bandeiras, que era a questão da diversificação dos alimentos. Nós percebemos logo ali que, os alimentos, a produção de alimentos, era um elemento central para o campesinato. Nosso foco tinha que ser produção de alimentos. Então com isso, nós tiramos em 2004 de que nossa bandeira central era produção de alimentos, alimento saudável. E com isso teve muita teoria, elaboração interna da organização com apoios de fora, de outras experiências, e virou nossa bandeira principal (ENTREVISTA 05, 15/08/17).

Essa imersão histórica e teórica realizada pelo MPA, para a compreensão da função social do campesinato na história, da produção de alimentos, não apenas resultou na mencionada coleção *História Social do Campesinato*, mas também lhes possibilitou um grande salto político, formulando um importante instrumento organizativo e reivindicatório, o Plano Camponês, e também os levou a assumir a pauta da Soberania Alimentar.

O Plano Camponês identificou três teses para o campo brasileiro: o fim do campesinato pelo desenvolvimento econômico, a metamorfose camponesa por meio da sua integração ao mercado capitalista e ao modelo do agronegócio e o chamado “fim do fim” do campesinato, baseado na capacidade de adaptação e resistência dos camponeses (Plano Camponês, 2012).

O Plano Camponês afirma que o campesinato não está em extinção nem em processo de metamorfose, dessa forma, para seguir resistindo, precisa resgatar valores e saberes, se organizar e construir uma plataforma: “Para isso é necessário a organização desta classe social, a construção de um projeto estratégico, a luta de resistência frente ao avanço do agronegócio, e a luta de existência e crescimento na implantação de seu projeto estratégico (PLANO CAMPONÊS, 2012, p. 11).”

Esse plano, que foi sistematizado a partir de experiências históricas, mas que segue em constante estado de elaboração na medida em que são estimuladas novas iniciativas junto a

sua base, se organiza pelos eixos: Produção, Educação e Formação, Vida de Qualidade, Comunidade Camponesa, Soberania e Contradições.

No eixo da Soberania, debate-se a soberania energética, sobre os territórios, sobre a herança genética, os recursos hídricos e a Soberania Alimentar, que junto ao eixo da produção, constitui-se enquanto uma importante pauta de luta, tendo em vista a centralidade na produção de alimentos.

O conceito da Soberania Alimentar não nasceu de dentro do MPA em seu processo de estudo histórico sobre o campesinato ou nas elaborações do Plano Camponês. Na verdade, a Soberania Alimentar não é mérito nem fruto de elaboração teórica de um sujeito ou uma única organização, ele nasce no processo coletivo de enfrentamento ao modelo agrícola do capital feito pela Via Campesina, que é uma articulação em escala mundial de movimentos camponeses, criadas em 1992 na Nicarágua, antes mesmo das lutas que fundaram o MPA no Rio Grande do Sul.

Em 1996, mesmo ano de criação do Movimento de Pequenos Agricultores, a Via Campesina realizou em Roma na Itália, uma atividade paralela a Cúpula Mundial da Alimentação, organizada pela FAO. Nesta atividade as mulheres camponesas que estavam presentes se posicionaram de forma crítica em relação a como os governos nacionais e os organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio – OMC –, estavam subvertendo o conceito de Segurança Alimentar. O que se via era a apropriação do conceito da Segurança Alimentar por parte da política neoliberal.

Na década de 1990, criou-se o conceito de segurança alimentar. Esse conceito, cujo intuito era que, nos marcos dos direitos humanos, todas as pessoas tivessem assegurado o direito à alimentação, cabendo aos governos o dever de implantar políticas públicas que garantissem a oferta de alimentos básicos à população de seus países, foi sendo adotado e adaptado pela maior parte dos governos, em consonância com as propostas da FAO. Assim, todas as pessoas supostamente teriam a “segurança” da sobrevivência, desde que possuíssem rendimentos familiares suficientes para adquirir os alimentos. As pessoas com baixos ou insuficientes rendimentos poderiam ter acesso aos alimentos básicos que os governos, direta ou indiretamente, ofertariam a preços subsidiados ou mesmo por meio de doações, alimentos esses considerados os necessários para a sua sobrevivência (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 721).

Nos países que as políticas públicas de Segurança Alimentar foram difundidas, a proposta se materializou de diversas formas: na distribuição de alimentos, na entrega de cestas básicas, na emissão de *tickets*-alimentação, na obrigatoriedade da merenda escolar, na

disseminação de refeitórios e restaurantes populares, nos cartões que garantiriam renda mínima às populações em condição de vulnerabilidade social, entre outros. No caso brasileiro, podemos verificar a influência dessa proposta política no Programa Fome Zero do governo Lula.

Mas nos países com governos de clara orientação neoliberal o que se viu foi a política pública de Segurança Alimentar ser convertida e linha auxiliadora por parte das grandes empresas capitalistas do mercado agroalimentar. O papel impulsionador desta política social da FAO se reduziu junto ao papel dos Estados Nacionais, que passaram a formular políticas de Segurança Alimentar apenas para atender à interesses empresariais, conferindo caráter meramente assistencialista a uma política pública de alta relevância social que trata diretamente do tema da fome.

Foi exatamente este o tom que os organismos internacionais presentes na Cúpula Mundial da Alimentação da FAO atribuíram à política social da Segurança Alimentar, ajustando essa proposta às demandas do mercado financeirizado, com a liberação do comércio de alimentos que atenda os interesses das grandes empresas e dos organismos internacionais presentes.

É neste cenário que a Via Campesina, e em especial as mulheres camponesas, se colocaram enquanto sujeitos da história e enquanto classe, formulando a proposta da Soberania Alimentar. É denunciada a subversão por parte do capital e os limites institucionais da política de Segurança Alimentar sob a hegemonia neoliberal.

Assim, soberania significa que além de ter acesso aos alimentos, o povo, as populações de cada país, tem o direito de produzi-los. E será isso que lhes garantirá a soberania sobre suas existências. O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantia de acessá-los durante todo ano. Tenham a garantia de que esses alimentos estão adequados ao seu bioma aonde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares. O alimento é a energia que necessitamos para a sobrevivência, de acordo com o meio ambiente aonde as pessoas vivem e se reproduzem socialmente (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 09-10).

Com o lema “Organizar-Produzir-Alimentar” o MPA enviava o recado para sua base e para a sociedade, de que estava então colocando seu foco na organização da produção de alimentos, voltada para os trabalhadores das cidades, incluindo formalmente a Soberania Alimentar e as políticas públicas de produção e comercialização em sua agenda de demandas.

Até então, no campo da comercialização de alimentos, as famílias camponesas tinham a prática da feira livre, mas essas feiras eram feitas de forma esporádica, pois havia o limite produtivo, já que a produção e o crédito voltavam-se para o café conillon, e havia também o limite territorial, da distância dos grandes centros consumidores, já que a maior parte dos grupos de base do MPA estavam no norte e noroeste capixaba.

Dessa forma, até meados de 2004, as feiras livres e a comercialização de alimentos eram encaradas como mera complementação de renda, atribuindo ao café ainda a função de carro-chefe da produção das famílias.

Então teve o início da diversificação de alimentos, porém não tinha para onde vender, os mercados da região estavam todos controlados pelas grandes redes, e principalmente com a injeção sob o campesinato da burocracia, da legislação sanitária, que proibia o camponês, em 2004, de vender sua galinha na feira, vender seu porco, seu leite e seu queijo, nós começamos a enfrentar o problema que não aparecia antes, que era para onde iriam nossos alimentos produzidos, e foi onde o MPA se debruçou na questão de discutir como dar vazão a essa produção (ENTREVISTA 03, 15/08/17).

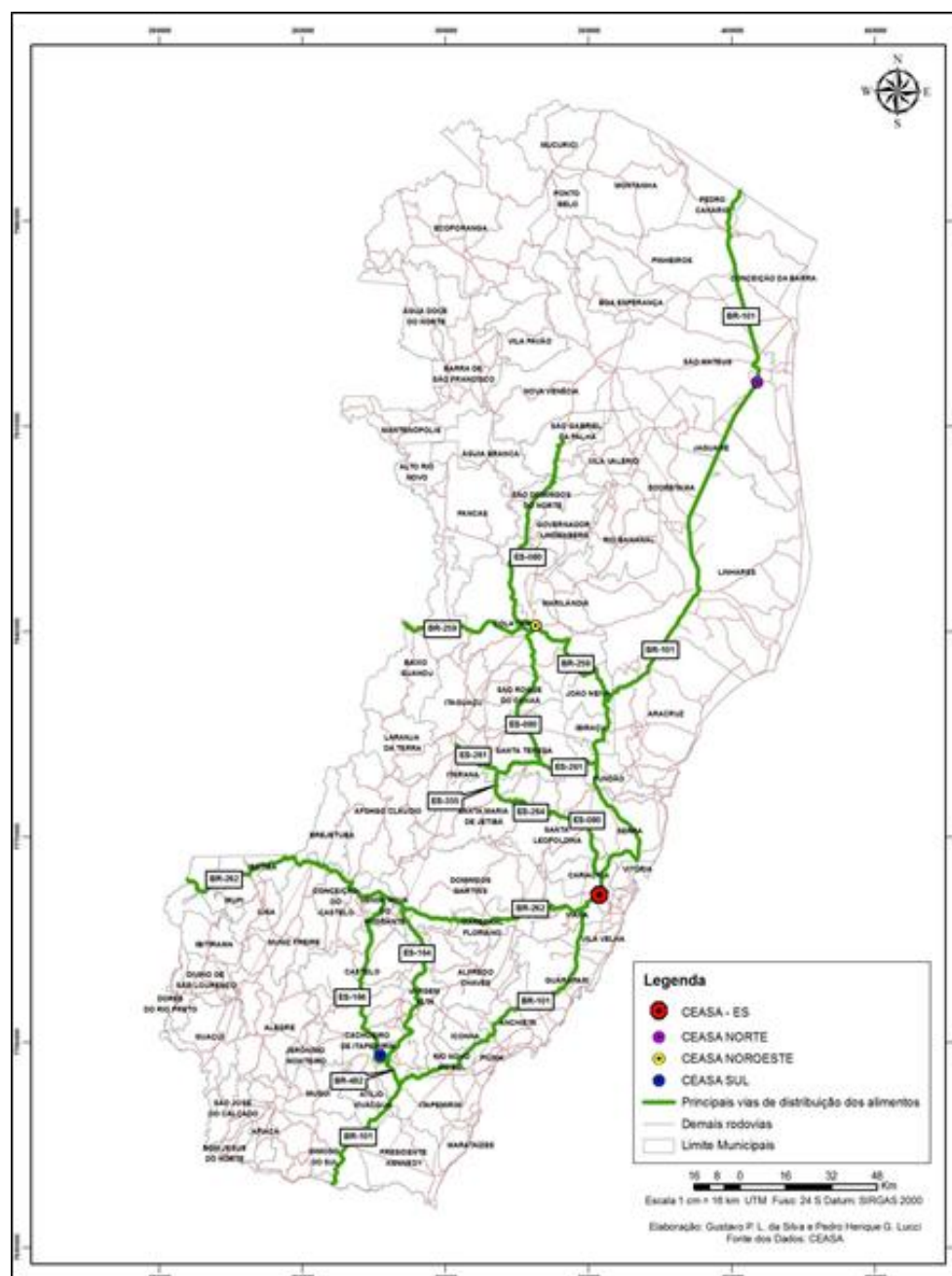
A fala da entrevista pode ser comprovada nas análises feitas por Lucci (2013) que pesquisou em sua dissertação de mestrado a *Geografia dos Alimentos do Espírito Santo*, principalmente a partir das alterações espaciais sofridas no campo e nas cidades capixabas promovidas pelo modelo de desenvolvimento do capital entre as décadas de 1960 até 1980. Nesse período de inversão da população do campo para a cidade, o Estado precisou organizar o processo da distribuição dos alimentos para a massa de trabalhadores urbanos, dessa forma, criou o sistema CEASA – Central de Abastecimento do Espírito Santo – que se institucionalizou enquanto o principal entreposto atacadista de produtos hortifrúti do estado, mediando, ou melhor, atravessando a produção do agricultor para o consumidor, por meio das grandes redes de mercado.

De acordo com Lucci o primeiro CEASA do estado passou a funcionar em 1977, e se posicionou entre a principal região produtora de hortifrutis – região central e serrana – e a principal região de consumo – região metropolitana – localizando assim na porção sul do município de Cariacica, periferia da Grande Vitória, entre as principais rodovias federais do estado, a BR 101 e a BR 262.

Neste sentido, a CEASA-ES, com sede em Cariacica foi o primeiro entreposto no Estado, pois instituído no bojo do SINAC ainda na década de 70, e teve como objetivo principal “o ordenamento do abastecimento de hortigranjeiros” no território capixaba como um todo. No entanto o objetivo

primo de sua localização geográfica especificamente no município de Cariacica condiz ao contexto de urbanização acelerada da época, e remete à demanda contínua por alimentos in natura da Região Metropolitana de Vitória, que desde então já se destacava como principal área de população urbana do Estado. Da mesma forma, as vias de comunicação e trafegabilidade da região Metropolitana com a Região Serrana (grande produtora de hortifrutis) atravessavam este município (Cariacica) (LUCCI, 2013, p. 131).

Mapa 08 – Localização das CEASAs e principais rodovias de escoamento e distribuição dos alimentos hortifrutis no ES



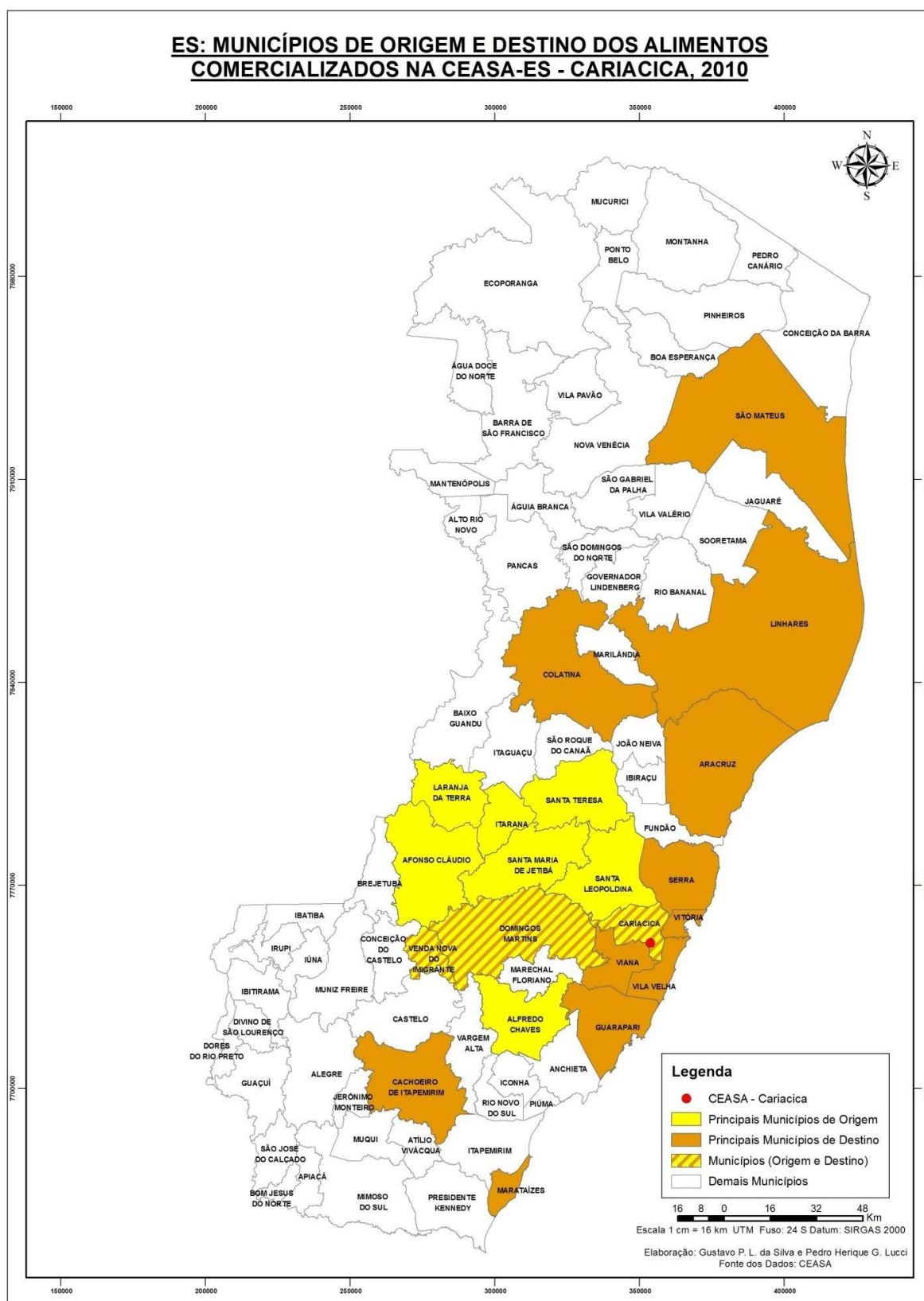
Fonte: Lucci (2013).

O CEASA em consonância com a divisão territorial da produção agrícola e com a organização fundiária do Espírito Santo (mapas 06 e 07), cumpriu e cumpre o papel de juntar a produção de alimentos da região serrana, produzidos pela agricultura camponesa, e levar para os trabalhadores urbanos e para os municípios onde a produção hegemônica são as *commodities* e onde predominam as grandes propriedades rurais.

Segundo levantamento feito por Lucci, em 2010, os principais municípios ofertantes para o CEASA eram: Santa Maria do Jetibá, Domingos Martins, Santa Leopoldina, Alfredo Chaves, Santa Teresa, Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Itarana, Venda Nova do Imigrante e Cariacica. Com exceção do último, Cariacica, os demais se encontram nas regiões Central e Serrana do estado.

Os principais destinos desses alimentos produzidos, em 2010, dentro do Espírito Santo eram: a Grande Vitória (Vitória, Cariacica, Vila Velha, Serra, Viana, Guarapari e Fundão, com 71% do consumo dos alimentos), Cachoeiro do Itapemirim, Linhares, Aracruz, São Mateus, Colatina, Venda Nova do Imigrante, Marataízes e Domingo Martins.

Mapa 09 – Municípios de origem e de destino dos produtos comercializados na CEASA – Cariacica, 2010



Fonte: Lucci (2013).

Ao analisarmos o mapa acima, pode-se identificar que, fora a região metropolitana da Grande Vitória, os principais consumidores dos produtos oriundos da CEASA são também os municípios mais populosos do interior e onde também predominam as maiores propriedades rurais, com hegemonia das monoculturas de eucalipto, cana, gado, café e *Conillon*, e a mineração no sul do estado.

Mas no mapa podemos observar que na organização territorial da produção e comercialização de alimentos existe um vácuo, que são os municípios que não constam como principais produtores nem como potenciais consumidores. A região noroeste do estado encontra-se nesse vácuo, pois esse território foi planejado pelo capital para ser o “polo do café conillon” após o processo da erradicação dos cafezais.

Se analisarmos os dados disponibilizados pela CEASA, entre 2014 e 2017, os agricultores de São Gabriel da Palha comercializaram pela unidade estadual da CEASA em Cariacica apenas seis gêneros alimentícios: coco verde, coco seco, palmito, banana da terra, melancia e manga tommy. Sendo que, em todos os anos o coco verde ultrapassou mais de 80% do montante final, tendo sido 99% das vendas em 2014, e 100% em 2015. O auge de preço por caixa do coco verde foi de apenas R\$ 0,74 centavos em 2014, se mantendo em uma faixa de R\$ 0,53 a R\$ 0,66 centavos nos demais anos.

Os produtos comercializados de maior valor foram o coco seco, que apenas foi vendido em 2017, no valor de R\$ 6,23 a caixa, mas sendo apenas 0,46% da produção total, e o palmito, vendido por R\$ 2,32 em 2014 e R\$ 1,62 em 2016, não ultrapassando 4,6% da produção total.

Tabela 06 – Gêneros Alimentícios de São Gabriel da Palha comercializados pelo CEASA – Cariacica – 2014 a 2017

	2014		2015		2016		2017	
Gênero	Preço médio	%	Preço médio	%	Preço médio	%	Preço médio	%
Coco Verde	0,74	99,33	0,53	100	0,59	84,91	0,66	96,03
Palmito	2,32	0,66	-	-	1,62	4,06	-	-
Melancia	-	-	-	-	1,21	4,23	1,34	3,08
Banana da terra	-	-	-	-	2,79	6,77	-	-
Coco seco	-	-	-	-	-	-	6,23	0,46
Manga Tommy	-	-	-	-	-	-	2,33	0,41

Fonte: CEASA – ES, 2014, 2015, 2016, 2017. Org. Heider Boza (2018).

Percebe-se que os produtos comercializados pelos agricultores de São Gabriel da Palha limitam-se aos chamados produtos “de prateleira”, tem fácil saída nos mercados, são encontrados em quaisquer redes de comercialização, independente de região ou estação do ano, e duram muitos dias antes de estragar, entre a colheita e a venda final ao consumidor, ou seja, são os gêneros padronizados pelo agronegócio para a comercialização em massa. São de baixo valor por caixa para o camponês, que os vende a preços irrisórios aos atravessadores, e na produção, demandam o uso dos pacotes tecnológicos, como as sementes híbridas uso intensivo dos agrotóxicos. Em seu conjunto, contribuem para a transferência da renda da terra camponesa para os setores do agronegócio.

Em 2009 foi criado o entreposto regional CEASA Noroeste, na cidade de Colatina, as margens da BR 259, que pelo Espírito Santo, é a porta de entrada para todos os municípios localizados acima do Vale do Rio Doce. Esse CEASA é gerida pelo Consórcio Intermunicipal – COINTER, firmado entre 18 prefeituras das regiões Serrana (Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Itaguaçu, Itarana) e Noroeste (Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Colatina, Governador Lindenberg, Laranja da Terra, Mantenópolis, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã, Vila Pavão). Este entreposto foi construído no processo de expansão do sistema CEASA para melhor organização da produção e distribuição dos alimentos pelo estado do Espírito Santo,

na medida em que iam se constituindo cidades polos pelo interior do estado. Foi também construído o CEASA Sul em Cachoeiro de Itapemirim e se encontra em fase de construção o CEASA Norte em São Mateus.

Porém, no caso de São Gabriel da Palha, o entreposto comercial mais próximo, em Colatina, não se colocou como uma resolução dos problemas de escoamento da produção camponesa, tendo em vista que, segundo os dados disponibilizados no site da CEASA, entre 2014 e 2017 foram comercializados de São Gabriel por este entreposto atacadista, apenas quatro gêneros alimentícios, uma diversidade ainda menor do que é enviado para a CEASA Central em Cariacica.

Os gêneros comercializados são a banana da terra, banana maçã, palmito e melancia, sendo que, em todos os anos, a banana da terra foi mais da metade da produção comercializada, sendo 100% da produção comercializada em 2017. Em todos os anos o preço de mercado da caixa da banana da terra não ultrapassou R\$ 1,79. Na região, novamente o palmito foi o produto de maior valor agregado, mas também novamente foi comercializado em pequena escala, suas vendas foram registradas apenas no de 2015, ao preço de R\$ 2,09 e representando apenas 36% da produção daquele ano.

Tabela 07 – Gêneros alimentícios de São Gabriel da palha comercializados no CEASA Noroeste – 2014 a 2017

	2014		2015		2016		2017	
Gênero	Preço médio	%	Preço médio	%	Preço médio	%	Preço médio	%
Banana da terra	1,61	76,81	1,33	63,63	1,63	79,85	1,79	100
Banana maçã	1,63	23,18	-	-	-	-	-	-
Palmito	-	-	2,09	36,36	-	-	-	-
Melancia	-	-	-	-	0,65	20,14	-	-

Fonte: CEASA, 2014, 2015, 2016, 2017. Org: Heider Boza (2018).

Novamente podemos identificar que os gêneros comercializados são os que podem oferecer maior vantagem econômica para os setores do agronegócio ligados a comercialização, resistem mais tempo nas prateleiras, tem baixo valor de compra e, a depender da época, são repassados a altos valores para os consumidores.

É importante ressaltar que não raras vezes esses consumidores também são camponeses, que cultivam os gêneros que tem melhor “saída” nos mercados atacadistas, como o coco verde ou a banana da terra, padronizando assim suas colheitas com os pacotes tecnológicos, e depois compram nos mercados locais os alimentos que não mais produzem, oriundos de regiões distantes, ficando assim a mercê dos preços abusivos cobrados nos mercados das cidades do interior, que nada mais é do que um dos mecanismos de transferência de renda do camponês. Para Vergés (2011), os preços acima da média nos mercados de pequenas cidades são aceitos pelos demais capitalistas, as empresas que atuam nessas cidades têm o privilégio de exercer monopólio sobre os camponeses, pois essa mais valia apropriada depois será repassada socialmente aos demais capitalistas por outros mecanismos.

Outro importante elemento, no campo da geografia dos alimentos, é que não só as grandes redes atacadistas, mas também os grandes mercados varejistas cumprem papel de atravessador direto, pois possuem armazéns dentro das CEASAs. De acordo com Lucci (2013), atualmente os pequenos mercados varejistas de atuação nas cidades do interior estão ligados às redes que atuam em todo o estado e que buscam seus produtos diretamente nas CEASAs, são essas redes que monopolizam os preços e a comercialização pelo interior do estado, sendo as principais: Central de Compras, Rede, Show, Rede Smart e Rede Multimarket. Essas redes, além de possuírem bases dentro dos armazéns do CEASA, exercem a compra direta de gêneros alimentícios de melhor “saída” com os camponeses, como a batata, chuchu, cenoura, melancia e laranja, pagando-lhes o preço por caixa do CEASA, mas comprando diretamente das mãos dos camponeses nas pequenas cidades do interior, e depois distribuindo por todo o estado por meio de suas redes.

Quando o Movimento de Pequenos Agricultores assume a organização da produção de alimentos em São Gabriel da Palha e nas demais comunidades da região noroeste, de fato encontram um grande desafio, pois a estrutura arquitetada pelo capital não está disponível para a produção de alimentos de origem camponesa, a diversidade e a informalidade muitas vezes possível de ser encontrada nas feiras livres, não se enquadram nos padrões do agronegócio da comercialização.

Para dar vazão a produção camponesa o Movimento novamente precisou se organizar e fazer luta, e o então criado PAA, do Programa Fome Zero do primeiro governo Lula, compareceu como a política pública que contribuiria para o avanço do MPA no campo da produção de alimentos.

Essa política pública nesse momento, muito importante para nós, por que nós conseguimos fazer com que as famílias conseguissem vender seu aipim, seus tomates, suas folhas que produziu a mais, conseguimos fazer uma renda a mais, então o PAA e o PNAE foram as políticas públicas no campo da comercialização que serviu para nós, não só para fazer a renda para as famílias, mas para motivar as famílias a plantar mais alimentos (ENTREVISTA 05, 15/08/17).

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – foi instituído pela Lei 10.696 de julho de 2003 pelo Presidente Lula junto ao Programa Fome Zero. Além de atender as demandas do Fome Zero, o PAA atende ainda a uma dupla função: “a garantia da comercialização da produção familiar (incluindo os assentamentos agrários); e a provisão de segurança alimentar às populações em situações de risco. Essas funções podem ser cumpridas “independentemente”, “isoladamente”, “integradamente”, ou ainda, em “situação negativa”, “não serem atribuídas à política pública”, ficando à mercê dos mercados. O objetivo original do Plano de Safra era de que houvesse integração das funções de garantia da comercialização e da subvenção ao consumo alimentar. Propunha-se, à época, um esquema direto de uso dos recursos de estoques PGPM para tal fim. O PAA inovou ao criar fundo próprio e instrumentos específicos” (DELGADO, 2005, p. 9).

O PAA, atendeu, entre 2003 e 2011, mais de 700 mil famílias agricultoras, investindo um total superior a R\$ 2,2 bilhões, e beneficiando mais de 20 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar (SILVA, 2014).

A tabela abaixo mostra a evolução da aplicação de recursos, o número de agricultores envolvidos e a média de renda acessada por família agricultora no decorrer dos anos:

Tabela 08 – Evolução do PAA por montante financiado e agricultores beneficiados (2003-2011)

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Recursos aplicados (R\$ milhões)	81,5	107,2	112,8	200,9	228,4	272,5	363,4	379,7	451,1	2.200,9
Agricultores envolvidos (mil)	40,7	49,8	51,9	86,6	92,3	90,6	98,3	94,4	106,6	711,4
Valor médio (R\$ mil)	2,002	2,153	2,170	2,322	2,472	3,006	3,695	4,023	4,231	3,094

Fonte: CONAB. Disponível em: <www.conab.gov.br>. In: Vinha e Sachiavinatto (2015).

No decorrer dos anos o Programa atingiu mais de 700 mil famílias camponesas, o que é pouco se comparado com o total de estabelecimentos familiares constantes no último CENSO Agropecuário de 2006, que contabiliza 4,3 milhões de unidades. Porém apesar dos

limites institucionais, estudiosos do programa apontam algumas vantagens importantes dessa política pública, como a valorização de gêneros agrícolas não adquiridos pelo mercado convencional, a garantia da compra da produção e do preço pago pelo Estado, que influem diretamente nas políticas regionais de preços do agronegócio, e a valorização e o estímulo à organização.

O estudo apresentado por Vinha e Schiavinatto (2015) mostra que em 2009 foram adquiridos em torno de 45% de frutas, verduras e legumes, ou seja, produtos in natura, e cerca de 21% de carnes, ovos, leites e derivados (proteínas) e 10% de grãos e cereais.

“Segundo algumas avaliações que tiveram como objeto de investigação a implementação do programa em diferentes ambientes rurais, muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar produtos locais que, até então, eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido (GRISA et al, 2011, p. 36). ”

O gráfico abaixo demonstra a diversidade de produções que são abarcadas na modalidade de Compra com Doação Simultânea:

Gráfico 03 – Produtos adquiridos e valores, alocados na modalidade Compra com Doação Simultânea – CDS/executor município, no ano de 2009

PRODUTO	VALOR (R\$)	%
Hortaliças, raízes e tubérculos	7.194.648,63	28,9
Frutas	3.898.833,87	15,6
Carnes e ovos	3.831.252,91	15,4
Grãos e cereais	2.585.639,72	10,4
Leite e derivados	1.534.580,39	6,2
Condimentos e temperos	1.068.441,52	4,3
Mel	1.019.324,12	4,1
Panificados e massas	912.256,04	3,7
Peixe	673.469,09	2,7
Farináceos	650.528,54	2,6
Doces	537.857,34	2,2
Açúcares	453.271,33	1,8
Polpa de Frutas	366.616,64	1,5
Outros	146.099,52	0,6
Oleaginosas - castanhas	42.142,24	0,2



Fonte: MDS, 2010. In: Vinha e Schiavinatto (2015).

Vinha também evidencia esse avanço na organização da produção e na organização das famílias originados do processo de envolvimento e acesso a esta política pública:

Outro ponto importante é que o PAA tem contribuído para a organização e o planejamento da oferta de produtos. Em todas as modalidades do Programa há possibilidade do acesso acontecer por meio de organizações econômicas coletivas (associações e cooperativas), por este motivo, houve uma revitalização de organizações existentes que tiveram que se estruturar melhor para participar do programa, bem como a formação de novas organizações. Os dados do MDA mostram que em 2009, havia 90 DAPs jurídicas e em 2014 este número passou para 2.928 (SCHIAVINATTO e VINHA, 2015, p. 198).

Essas duas afirmações podem ser comprovadas quando observamos os dados do PAA relacionados a São Gabriel da Palha. Entre 2011 e 2015, até 17 entidades, associações ou cooperativas da região comercializaram via o PAA, com total de 372 fornecedores e atendendo mais de 11 mil famílias.

O Movimento de Pequenos Agricultores comercializou parte da produção de suas famílias por duas entidades, a Associação de Pequenos Agricultores do Estado do Espírito Santo – APAAGES – e a Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Espírito Santo – CPC.

Tabela 09 – Dados PAA CONAB de São Gabriel da Palha – 2011 a 2015

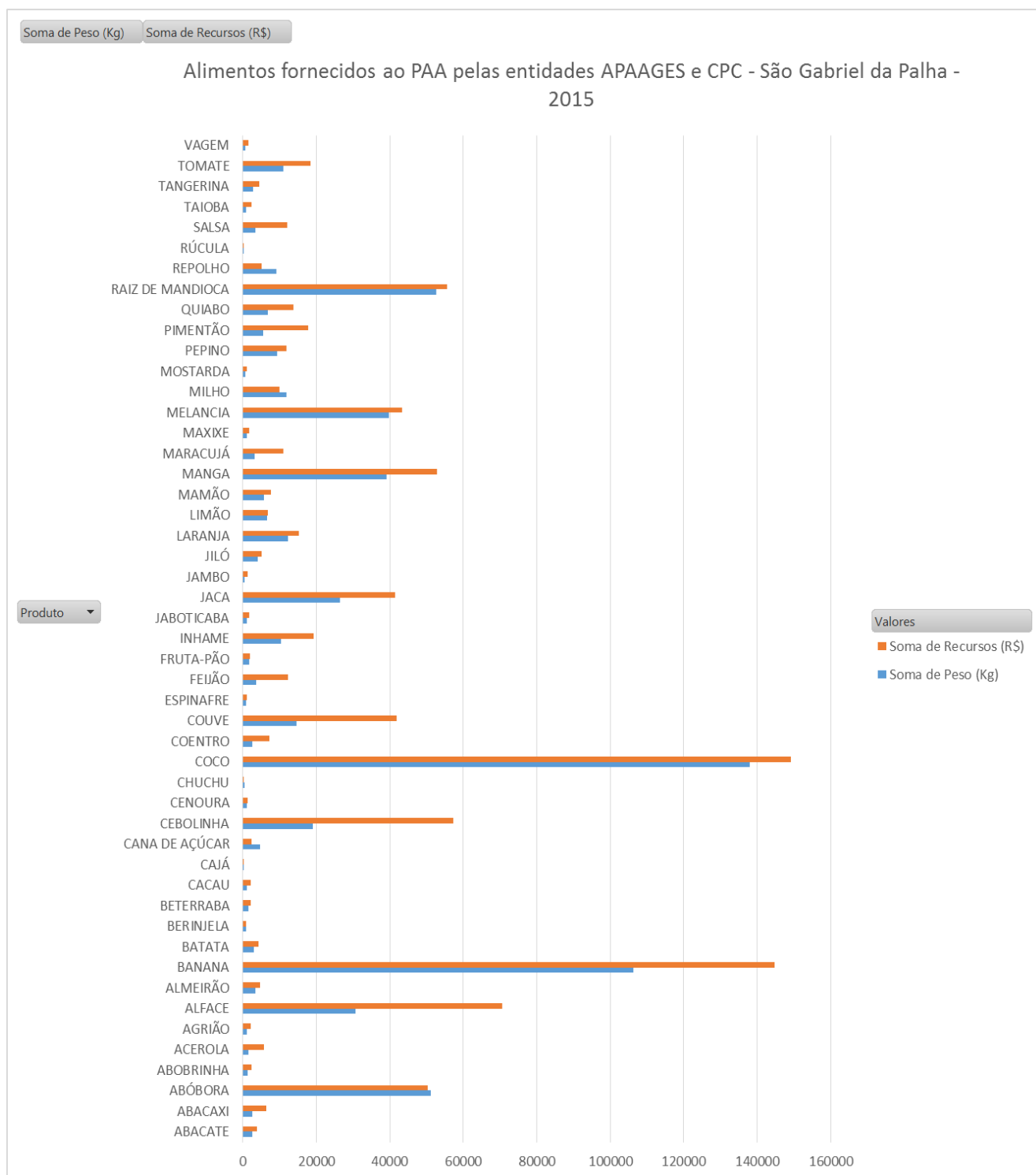
	Fornecedor	Nº Entidades	Nº Atendimentos	Recurso (R\$)	Quantidade (kg)
2011	372	11	11.965	1.495.079	1.227.615
2012	254	15	7.848	980.137	876.561
2013	-	-	-	-	-
2014	266	01	50	1.549.283	1.149.334
2015	121	17	9.211	937.475	659.407

Fonte: SAGI: PAA DATA (2011, 2012, 2014, 2015). Org. Heider Boza (2018).

Segundo levantamento feito a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, somente no ano de 2015, por suas duas entidades, o MPA comercializou em São Gabriel da Palha uma variedade de 89 gêneros alimentícios, agrupados em 25 categorias, número amplamente maior do que a encontrada nos registros do sistema CEASA. Os valores totais dessas vendas foram de R\$945.595,00 mil reais, e a quantidade comercializada passou de 659 mil Quilos, o que nos leva a entender que esse programa não só gerou renda para as famílias, mas deu vazão a produtos que no sistema CEASA ou mesmo na

venda direta para os mercados, não teriam saída, como jambo, fruta pão e jabuticaba, por exemplo.

Gráfico 04 – Alimentos fornecidos ao PAA pelas entidades APAAGES e CPC – São Gabriel da Palha (2015)



Fonte: SAGI PAA DATA 2015. Org. Heider Boza (2018).

Para além dos números de investimentos, agricultores envolvidos e famílias beneficiadas, que embora seja muito superior a outros mecanismos de compra institucional como é o caso da CEASA, sabemos estar muito aquém da demanda total, Delgado em seu relatório para o IPEA de 2005 apontava para os benefícios indiretos do programa, muitos ainda não sistematizados, como a recuperação dos preços e áreas de mercado defasado:

Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários. Por exemplo, nas compras de rapadura realizadas pelo governo do Piauí. Noutras situações, o mercado local absorve a produção e as compras governamentais anunciadas nem precisam ser realizadas, principalmente quando a intervenção visa exclusivamente à recuperação dos preços, característica das compras da Conab para a formação de estoques. Nesse caso, o governo federal evita despender recursos e assumir custos de manutenção de estoques (DELGADO, 2005, p.18-19).

O PAA se mostrou importante também na alteração dos preços pagos aos camponeses, pois o Estado garantido a compra com preços acima do mercado varejista, altera a cadeia de preços, agindo assim em cima do monopólio exercido pelas redes de mercados do agronegócio, que não mais conseguem exercer como antes a transferência da renda camponesa.

Um programa com as potencialidades de organização e transformação social como o PAA, independentemente de suas limitações, com certeza seria alvo de ataques de setores da burguesia nacional, burguesia débil e retrógrada, como dito por Fernandes (2008). Mesmo com seu caráter conciliatório explícito e sem proposta alguma de reformas estruturais, constantemente políticas afirmativas e programas de transferência de renda, principalmente os que carregam conteúdo social e tem gestão compartilhada com setores da sociedade civil, são alvos de ataques, criminalização e deslegitimação, por parte desses setores que compõem a burguesia interna.

Segundo Grisa e Triches (2015), o caráter descentralizado e em certa medida inovadores de políticas como o PAA provocam o descontentamento de setores da burguesia que estão habituados a um *modus operante* de gestão do Estado:

Contudo, estas mudanças e os arranjos sociais arraigados no capital social que os Programas propõem, não raro, se chocam com as propostas e as relações de poder anteriormente estabelecidas, causando celeumas. Nesse sentido, todo discurso traz uma mensagem, tem um objetivo e um efeito. Para Hirschman, os discursos, sejam eles perversos, fúteis ou ameaçadores, são utilizados independentemente da luta, seja ela da oposição de direita ou da oposição da esquerda. Dentro da política, os objetivos da manutenção do

poder pelos partidos seguem a mesma estratégia: inferiorizar a proposta opositora (LEITE *apud* GRISA E TRICHES, 2015, p. 19-20).

O PAA vem sendo alvo de ataques, assim como outros programas sociais e de transferência de renda, desde antes do ano de 2015, onde, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, se elegeu o congresso mais conservador desde a redemocratização. Entre 2011 e 2013 a Polícia Federal deflagrou a operação “Agro-fantasma” que foi executada no Paraná. A operação consistia em investigar desvio de recursos públicos do Programa Fome Zero, destinados ao PAA. Segundo o site da PF foram cumpridos 11 mandatos de prisão preventiva e 37 mandatos de condução coercitiva em 15 cidades paranaenses, entre outras ações que chegaram a culminar no afastamento do diretor da CONAB-PR.

Em relação à operacionalização dos Programas, destaca-se as acusações da assim chamada “Operação Agro-fantasma” realizada pela Polícia Federal que indicavam um mau gerenciamento do PAA, considerando principalmente que a forma com que vinha sendo conduzido era ilícita. Muitas das alegações diziam respeito a acordos entre produtor, entidade e coordenação para entregar menos produtos, mas recebendo como se estivesse entregando a mais para compensar o baixo valor pago, compra ou empréstimo de produtos de terceiros para entrega no projeto, troca de produtos não autorizada pela CONAB, produtos constando como sendo entregues em grandes quantidades em períodos climáticos desfavoráveis para sua produção (ex.: produtos de verão entregues no inverno), entre outras.

Estas acusações apontavam irregularidades que, anunciadas pela mídia, potencializavam a opinião pública no sentido de desqualificar o Programa. Estes argumentos confluíam para uma oposição aos processos de aquisições de gêneros alimentícios recentemente implantados no PNAE e PAA. Como já referido, ambos os processos de compras não ocorrem fundamentados nos princípios fulcrais da Lei 8.666/1993 - concorrência e menor preço, mas dispensam o processo licitatório e, no caso do PNAE e de algumas modalidades do PAA, utilizam o mecanismo da Chamada Pública direcionado ao agricultor familiar. Estas reformulações seriam então questionadas pelos opositoristas, considerando-as inadequadas do ponto de vista legal [...] (GRISA E TRICHES, 2015, p. 20).

É interessante analisar nesta operação as forças atuantes, com a PF no Paraná e a atuação da mídia no sentido de dar a visibilidade necessária e formatar a opinião pública sobre essa política e seus agentes executores, no caso o Governo Federal liderado pelo Partido dos Trabalhadores e as diversas cooperativas e associações de agricultores ligadas aos movimentos sociais. Em entrevista ao Jornal Brasil de Fato de julho de 2016, dois meses após o afastamento provisório da presidenta Dilma Rousseff, o dirigente do MST e economista

João Pedro Stédile, num esforço de caracterizar as forças sociais por detrás do impeachment, afirma:

A classe dominante não tem um projeto de país. O governo Temer/Cunha é apenas uma tentativa de aplicar rapidamente medidas de interesse de uma fração da classe capitalista, que está dividida em três núcleos de direção política [...].

Por fim, há um terceiro núcleo, que atua por motivações ideológicas e também tem vínculos internacionais. Esse grupo é composto pela Rede Globo, pelo juiz Sérgio Moro, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, entre eles há divergências e contradições. Pois se movem por interesses próprios, não em torno de um projeto de país (STÉDILE, *Jornal Brasil de Fato*, 2016).

Entendemos que são forças políticas muito similares, e que cumprem papéis muito parecidos às organizações atuantes na operação “Agro-Fantasma” e no processo atual e impeachment, a PF na atuação legal e a mídia na propaganda, ambos cumprindo um papel altamente ideológico, precisamente de deslegitimar as organizações envolvidas, atribuindo caráter clientelista e de autopromoção política das entidades executoras.

Grisa e Triches mencionam uma série de reportagens da Revista Veja na época da operação, vale destacar a matéria vinculada pela revista no dia 29 de setembro de 2013, intitulada “Ministro da Agricultura determina afastamento de diretor da CONAB”:

A Operação Agro-Fantasma, como o próprio nome diz, detectou que o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, é em grande parte uma simulação de produção e de entrega de alimentos. Os produtos não existem, compradores e vendedores não existem, mas o dinheiro existe. Para desviar os recursos públicos, a Conab autorizava repasses para associações e cooperativas rurais, o grande público que vota no PT no campo, utilizando nomes de produtores rurais e notas fiscais frias e superfaturadas. (...) Petista do Rio Grande do Sul, homem de confiança da presidente Dilma Rousseff e do ministro Gilberto Carvalho, Silvio administrava mais de 1 bilhão de reais por ano em compras que são feitas sem licitação e quase sem nenhum controle. (...) O programa também serviu para neutralizar a ação de muitos movimentos sociais, pois os sem-terra estão entre os beneficiários, seja recebendo comida enquanto acampados ou vendendo ao governo quando assentados. (...) Mas o que não se sabia ainda é que a fatia controlada pelo PT na Conab é talvez a que mais desvia dinheiro público. (REVISTA VEJA *apud* GRISA E TRICHES, 2015, p. 21).

Contudo o efetivo desmonte desta política pública se deu a partir de 2015 após as eleições, e mais precisamente com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff. Mesmo estando interinamente no cargo de Presidência da República, Michel Temer iniciou de

imediatamente uma recomposição ministerial e a alteração do orçamento de diversas políticas públicas, entre elas o PAA.

Segundo Stédile (2016) em seu artigo publicado no jornal Brasil de Fato, o governo interino do Presidente Michel Temer não tem outro objetivo se não retomar o desmonte do Estado pelo viés neoliberal no Brasil, que veio sendo executado durante toda a década de 1990 e interrompido com a eleição do Presidente Lula em 2002. Entre seus objetivos estão o enxugamento de cerca de 200 bilhões do orçamento da União para áreas sociais, para serem destinadas ao capital financeiro, pagamento de juros e amortização da dívida pública com os bancos internacionais, recomposição da taxa de juros, reforma na previdência social e a retomada das desestatizações, em especial no caso da Petrobras e do recurso do pré-sal.

Contando com o congresso mais conservador desde os tempos da Ditadura Militar e com o aumento da bancada Ruralista nas duas casas – Congresso Federal e Senado – Michel Temer nomeou o ruralista Blairo Maggi como ministro da Agricultura, órgão responsável pela gestão da CONAB e parte da gestão compartilhada do PAA. Neste período foi também excluído o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – importante aliado dos movimentos sociais dentro do governo, por ser ele o responsável pela gestão de uma série de políticas públicas voltadas para o campo e a agricultura familiar, dentre elas o PAA. O MDA foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – por meio da Medida Provisória 726, tornando-se agora Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, chefiado pelo Ministro Osmar Terra do PMDB-RS, que em entrevista à Rádio Gaúcha em sua posse afirmou: “Temos que ver quem realmente precisa. Precisamos auditar o Bolsa Família e ver onde estão sendo colocadas as verbas do Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]” (Jornal Brasil de Fato, 14 de junho de 2016).

Após a unificação dos ministérios e a nomeação do novo ministro, o espaço físico do extinto MDA foi cedido ao novo MDSA, as funções que eram de atribuição do MDA passaram para a Casa Civil, por meio da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e 62 funcionários de cargos de confiança do MDA foram exonerados (Frente Ampla dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público pela Democracia, 02 de julho de 2016).

Assim, com essa recomposição institucional e com os novos ministros, sem nenhuma advertência prévia e nem explicações orçamentárias ou de gestão, no dia 31 de maio o MDSA cancelou o repasse de 170 milhões de reais que iriam para a CONAB, direcionados ao PAA. Estima-se que esta paralisação atingiu cerca de 443 mil agricultores familiares, quase 7 mil

entidades de pequenos agricultores e mais de 38 mil entidades receptoras de alimentos cadastradas na CONAB. O MDSA informou que esse recurso estaria sendo recolhido para reavaliação. Parte deste recurso foi liberado novamente, contudo:

A interferência no andamento do Termo de Cooperação para descentralização de recursos do MDSA para a CONAB impacta diretamente no atendimento de projetos, muitos deles já aprovados há meses nas Superintendências Estaduais do órgão executor. Impacta no planejamento de milhares de agricultores familiares e organizações fornecedoras que despendem tempo, energia e recursos para viabilizar a confecção e envio das propostas à CONAB. Coloca também em risco os próprios rendimentos desses agricultores e suas organizações, uma vez que a garantia da compra pública não se efetive (FRENTE AMPLA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA, 03 de julho de 2016).

Para além do congelamento dos recursos, o objetivo do governo é deslegitimar e desestabilizar o programa, colocando em conflito os sujeitos envolvidos nos estados, semeando incertezas sobre a continuidade do programa nas famílias produtoras e beneficiadas, e desestimulando-as a dar continuidade a seus projetos, esvaziando assim os objetivos do PAA e seus saldos positivos, enfraquecendo o programa pelo lado da sociedade, em vez de se assumir como responsável pelo fim do programa enquanto governo.

“Para termos uma ideia do impacto dessa interferência, entre março e junho de 2015 a CONAB aplicou R\$ 46,2 milhões no atendimento de projetos de doação simultânea beneficiando 6 mil agricultores familiares em 15 estados. No mesmo período de 2016 nenhum projeto pôde ser contratado até o momento, devido ao resgate do orçamento pelo MDSA e atraso na liberação” (Frente de Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público pela Democracia, 03 de julho de 2016).

As expectativas de desmonte dos programas sociais para a agricultura familiar se confirmaram com a efetivação do Golpe de Estado, após da aprovação de uma série de medidas e de um processo de recomposição das instâncias de governo e das forças sociais burguesas nas parcelas do Estado. O PAA recebeu o menor orçamento de sua história no ano de 2017, segundo o Relatório Técnico da Assessoria do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, em 2014, o PAA CONAB (SAF + MDS) atendeu 26 mil agricultores com recurso de R\$473,1 Milhões, em 2017, atendeu 2.500 agricultores com recurso de R\$88,3 Milhões.

No município de São Gabriel da Palha e em toda a região noroeste capixaba, atualmente, nenhuma entidade ligada ao MPA acessa o PAA. Ou seja, se durante o período dos governos Lula e Dilma o PAA foi um importante instrumento para a materialização da estratégia da organização da produção e da distribuição de alimentos, hoje não há perspectiva de acesso a esse programa, e tendo em vista as insuficiências de acesso aos mercados convencionais, fica colocada a necessidade de construção de outras alternativas para a manutenção da qualidade de vida e da identidade camponesa.

Há alguns anos a Via Campesina, em seus debates acerca da Soberania Alimentar, já entendeu a importância e procurou estimular a valorização das experiências autônomas de comercialização camponesa. Ao compreender a necessidade da Soberania e não apenas da Segurança Alimentar, as organizações camponesas reforçaram a necessidade de se auto afirmarem enquanto sujeitos históricos da produção de alimentos para a população mundial. Aliados aos trabalhadores urbanos, defendem a autonomia de como plantar, o que plantar, de que forma consumir e como os governos devem assumir sua responsabilidade nesta política. Ainda, a Soberania Alimentar é indissociável da produção em pequena escala, cuja perspectiva está alinhada aos circuitos curtos de distribuição e consumo (PAULINO, 2015).

No desenvolvimento de suas ações, as organizações camponesas aprimoraram experiências e iniciativas que contribuem sensivelmente na construção coletiva do princípio da Soberania Alimentar. Desta forma, a comercialização camponesa, hoje, possui inúmeras experiências que reafirmam o campesinato como classe e com conhecimentos acumulados pela agroecologia.

Em 2007, a Via Campesina Internacional, presente na Conferência Mundial da Soberania Alimentar, em Mali, afirmou o seguinte princípio da comercialização camponesa na declaração de Nyéléni:

[...] A soberania alimentar dá prioridade para as economias locais e aos mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional. Coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda digna para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlar sua própria alimentação e nutrição. (Declaração de Nyéléni *apud* STÉDILE, CARVALHO, 2010, p. 10).

Não há real Soberania Alimentar sem autonomia, que vai desde sua produção até a comercialização. A comercialização camponesa, providas de distintas e inúmeras

experiências, comparece como alternativa a ser construída pelos movimentos camponeses e pela Via Campesina. Não se trata, apenas, de possibilitar o acesso aos alimentos, mas inclui, também, o direito de construir alternativas de acesso aos mercados para a agricultura camponesa (ROSSET, 2006). Da mesma forma em que a agroecologia articula os conhecimentos científicos com o saber popular camponês das técnicas agrícolas acumuladas historicamente, o atual estágio da comercialização camponesa, no bojo dos debates acerca da Soberania Alimentar, é também parte da prática histórica da classe camponesa em busca de alternativas para a comercialização justa de seus alimentos.

A partir dessas experiências históricas, emergiram em todas as partes do mundo, mercados camponeses com princípios ligados a Soberania Alimentar e a Agroecologia. De acordo com a Via Campesina (2016), 80% dos camponeses do mundo comercializam seus produtos em âmbito local ou regional, a maioria sob canais informais, alimentos que de fato alimentam a humanidade. Na América Latina, “estas pequenas unidades de produção foram responsáveis por 41 por cento da produção agrícola para o consumo doméstico e de produzir, a nível regional, 51 por cento do milho, 77 por cento do feijão e 61 por cento da batata (ORTEGA, 1986). A contribuição à segurança alimentar desde o campesinato é hoje tão crucial como há vinte e cinco anos” (ALTIERI, 2010, p. 24).

Estes mercados camponeses, frutos do processo da comercialização camponesa e da Soberania Alimentar, se apresentam de diversas formas, variando conforme as especificidades do campesinato em cada parte do mundo. Um exemplo é a cooperativa de comercialização Sell Sellal, que surgiu em 2013 na cidade de Dakar no Senegal (BOLETÍN NYÉLÉNI, 2016). Esta cooperativa compra os alimentos dos camponeses a preços acima do mercado e os revende em atacado para as populações rurais ou das periferias das grandes cidades. Utilizando deste mecanismo, as vendas da cooperativa aumentaram 10 vezes entre 2013 e 2016, com média de venda de 1.250 toneladas por semana.

Na Indonésia, os mercados populares na forma de feiras-livres e de comerciantes ambulantes são o coração central da distribuição de alimentos. Um levantamento feito pelo Departamento de Comércio de Hanói mostrou que são comercializados nas regiões periféricas da cidade 5 mil vendedores de verduras e 9 mil vendedores de frutas, sendo mais de 90% de vendedoras mulheres, onde de 70 a 80% da produção advém dos municípios vizinhos à cidade (BOLETÍN NYÉLÉNI, 2016).

Na Nicarágua, em 2006, se formou a Federação de Cooperativas para o Desenvolvimento – FECODESA – que reúne 6 mil famílias camponesas que produzem seu próprio alimento, garantindo, assim, sua Soberania Alimentar. As famílias comercializam o excedente em mercados locais, nacionais e internacionais por meio da Federação, que dá ênfase aos processos democráticos dentro da gestão das cooperativas (BOLETÍN NYÉLÉNI, 2016).

No Brasil, iniciativas semelhantes vêm sendo desenvolvidas desde o surgimento dos principais movimentos camponeses nacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que procura organizar a produção dos assentamentos rurais por meio de cooperativas. Com o recente fortalecimento do movimento agroecológico local, estão surgindo cada vez mais iniciativas de comercialização camponesa, como o Armazém da Reforma Agrária em São Paulo e as grandes Feiras Nacionais da Reforma Agrária, espaços que, além de darem vazão à produção agroecológica, são verdadeiros espaços de agitação e debate de temas como reforma agrária, Soberania Alimentar, agrotóxicos e o modelo de agricultura ditado pelo agronegócio.

Tal como a Feira Nacional da Reforma Agrária, desde 2006 o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) realiza a Festa Nacional da Semente Crioula, importante espaço de encontro do campesinato, de troca de saberes, do fortalecimento da cultura popular camponesa, de troca de sementes crioulas em resistência aos Organismos Geneticamente Modificados – OGMs – e também de comercialização e fortalecimento da Soberania Alimentar.

A partir dos debates em torno da produção e comercialização encarados pelo MPA no contexto do Plano Camponês, e do amadurecimento da importância da comercialização camponesa para a Soberania Alimentar, no âmbito mais geral da Via Campesina, o MPA de São Gabriel, no final do ano de 2011, dá um importante passo rumo a construção de uma iniciativa autônoma de comercialização direta, gerida em todas as fases, da produção, distribuição, à venda e administração, pelos camponeses, o Mercado Popular de Alimentos. É sobre essa iniciativa que buscaremos nossas análises no capítulo seguinte.

4 O MERCADO POPULAR DE ALIMENTOS DE SÃO GABRIEL DA PALHA – ES

4.1 Introdução

A partir do momento em que o MPA amadurece sua concepção de campesinato, se coloca enquanto classe social e passa a lutar por políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses, mas também passa a enfrentar, por dentro ou fora do governo, o modelo de agronegócio, elaborando sua estratégia de ação sintetizada no Plano Camponês, a comercialização de alimentos passa a se tornar central.

Como mencionado no capítulo anterior, em seguida a tomada dessa decisão política, surge o desafio de não só estimular a diversificação da produção, mas também o desafio da comercialização dessa produção, que não encontrava e não encontra espaço nos mercados convencionais, a não ser que se encaixe nos padrões de produção – pacotes de insumos, sementes e agrotóxicos – e nos padrões da comercialização – gêneros padronizados para o consumo em massa e a forte presença do atravessador, geralmente o Estado ou as redes privadas.

Durante um período as feiras livres foram esse espaço alternativo genuinamente camponês, mas, mesmo com a continuidade e o estímulo dessa alternativa, procurou-se buscar saídas para dar vazão em larga escala para a produção camponesa. Houve a possibilidade real dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, que ajudaram a valorizar a produção de alimentos, estimular a diversificação e a organização, garantido a venda e o preço acima do mercado.

Entretanto o Plano Camponês e a Soberania Alimentar para se realizarem na estratégia da organização demandavam iniciativas independentes do Poder Público, no âmbito da organização e da gestão, que como se confirmou, não asseguraria de fato as bases da produção camponesa em eventuais acirramentos dos conflitos, como no caso do atual movimento golpista e de desmonte das políticas públicas e ministérios. Assim, após debates e estudos de experiências camponesas pelo mundo, é inaugurado no mês de novembro de 2011 o Mercado Popular de Alimentos em São Gabriel da Palha.

O Mercado Popular nasce com os seguintes objetivos: 1. Incentivar para a diversificação nas propriedades camponesas; 2. Garantir a comercialização da produção; 3.

Garantir renda para as famílias camponesas; 4. Garantir renda para a juventude camponesa e para as mulheres; 5. Comercializar produtos alternativos e; 6. Ter mecanismo de registro e distribuição de sementes, raças e mudas.

Com base nesses objetivos, em entrevistas e em análises de dados, procuramos entender como vem se desenvolvendo essa iniciativa inteiramente autônoma de uma organização camponesa em tentar construir um projeto para o campo que se distingue do projeto de desenvolvimento em curso, controlado pelo Estado e pelo capital.

Essa rica experiência do Mercado Popular, em curto espaço de tempo, vem conseguindo comprovar como é possível desenvolver de forma auto-gestionada, sem apoio em pilares externos ao movimento, e com profissionalização na gestão, uma alternativa real e concreta de comercialização da produção camponesa. Por se tratar de uma “ilha” em meio ao oceano do agronegócio, as contradições que o rodeiam provocam impactos nesse processo de desenvolvimento, que alguns deles serão melhor desenvolvidos nos próximos tópicos, mas ainda assim, através de análises a campo e dos números gerados pela organização do Mercado Popular, percebe-se o tamanho da produção (na verdade uma parte dela apenas) e a diversidade dessa produção, elemento que não aparecem quando analisamos o Sistema CEASA ou que aparecem nas políticas públicas, com seu futuro comprometido pela fragilidade institucional.

4.2 A construção política do Mercado Popular de Alimentos

O Mercado Popular de Alimentos foi inaugurado oficialmente em novembro de 2011 na cidade de São Gabriel da Palha, entretanto sua idealização vem de pelo menos 4 ou 5 anos antes, segundo a liderança camponesa entrevistada, que coordena o Mercado Popular e que também comercializa ali seus alimentos produzidos. De acordo com essa liderança, a discussão foi bem anterior com as famílias dos grupos de base do MPA em São Gabriel, que queriam comercializar seus produtos, e ajudaram a formar uma proposta diferenciada de comercialização

Então a partir do anseio das famílias do município de não ter onde comercializar, pensamos se não poderíamos ter um espaço como se fosse de uma feira, mas que fosse todos os dias da semana, que teria maior possibilidade de venda. Então com as famílias em várias reuniões começamos a sonhar com esse espaço de comercialização, como seria esse

A organização interna da produção do Mercado Popular não se dá pelo recorte municipal ou grupos de base, as entregas se dão aleatoriamente por parte dos camponeses, que frequentemente, alguns diariamente a depender da distância entre o Mercado Popular e a comunidade que vivem, passam no Mercado para verificar a saída de seus produtos e reabastecer as prateleiras. Porém, com base nos dados do ano de 2016, a maior parte da produção foi proveniente de onde vem a maior parte das famílias, cerca de 70% de tudo o que foi vendido no Mercado Popular foi produzido em São Gabriel da Palha.

Até o ano de 2016 semanalmente um caminhão vinha do município de Pancas trazendo de forma coletiva a produção de lá, que representava cerca de 6% das vendas do Mercado, porém, com os cortes nas políticas públicas esse transporte foi direcionado para outras comunidades, o que, segundo a coordenação do Mercado, fez diminuir o índice de entregas e vendas das famílias desse município.

A variedade de produtos ofertados revela também a diversidade da agricultura camponesa. No ano de 2015 foram comercializados 321 produtos diferentes, entre frutas, verduras e legumes frescos, diversos tipos de pães, biscoitos, roscas, macarrão, queijo, doces e compotas e cachaça, além de artesanato. No ano de 2015 as massas em geral, pães, bolos e biscoitos, foram responsáveis por mais de um terço das vendas do Mercado Popular, seguida de derivados do leite e demais produtos de origem animal e das frutas, em especial os vários tipos de bananas da região.

Tabela 10 – Vendas de Vendas – Janeiro a Setembro de 2015

GRUPO	Nº PRODUT OS	Nº ESPÉCI ES	% SOBRE O TOTAL
PÃES E BISCOITOS	66	15	32,51
LEITE E DERIVADOS	8	5	15,80
FRUTAS	63	34	15,37
LEGUMES	32	24	5,84
VERDURAS	13	11	4,67
CARNE E DERIVADOS	11	8	4,08
CEREAIS E DERIVADOS	9	7	4,01
DOCES E CONSERVAS	35	15	3,91
CHÁS E TEMPEIROS	17	17	2,49
PESCADO	10	8	2,43
BEBIDAS	2	2	1,83
MEL	1	1	1,63
OVOS	3	1	1,19
CONFECÇÕES E ARTESANATO	19	16	1,00
MUDAS	16	8	0,88
INSUMOS	6	6	0,83
PRODUTOS DE LIMPEZA	2	2	0,67
FLORESTAIS	3	1	0,56
REMÉDIOS NATURAIS	5	5	0,29
TOTAIS	321	186	100,00

Fonte: Análise das Vendas do Mercado Popular de Alimentos. MPA; Org: Krauser (2015); Adaptado por Heider Boza (2018).

Em 2016 as massas em geral continuaram sendo o carro-chefe das vendas, com o aumento de mais 30% sobre o volume das vendas no ano anterior. Já os derivados do leite caíram bastante em vendas, com queda de cerca de 34% sobre suas próprias vendas em 2015, provavelmente como consequência da forte estiagem que assola a região desde 2013, mas também podendo haver ligação com as questões sanitárias, pois atualmente nenhuma das famílias que produzem produtos derivados do leite ou de origem animal possuem agroindústria regulamentada.

Se as vendas dos produtos de origem animal caíram, a venda de verduras, doces e conservas e bebidas aumentaram bastante entre 2016 e 2015, com 61%, 31% e 80% respectivamente. Em relação as bebidas, no ano de 2015 ficou pronta a primeira safra da cachaça orgânica Crioula, produzida pela CPC, cooperativa do MPA na comunidade de São José, município de Águia Branca, fato que impulsionou as vendas desse produto. A venda das frutas caiu 8%, embora ainda continue sendo, de maneira geral, a segunda categoria em vendas no Mercado Popular, abarcando uma variedade de 63 culturas diferentes.

Das 10 principais famílias que entregam produção para o Mercado Popular de Alimentos, apenas uma não produz os gêneros líderes em vendas: derivados de pães, bolos e biscoitos, derivados do leite e produtos de origem animal, doces e conservas e frutas. Essas 10 famílias abarcam quantidade, mas também variedade, pois exceto uma família não produz mais que 15 tipos diferentes desses gêneros citados acima. Esta “exceção”, que é a segunda família em vendas no Mercado Popular de Alimentos entrega apenas um gênero, que sozinho representou grande arte das vendas no ano de 2016, o “Pão de Jesus”.

A forma de funcionamento do Mercado Popular é bem dinâmica, a todo tempo chegam camponeses com produções para serem logo colocadas à venda ou serem estocadas a depender da validade. Todos os produtos agroindustrializados e/ou em embalagens possuem um selo colocado pelo produtor, com o seu nome, a descrição do produto, comunidade em que vive, prazo de validade e o preço, a organização do Mercado Popular apenas presta o serviço da comercialização. Os camponeses constantemente passam no Mercado para verificar as vendas de sua produção, e repor ou não. Ao final do mês é feita a prestação de contas entre a organização e o camponês, que repassa uma verba de manutenção do mercado, que não possui fins lucrativos, apenas arrecada o necessário para seu auto funcionamento.

Figura 02 – Mesa com doces e biscoitos – Mercado Popular de Alimentos – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 03 – Gondola com pães, bolos, biscoitos e roscas – Mercado Popular de Alimentos – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 04 – Gondola com pó de café, farinha, doces, açúcar mascavo, rapadura, melado de cana e mel – Mercado Popular de Alimentos – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 05 – Cachaça orgânica Crioula – Mercado Popular de Alimentos – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 06 – Produtos frescos – Mercado Popular de Alimentos – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 07 – frutas frescas – Mercado Popular de Alimentos – 2018.



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 08 – Freezer com hortaliças, frutas e pimenta – Mercado Popular de Alimentos – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 09 – Prêmios recebidos pelo Mercado Popular de Alimentos – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

O tempo todo também entram consumidores no Mercado Popular, que tem movimentação intensa em praticamente todos os dias. De acordo com a coordenação do Mercado Popular, são atraídos para a proposta do Mercado clientes que procuram os chamados “produtos da roça”, alimentos frescos, livres de agrotóxicos:

Desde o início quando vínhamos pensando o Mercado, vinha sendo discutido com as famílias essa questão do fortalecimento da produção agroecológica, por que o alimento convencional em toda esquina se acha, o alimento convencional trabalhado a base do veneno em qualquer supermercado se acha. Os clientes perguntam “esse fubá é da roça? Esse produto é da roça? ” O que as pessoas querem dizer quando perguntam se o produto é da roça? Se o produto é natural, sem veneno, então tem um sabor diferenciado do convencional, então as pessoas vêm em busca desse diferencial, desse sabor da roça que lembra a infância, lembra a juventude, lembra os avós e que tem essa qualidade (ENTREVISTA 03).

Esse “diferencial” segundo a coordenadora do Mercado Popular também atrai consumidores com necessidades diferenciadas, com algum tipo de restrição alimentar e também com problemas de saúde, pois diferente de outras políticas que as famílias acessavam por meio do MPA, como o PAA e o PNAE, no Mercado Popular são colocados apenas alimentos agroecológicos ou em processo de transição, que não mais fazem uso dos agrotóxicos. Como não há na cidade de São Gabriel outro mercado que ofereça alimentos produzidos dessa forma, o Mercado Popular acaba ganhando centralidade para este público.

[...] a gente tem aumentado muito o número de clientes aqui que tem problema de câncer que vem adquirindo produtos agroecológicos, por orientação médica. Então onde as pessoas vêm adquirir? No Mercado Popular de Alimentos. As nutricionistas pedem alimentos saudáveis, limpos, então assim, onde as pessoas vão adquirir? No Mercado Popular de Alimentos. Isso tem sido um grande diferencial e está servindo de estímulo para as famílias, muitas famílias que inicialmente começavam com um ou outro produto, vem se organizando para que consigam aumentar sua produção para trazer para o Mercado por que estão vendo que é viável, é economicamente viável e também no campo político da alimentação saudável como um todo, também é viável, por que aquilo que a gente produz é trago para comercializar, então é gratificante para as famílias, que é uma coisa saudável para quem planta e quem compra (ENTREVISTA 03).

Para as lideranças do Movimento esse fator é atrativo de novos consumidores, estimula as famílias camponesas que também consomem no Mercado os alimentos que não produzem, e funciona como um instrumento de diálogo, para sua base e para a sociedade, da proposta política do MPA:

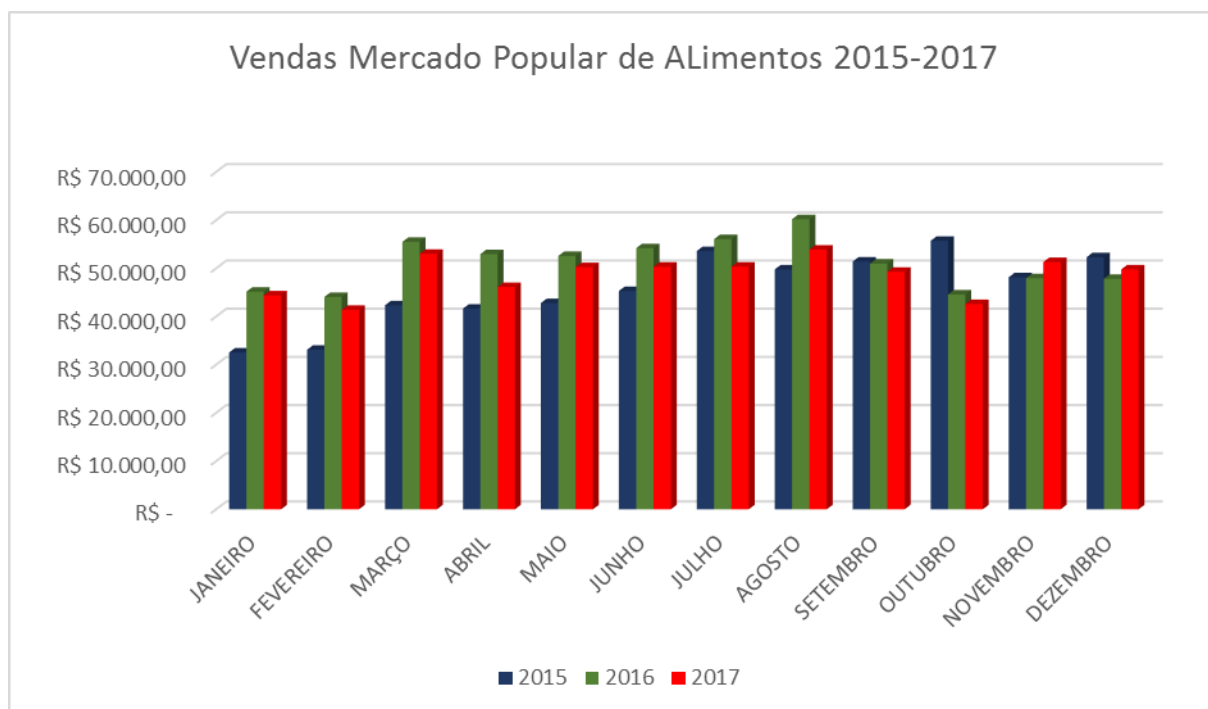
[...] nós temos hoje um público que tem problemas de doenças, então eles comprar no Mercado por que aquela alimentação proporciona uma durabilidade de vida maior, então é uma forma de politiza-los, e quando entra no Mercado eles já sentem que é um espaço diferente, um tratamento diferente e que são coisas diferentes, então quando eles ingerem a alimentação eles percebem na prática de que nós estamos falando, quando a gente fala do MPA através do Mercado. Nós temos o Mercado para falar com um público que nós não conseguiríamos chegar (ENTREVISTA 04).

Esse tipo e constatação mostra como na prática, se viabiliza a produção agroecológica no plano da circulação, e como essa produção pode ter de fato, viabilidade financeira para produtor e consumidor, respeitando o tripé da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Nas grandes redes de mercado que comercializam o produto orgânico, essa relação não se viabiliza, a sustentabilidade econômica não é respeitada, devido aos altos preços pagos pelos consumidores, e os baixos preços vendidos pelos camponeses, logo, a compromisso social também se esgota, por não cumprir funções como a citada acima por exemplo, de ser uma fonte de saúde acessível par quem possua algum tipo de necessidade diferenciada.

As vendas do Mercado Popular no último triênio, de 2015 a 2017 sofreram aumento em especial de 2015 a 2016, quando a coordenação imaginava que haveria queda devido ao ciclo prolongado de seca. Provavelmente esse aumento se deu pela impossibilidade da produção do café *Conillon*, onde que, segundo as lideranças entrevistadas, houveram famílias com perca de 50 até 70% das produções, além dos fatores relacionados ao modelo produtivo, em que a monocultura do café é altamente dependente de água e insumos químicos, e a

produção agroecológica pode ser produzida sob bases mais sustentáveis. No ano de 2017 as vendas do Mercado Popular sofreram queda em relação a 2016, mas ainda assim permaneceram em alta a partir do levantamento de 2015.

Gráfico 05 – Variação das Vendas do Mercado Popular entre 2015-2017



Fonte: Mercado Popular de Alimentos, MPA. Org: Krauser (2018).

É importante ressaltar que o Mercado Popular de Alimentos é uma experiência, desde sua inauguração, auto-gestionada pelo campesinato, em todos os sentidos. Toda a coordenação técnica e política, a gestão, o trabalho manual e outros serviços são executados pelo campesinato que participa do MPA, e sua sustentação é independente, ou seja, o Mercado Popular tem autonomia em relação a governos ou políticas públicas, nunca tendo precisado de recursos externos para sua manutenção, pagamento dos salários, contas e demais despesas. Apenas o prédio em que o Mercado Popular foi inaugurado não foi adquirido com recursos próprios, era um prédio público que seria abandonado, e então foi solicitado e conquistado junto ao governo estadual pelas famílias camponesas de São Gabriel da Palha. Entretanto, há alguns anos o prédio teve sua estrutura condenada e o Mercado Popular teve que mudar de endereço, funcionando atualmente em imóvel alugado, mas ainda assim mantendo-se com recursos de próprio caixa.

Para além do funcionamento operacional e dos números que provem o bom funcionamento dessa experiência, todas as lideranças camponesas entrevistadas, muitas delas

também vendedoras no Mercado Popular, afirmam em consenso que essa iniciativa não é algo aleatório, não surge apenas em torno das demandas de espaços de venda da produção, mas também fez parte do processo de reflexão sobre as estratégias do Movimento, sobre as teorias do campesinato nos anos de 2004 e 2005. A proposta do Mercado Popular nasce junto ao Plano Camponês, a necessidade de materialização das propostas em torno desse Plano.

O Plano Camponês versa sobre os Sistemas Camponeses de Produção, que é a organização da cadeia produtiva, que vai desde a produção agroecológica, a organização da produção e o processo da agroindustrialização por meio das cooperativas e a distribuição por meio de mecanismos de troca direta, eliminando o atravessador e priorizando os circuitos curtos de comercialização.

O número elevado de famílias comercializando e a ampla variedade de produção não se dão ao acaso, a localização do Mercado Popular foi pensada de maneira estratégica, tendo em vista que o município de São Gabriel e a região noroeste são o berço do movimento, e o território de forte cultura e presença camponesa. Logo, nesta localidade, o volume de produção teria condições de quantidade, de qualidade e de organização, para atender a demanda de consumo urbano, levando em consideração o debate referente ao circuito curto de comercialização.

Como referencial que a gente tem, é a discussão dos circuitos curtos de comercialização, produção e abastecimento local, e assim por diante. Então olhando para essa questão do circuito curto né, uma possibilidade é a feira, nós temos um conjunto de famílias que tem dificuldade em fazer a feira né, pela distância da cidade, pelo volume de produção, pelos limites, vamos dizer assim, inclusive de preconceito e de vergonha, que são barreiras muito fortes que dificultam as famílias a fazer feira. Então a gente pensando que tipo de alternativo a gente teria para fazer a comercialização direta e local, então essa experiência foi construída enquanto Mercado Popular (ENTREVISTA 2).

Apesar das ponderações da liderança do MPA em relação aos limites que a feira livre possa ter ao pequeno produtor camponês, outra liderança do movimento, que participou do processo de idealização e construção do Mercado Popular, ressalta que as feiras são as formas históricas de comercialização camponesa, e tiveram também uma base de inspiração para a concepção do Mercado Popular, mas de forma diferenciada, diante dos limites apresentados na entrevista 2.

Por que não, ter um espaço que fosse igual uma feira permanente? Não é a feira só na sexta-feira, ou na quinta-feira, ou no sábado ou no domingo, todo dia. Só que para isso veio àquela discussão, as famílias não tem condições de

ficar todos os dias no espaço da feira para vender o seu produto, com isso a gente pensou na ideia de ter um grupo de pessoas, permanente no espaço, recebendo os alimentos das famílias, e estando ali todo dia, vendendo para elas, e achamos que isso era uma possibilidade de fazer elas escoarem a produção, que ela estava tendo, com excedente, e também produzindo para abastecer a necessidade da população urbana, e que poderia dar certo, e experimentamos. Então o Mercado Popular nasce um pouco com essa ideia, de construir este espaço onde vai ter um grupo permanente vendendo para as famílias (ENTREVISTA 1).

Um traço organizativo muito forte no Mercado Popular, e que é base organizativa da produção dos Sistemas Camponeses de Produção, são as cooperativas como instrumento coletivo para organizar a produção familiar camponesa, e embora o Mercado Popular em si não seja uma cooperativa regularizada nos moldes institucionais, as experiências históricas camponesas são sim um referencial para a organização da produção. No caso citado, a experiência das Cooperativas Cubanas da ANAP, que foram visitadas por uma brigada do MPA durante o período especial, serviu também junto ao processo acumulado das feiras livres, como base política para esta iniciativa. Então o Mercado Popular, atua de maneira informal, como uma cooperativa de venda, de comercialização, formada por produtores.

[...] através de uma visita que a gente fez a Cuba, no final da década passada, nós tivemos a oportunidade de conhecer uma experiência de comercialização diferenciada, organizadas vias cooperativas, mas de uma forma totalmente diferente do cooperativismo que nós conhecemos aqui no Brasil.

[...] de fato foi uma experiência assim, de visita a um Estado organizado de forma diferente, socialista, mas a relação das cooperativas lá de comercialização, de fato ela dá a oportunidade aos camponeses, de se organizar a produção de acordo com a sua capacidade, suas condições de estrutura que tem na propriedade, de produzir e entrega os produtos. Só que ela tem uma forma que entrega a maioria deles direto para o governo, aí o governo que abastece os mercados, e garante a comercialização, e aqui não, mas aquilo serviu de exemplo para nós, nessa questão de inspirar as famílias a produzir de acordo com suas condições que tem hoje, e de buscar ter uma garantia de venda [...] A experiência da cooperativa lá que garantia a compra dos produtores em Cuba, também nos inspirou, o Mercado vai vender todo dia (ENTREVISTA 1).

Em todas as entrevistas feitas com o grupo de lideranças do movimento, que coordenam o setor de produção, a questão da legislação sanitária foi colocada em tom crítico, como um gargalo ao escoamento da produção camponesa, pois as leis sanitárias relativas a agricultura, que são hoje de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – instrumento de Estado ligado ao Agronegócio – vetam a produção

tradicional e cultural camponesa, que não se encaixam no atual modelo sanitário. De acordo com as lideranças entrevistadas, essas leis impedem o desenvolvimento da produção e veta de circulação nos mercados formais a produção agroecológica.

Nesse sentido, o que poderia vir a ser um problema por diversos motivos, nessa questão camponesa específica se torna uma vantagem; a informalidade institucional do Mercado Popular de Alimentos, o que possibilita o escoamento de uma série de produtos exclusivamente pelo Mercado Popular, pois no mercado convencional estes produtos não encontram saída devido a legislação. No atual momento estão sendo estudadas possibilidades de regulamentação, na legislação das cooperativas ou enquanto uma feira livre fixa. Ambos estes modelos estão na concepção política do Mercado Popular, porém, para poder se formalizar e assim poder acessar mercados instrucionais que antes eram acessados via PAA – e que hoje não estão sendo mais acessada devido aos cortes no programa – a organização do Mercado Popular precisa encarar a legislação e regulamentar as unidades familiares produtivas.

Conforme os levantamentos internos das vendas de 2015 feito pelo próprio Mercado Popular, do total das variedades comercializadas, 142 necessitam de inspeção sanitária, e 180 agroindústrias familiares precisam ser regularizadas, já que o maior volume de venda vem de massas como pães, bolos e biscoitos e queijos

Do ponto de vista de ser uma cooperativa formalizada, uma barreira é a barreira sanitária, por que como a produção camponesa não tem economia de escala, e a legislação sanitária ela foca, não no processo, ela foca na estrutura, você tem que ter uma estrutura, tem que ter 5, 6, 7, repartições, tem que ter isso e aquilo outro, que impossibilita de atender. Aí você tem produtos, como por exemplo, o *broti*, que é pão em alemão, mas aí tem o *milha broti*, que é o pão de milho, que é um alimento tradicional dos alemães, e que é uma coisa que vende muito no Mercado. O pão de milho ou o *broti*, ele é feito no forno a lenha e assado em cima de folha de banana, se não for isso, ele é uma outra coisa de milho qualquer, ele não é o *broti* né? Assar em cima da folha de banana e no forno a lenha são duas coisas que a vigilância sanitária não aceita em hipótese nenhuma, ou então a gente vende a broa de milho ou vende o *broti* informal. Então do ponto de vista da formalização, essa é uma dificuldade (ENTREVISTA 2).

A agroecologia é um princípio fundamental do MPA, e que é aplicado estritamente no Mercado Popular de Alimentos. Desde sua fundação, o grupo que coordena a iniciativa acordou que neste espaço, apenas os alimentos agroecológicos seriam comercializados. Esta decisão não se deu apenas por que a agroecologia é um princípio da organização, mas por que na região noroeste do Espírito Santo e em São Gabriel da Palha, no contexto de surgimento do

Mercado Popular, grande parte das famílias dos grupos de base acessava o PAA e estavam conseguindo uma via certa de escoamento de sua produção de alimentos, entretanto o movimento quis valorizar as famílias que, apesar das dificuldades, estavam se desafiando à produção ecológica, se o uso de agrotóxicos e insumos químicos.

Outro motivo para a exclusividade da comercialização agroecológica no Mercado Popular é que, em um território dominado pelo agronegócio do café conillon, onde aparentemente é muito lucrativo e muito cômodo se produzir o café na maneira convencional, as dificuldades de se progredir para uma transição agroecológica são muito grandes. Não basta que sejam feitas formações, seminários, oficinas ou até mesmo que se garantam assistências técnicas, se não houver uma demanda real de consumo e de produção, se não houver mercados e que esses produtos possam ser comercializados e reconhecidos, do ponto de vista da valorização e da qualidade, como produtos agroecológicos.

A partir dessas reflexões e desses desafios colocados no contexto do território, o MPA sintetizou no Mercado Popular o instrumento que, junto a assistência técnica, poderia ser o catalisador e verdadeiro impulsionador na transição agroecológica na região, que mesmo sendo uma grande produtora de café, é também tradicionalmente grande produtora de alimentos, porém inseridos no processo da Revolução Verde e dos pacotes tecnológicos.

[...] cento e tantas famílias que comercializam no Mercado Popular, e que estão ali todas as semanas, ou várias vezes por semana, e ela se depara com um conjunto de alimentos produzido sem agrotóxicos, então, quer dizer, a família chega ali, dá de cara com um monte de produtos sem veneno e ela fala: “bom, é possível produzir sem veneno, então se eu lá em casa não consegui produzir o tomate sem veneno, mas teve agricultor aqui que produziu”. Então vai desmontando esse imaginário de que sem veneno não produz. Então acho que isso é uma primeira coisa. Uma segunda coisa, a medida em que a família planta, produz sem veneno e aí encontra um lugar para vender, e com isso gerar uma renda, também anima a família a fazer mais [...]. Então nessa coisa de ter onde ir vender o produto sem agrotóxico, ainda que ele tenha aspectos estéticos inferiores ao produto convencional, mas ele chama atenção, enfim, o público que vem consumir procura por este tipo de produto (ENTREVISTA 2).

Outra liderança do movimento concorda com essa avaliação do Mercado Popular enquanto impulsionador do processo da transição agroecológica, a partir de demandas e resultados concretos. De acordo com a liderança, se não se pelo Mercado Popular, a produção agroecológica na região noroeste não estaria no nível que se encontra hoje, e avalia, que as políticas públicas de Segurança Alimentar como o PAA, embora de extrema importância, não possuem capacidade de impulsionar este movimento da transição.

Então essa questão do Mercado Popular, no estímulo e o fortalecimento da transição, eu diria que ele é bem determinante. Se não tivesse hoje esse Mercado Popular de Alimentos, eu acho que o processo de transição estaria muito mais devagar na nossa região, por que os outros mercados que a gente tem de comercialização, do tipo governamental, PAA e PNAE, que são importantíssimos para escoar a produção e também dar renda e garantia de sobrevivência no campo, eles apesar de ter intuito do agroecológico, mas não tem critérios claros para dizer: se não for assim não vende no PAA. E aqui não, no Mercado Popular já tem um combinado de critérios com as famílias e com a base, e isso acaba de uma certa forma, não é moldando as pessoas, mas reeducando para a relação do homem, da mulher e da natureza. Então acho que a participação do Mercado nesse processo, ele é fundamental e determinante (ENTREVISTA 1).

O Mercado Popular, por dar visibilidade e vazão a produção agroecológica e incentivar a cultura camponesa e a produção de alimentos, ele consequentemente possibilitou às famílias camponesas a terem sua Soberania Alimentar novamente garantida, direito esse que lhes foram expropriadas no processo da Revolução Verde. Para os dirigentes do Movimento, esta Soberania Alimentar vem da possibilidade de decidirem o que e como plantar, e de poderem se alimentar dessa cultura, mas também, da possibilidade de, através do Mercado Popular, poder comprar, e por que não, indiretamente trocar, mediatizados pelo Mercado Popular, seus produtos por outros que não têm a condição de produção atualmente.

A gente chegava na casa do nosso povo no campo, das nossas famílias, a maioria do povo comprava cebola verde no mercado da cidade. Tinha o desânimo, o desestímulo para plantar o alimento do dia a dia e nem a horta estavam cultivando mais, com a ilusão da propaganda de que tinha que se investir na tecnologia. Na nossa região por exemplo, do café, há a propaganda que do café você comprava tudo e ainda sobrava dinheiro, o que é uma grande mentira, uma grande ilusão, mas isso tinha levado o nosso povo a pensar assim. Agora não, com essa questão do espaço de venda do Mercado e de alguma outra política pública importante, como o PAA e o PNAE, a maioria das nossas famílias já voltaram a fazer sua horta, produzir seus alimentos básicos, começou a arrancar café para plantar verdura, plantar banana, plantar aipim, plantar abóbora, melancia, enfim, então isso vai fazendo com que ela começa aos poucos a se libertar da dependência do mercado tradicional, de comprar tudo. O Mercado Popular está sendo muito fundamental no processo da família recuperar sua Soberania Alimentar (ENTREVISTA 1).

Segundo os dirigentes, as famílias da base relatam que se sentem mais valorizadas na medida em que voltam a consumir o próprio alimento, não precisam mais buscar por alimentos básicos na cidade, resgatando assim sua autonomia. Além também da dimensão econômica, pois as famílias, na medida em que não mais compram nos mercados convencionais, e quando compram, consomem alimentos de outras famílias camponesas

diretamente no Mercado Popular, também acabam de forma indireta gerando renda, não ficando mais dependentes da renda do café para adquirir os demais alimentos.

Para além dos objetivos ligados a comercialização de forma mais objetiva, nos chama atenção o ideal de propaganda de uma proposta política, como é o Plano Camponês, que se espera que o Mercado Popular venha a atender, por parte do movimento social.

Para os camponeses, o Mercado funciona como um referencial comercial, mas também de formação política, e para o proletariado e para as classes urbanas, ele funciona como esse laboratório onde as pessoas vão adquirindo formação política sobre o campesinato, como funciona o campesinato e de como poderiam ser os processos de comercialização a nível e mundo. [...], em outras palavras, vender a proposta de uma sociedade diferente a partir da produção, da comercialização e da organização dos camponeses com outras categorias, com outras classes, trabalhadores e trabalhadoras urbanos (ENTREVISTA 04).

Então não apenas o Mercado Popular se coloca como um instrumento para gerar renda para as famílias, mas com ela o MPA espera dialogar com a sociedade de São Gabriel da Palha e da região noroeste, colocando-se como um instrumento de disputa política de hegemonia, de disputa da opinião pública onde o agronegócio do café possui o controle dos meios políticos institucionais e também o controle da economia dessa forma o Mercado Popular se coloca enquanto propagandeador da diversificação, da agroecologia e da manutenção do campesinato na terra, no território onde o agronegócio impõe ao menos há 50 anos seu modelo de produção, venda e consumo às famílias camponesas.

Porém, como em toda a sociedade capitalista, experiências populares, mesmo que exitosas, lidam no movimento da realidade com as contradições e os desafios que o modelo coloca, e a partir de dados do Mercado Popular e de entrevistas as famílias camponesas vamos procurar desvendar essas contradições e seus possíveis caminhos de superação.

4.3 Caminhos e contradições do Mercado Popular de Alimentos

Como uma iniciativa construída desde seu princípio com o cuidado de ser uma experiência autônoma do campesinato, o Mercado Popular de Alimentos, com sua característica pioneira, encontra no seu trajeto de 2011 para cá contradições que o modelo de produção estabelecido na região noroeste lhe impõe. Esse modelo tem arquitetado e construído uma lógica que, independente das vontades individuais, foi se legitimando

socialmente a partir da classe dos capitalistas com seus instrumentos de Estado, que disponibilizam de mecanismo econômicos para pressionar para cima, a extração de altas taxas de lucro que são apropriadas principalmente através da renda da terra camponesa, e também de outros mecanismos sofisticados e que atuam de forma indireta para transferência da renda camponesa.

O MPA foi fundado nessa região, sendo inclusive fruto dessas contradições, e numa relação dialética, nasceu lutando pelo crédito, que possibilitaria a produção para o camponês, porém percebeu que o crédito os amarrava ainda mais aos pacotes tecnológicos que propagam a permanência da dependência do camponês a esse mesmo modelo de acesso ao crédito e dos pacotes tecnológicos, que se constituem como mecanismos centrais para a extração da renda da terra.

Sob as bases da classe política que explora o campesinato não apenas pelo controle da propriedade, mas pelo controle indireto da produção na terra - *a classe mercantil* - com o controle da produção da mercadoria e da circulação dessas mercadorias, com as cooperativas e os galpões que cumprem papel atravessador, o MPA sabiamente pensou uma atuação nesse ponto cirúrgico para o capitalismo na região, a comercialização e a circulação dos alimentos produzidos pelo campesinato.

Mas como atuar nessa contradição tendo como base famílias produtoras do café conilon, “cooperadas” com o maior atravessador da região noroeste e “associadas” ao banco que exerce por meio do crédito o controle da produção e circulação? Como estimular a produção de alimentos que não sejam mercadorias? É claro que o enfrentamento real a esse modelo não se dá apenas no campo da produção de alimentos e muito menos que o Mercado Popular de Alimentos sozinho terá capacidade de superar esses limites, sendo o único catalizador desse processo junto as famílias camponesas na base, mas observaremos como esse importante instrumento pode potencializar ainda mais essa resistência camponesa.

Foram visitadas e entrevistadas famílias camponesas em São Gabriel da Palha, a ampla maioria, mas também em Águia Branca e Vila Valério. De forma não intencional, a maior parte das famílias entrevistadas encontram-se no *ranking* das famílias que mais comercializam alimentos no Mercado Popular, e ambas, salvo uma exceção, participam do Mercado Popular de Alimentos desde sua concepção, dessa forma pudemos dialogar com camponeses e camponesas que tem pertencimento ao processo político do Mercado.

Salvo uma “exceção”, que vale a pena mencionar: é uma família camponesa em processo de *recampenização*, pois a um ano atrás estavam na cidade, uma delas trabalhando no transporte público, e atualmente estão entre as principais vendedoras de *Broti* no Mercado Popular, o que não é pouca coisa se tendo apenas dois hectares de terra. Mas a maior parte das demais famílias entrevistadas possuem renda anual (2016-2017) oriunda do Mercado Popular na casa dos 7 aos 30 mil reais.

São pilares de sustentação fundamentais para o Mercado Popular de Alimentos, e foi consenso tanto entre os que mais vendem quanto os que menos vendem (estão fora do “*ranking*”), que a renda que geram pelo Mercado também é fundamental para suas vidas no campo, em especial, como foi citado mais de uma vez, em períodos de fim das políticas públicas e de ciclo prolongado de estiagem, que provocou queda na colheita do café.

O Mercado é o local onde vendemos a maior parte dos nossos produtos, nesse período sem o café se não fosse o Mercado não saberíamos nem como teríamos nos virado (ENTREVISTA 06);

O Mercado garante uma renda, é a aposentadoria, com a seca o Mercado com as feiras são quem segurou a renda (ENTREVISTA 07).

A partir das citações, podemos debater alguns pontos: o primeiro, que é um ponto positivo, é que para os camponeses, de fato as vendas do Mercado Popular contribuem na melhora da qualidade de vida e geração de renda no campo, que é uma demanda real e um dos objetivos cruciais de criação do Mercado Popular.

O segundo ponto, ainda positivo, é que a produção de alimentos dos camponeses que vai para o Mercado Popular também acaba indo para outros espaços alternativos de comercialização direta, sejam as feiras livres locais ou as feiras organizadas pelo Movimento por meio da CPC, o que possibilita a organização da produção de forma mais geral, pelos instrumentos internos de cooperativa ou associações, criando assim uma rede de influência e de comercialização do movimento com a sociedade.

Enviamos quiabo, couve, cebola, pimentão, alface, inhame chinês, para o MPA: Mercado Popular, PAA, PNAE e as feiras em Vitória, da CPC. A maior parte da produção vai para o movimento, por que para o supermercado ia só aipim, jiló e maxixe (ENTREVISTA 08).

Enviamos produção para o Mercado Popular desde o dia que abriu, mandamos café bourbon, conillon, tripinha, biscoito, pimenta, bolo de aipim, conservas, doces, mais de 20 produtos. Entregamos nas duas feiras que

fazemos em São Gabriel e Vila Valério, e para o MPA de Valério que ainda acessa o PAA e o PNAE. Mas há produtos que não passam no PAA, como o *Broti*, mas que enviamos para a merenda escolar e para o Mercado, as verduras vão mais para a feira, para o Mercado mais as conservas, o *Broti*... (ENTREVISTA 09).

Figura 10 – Plantio do café “*Bourbon*” – Vila Valério – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 11 – Pó de café, doces e compotas de agroindústria caseira – Vila Valério – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Dessa forma podemos perceber que a produção do Mercado Popular é integrada ao MPA por meio do setor de produção do movimento, com base no Eixo Estruturante dos Sistemas Camponeses de Produção, no Plano Camponês. O Mercado Popular vem se constituindo nos últimos anos enquanto a locomotiva da produção do MPA no Noroeste capixaba, principalmente a partir do esvaziamento das políticas públicas. Embora o Mercado em si não constitua uma entidade jurídica do Movimento, é a partir de seu acúmulo organizativo da produção, e se fazendo utilizar de outros instrumentos institucionais como a CPC, que o MPA tem dado saltos na distribuição de alimentos, como as dez feiras camponesas auto organizadas que tem sido realizada na região metropolitana, as vendas pela internet, a organização de cestas em datas comemorativas, como o “Natal sem Agrotóxicos” ou a cesta do dia dos pais.

A partir do Primeiro Congresso Nacional do MPA em 2015 em São Bernardo do Campo – São Paulo, e das articulações feitas com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, nos anos de 2016 e 2017 o MPA enviou remessas de caminhões com alimentos para São Paulo

e Rio de Janeiro, a base de organização dessa produção foi a estrutura do Mercado Popular de Alimentos. Nesse sentido o MPA tem conseguido implementar cada vez mais na prática, a integralização da sua produção com base nos Sistemas Camponeses de Produção.

Retornando as questões relativas as entrevistas 06 e 07, o terceiro ponto que merece análise mais a fundo, é que estamos falando de famílias em processo avançado de geração de renda por meios alternativos, e que geram renda de um a três salários mínimos por mês exclusivamente com suas vendas no Mercado Popular. Essas famílias, em cálculo geral, foram responsáveis juntas, no ano de 2017, por quase 45% das vendas do Mercado Popular. Esse ponto é extremamente positivo, porém essas famílias afirmaram que o café segue sendo o carro-chefe principal de suas colheitas, quando não, foi mencionada a centralidade da Pimenta-do-reino, outro importante *commoditie* que há alguns anos tem chegado na região, a partir de uma alta de preços.

Em 2017, das 165 famílias que comercializaram sua produção no Mercado Popular, 102 famílias não alcançaram o valor de um salário mínimo anual, totalizando na venda geral do Mercado, apenas 8% das vendas. Se as famílias mais beneficiadas pelo Mercado Popular de Alimentos têm dificuldades de se desvincular do café e de outras commodities para sua geração de renda, essas famílias que juntas não vendem um salário mínimo anual no Mercado, possuem em seu horizonte qual perspectiva real de resistência e superação ao pacote da Revolução Verde? É possível estimular essas famílias, com o Mercado Popular de Alimentos, a superarem o volume atual de vendas e cultivar mais alimentos, ampliando a resistência contra o agronegócio na região?

Resgatando o objetivo geral dessa pesquisa, “analisar o Mercado Popular de Alimentos enquanto instrumento para a organização da produção e da comercialização camponesa” percebe-se aí um vácuo no que diz respeito a organização da produção, justamente no que tange a organização. O Movimento tem o seu principal pilar de sustentação nas famílias camponesas inseridas nos Grupos de Base formados nas comunidades rurais. Os Grupos de Base são formas organizativas utilizadas por outros movimentos camponeses no Brasil e no mundo, por que possibilitam a atuação em coletivo, a vida em grupo e o resgate dos valores e da cultura camponesa, com a vida em comunidade, o sistema de parcerias, trocas, mutirões e outras formas de relação e convivência camponesas.

No MPA essa forma organizativa foi utilizada em seu nascimento inclusive para potencializar e dar intenção política no acesso aos PRONAFs, contudo esse trunfo não é

utilizado na organização da produção do Mercado Popular. As famílias entregam suas produções no Mercado Popular de forma aleatória na medida em que suas vendas acontecem, o que pode variar conforme o mês do ano e conforme as safras de culturas que são temporárias. Esse sistema de abastecimento possibilita que poucas famílias vendam altos volumes de quantidade, e que outras vendam muito pouco, que é a ampla maioria. Para essa ampla maioria, que o Mercado Popular não assume a centralidade da produção, e agora sem as políticas públicas, o agronegócio do café conillon na região tende a ser o destino central, mesmo com os monopólios, o achatamento dos preços, e o uso intensivo dos pacotes tecnológicos, pois há um sistema bem mais amplo montado para o incentivo dessa cultura em forma de mercadoria.

Essas famílias estão inseridas nos mais de 100 grupos e base que o Movimento tem em São Gabriel da Palha e em toda a região Noroeste, mas sua produção passa por fora da organização política. Os Eixos Estruturantes dos Sistemas Camponeses de Produção afirmam a necessidade do desenvolvimento de estruturas coletivas que estimulem a transição agroecológica, a diversificação e a integração da produção, e que devem estar a serviço das famílias, das comunidades e dos territórios (Plano Camponês, 2012).

O Plano Camponês afirma inclusive que estas estruturas devem estar inseridas dentro das comunidades, para possibilitar o real acesso das famílias. Os grupos de base não seriam o principal instrumento, já consolidado, para possibilitar esse avanço na organização da produção? A coordenação e gestão do Mercado Popular tem o pleno controle dos alimentos mais e menos vendidos, em quais épocas do ano são produzidos, quem as produz e de que forma, o retorno financeiro que propiciam e etc. Algo fantástico analisando sob a perspectiva de auto-gestão de um mercado autônomo que compete diariamente com os mecanismos do capital. Tendo esse nível de controle sobre a gestão e a informação, a utilização dos Grupos de Base enquanto processo organizativo para potencializar as vendas, e melhor distribuir a renda interna gerada pelo Mercado Popular, poderia ser, em tempos de fim de políticas públicas, um catalizador ainda mais forte da transição agroecológica e da diversificação da produção, fortalecendo a resistência e o enfretamento ao modelo do agronegócio do café conillon.

Se atualmente o setor de produção do MPA tem tido no Mercado Popular sua locomotiva para novas iniciativas, organizando a produção de forma integrada, a política do movimento, os grupos de base, não deveriam passar de fora desse processo, ficando a decisão de aderir ou não a esse mecanismo de venda, exclusivamente por conta das famílias. O movimento pode estimular ainda mais esses processos produtivos com a organização da

produção via os Grupos de Bases, ampliando assim o controle dos territórios frente ao agronegócio da região, e estabelecendo metas mais ousadas de produção agroecológica, sistematizando a produção e reduzindo aos poucos a dependência do café ou outras *commodities*.

Em relação ao agronegócio do café, seu enfrentamento é mais complexo, não ficando a cabo apenas do Mercado Popular a possibilidade de fazer frente a este modelo, mas o MPA já mostrou com a concretização da microusina de beneficiamento de cana, que produz a cachaça orgânica Crioula, que é possível se inserir em um setor da agroindústria hegemônico pelo capital, fazer a disputa desses mercados, de forma diferencial. Então, se toda família de Grupo de Base do MPA destina parte de sua propriedade e de seu tempo cultivando café, por que não parte dessa produção ser comercializada também pelo MPA? Mesmo que não seja agroecológico, é café camponês, que pode fortalecer o campesinato se inserido em mercados pelas mãos da organização da classe camponesa.

Figura 12 – Experiência de agroindustrialização de massas a partir do Mercado Popular de Alimentos – Vila Valério – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 13 – Experiência de agroindustrialização de massas a partir do Mercado Popular de Alimentos – Vila Valério – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Figura 14 – Experiência de agroindustrialização de massas a partir do Mercado Popular de Alimentos – Vila Valério – 2018



Fonte: Fotografia tirada por Heider Boza em campo, entre os dias 30/01 a 02/02/2018.

Outra questão também nos chama a atenção a partir do relato das famílias camponesas, no que diz respeito a transição agroecológica e a Soberania Alimentar. Na entrevista com cinco famílias do Grupo de Base da comunidade de General Rondon em São Gabriel da Palha, foi dito de forma conjunta que se alimentam dos produtos que enviam ao Mercado e

que há culturas que se já se alimentavam antes, porém não comercializavam, e que a produção sempre foi cultivada sem veneno. Há outros relatos que vão na mesma linha de pensamento:

Até hoje nos alimentamos das nossas produções, quando enviamos para os supermercados, plantávamos na área separada, mas hoje é tudo junto. A partir do surgimento do movimento a gente foi cultivando mais tipos de alimentos, vários tipos de produção que não tínhamos, como o inhame, que tinha, mas era muito pequeno, atualmente chego a colher até 2 mil quilos do inhame. O Movimento incentivou a comunidade a não usar veneno, eu nunca usei, nem meus vizinhos, mas muita gente usava (ENTREVISTA 08).

A gente come o que a gente planta e vende. Estamos aqui no MPA desde quando era com o sindicato, separou se não me engano em 2004, 2005, mas esse hábito de plantar diversificado vem da família. Nunca usamos agrotóxicos, desde meus avós, atualmente tem alguns familiares que usam, mas nós nunca usamos (ENTREVISTA 09).

Podemos identificar nas falas que o Mercado Popular de fato garante renda, estimula a diversificação e garante a comercialização de culturas que não se enquadram nos padrões do mercado capitalista, mas as falas também nos mostram que embora o Movimento seja um instrumento de estímulo e manutenção a transição agroecológica e a Soberania Alimentar, o Mercado em si não garante esse processo, pois o que fica explícito é que as famílias que comercializam em grandes quantidades no Mercado Popular, não adentraram na agroecologia por conta única e exclusivamente do Mercado, nos parecendo justamente o contrário, que essas famílias só estão hoje liderando as vendas do Mercado Popular pois já vem de uma história construída na questão da produção sem agrotóxicos, o que, consequentemente, mas não necessariamente, se desdobra também no auto consumo de seus alimentos, como pode ser lido na entrevista 08.

Por fim, para podermos identificar de fato o papel do Mercado Popular de Alimentos não apenas na condição concreta das famílias camponesas de forma individualizada, mas também na realidade concreta das relações sociais de produção em São Gabriel da Palha e na Região Noroeste, resgataremos algumas análises da exploração camponesa de Armando Bartra Vergés, que afirma que o camponês transfere seu excedente por meio do intercâmbio desigual, que se materializam de formas diferentes e que se complementam.

No momento da venda de sua produção, por exemplo, que não entra no mercado capitalista de forma diferenciada dos produtos do mercado agroalimentar. “O que distingue o camponês de outros vendedores não é o valor de uso específico do que ele vende, mas o valor de troca peculiar de sua mercadoria” (VERGÉS, 2011, p. 24). Dessa forma, ao se confrontar com as demais mercadorias no mercado capitalista, a produção camponesa se torna uma

mercadoria, e sua mais-valia acumulada e não necessariamente realizada em mãos camponesas, irá se realizar nas mãos do capitalista que compra suas mercadorias. Isso em São Gabriel pode ser notado no mercado do café conillon, plantado por camponeses, mas vendido por empresas do ramo agroalimentar, ou no caso das redes de supermercados que compram diretamente das mãos dos camponeses, sem necessariamente perpassar pela intermediação do Estado via CEASA.

Outra forma de intercambio desigual é que o camponês não só vende, mas compra meios de vida no mercado capitalista, então o capitalista se apropria da renda camponesa não como comprador ou atravessador, mas como vendedor de meios de produção. Na medida em que o camponês necessita adquirir meios para ampliar sua produção, ou até para manter estável sua produção no mercado concorrido com as grandes fazendas e empresas, o camponês se dispõe a pagar por maquinário por exemplo, taxas muito mais altas do que as pagas pelos capitalistas, acima do lucro médio. O critério, no limite, para que o camponês se submeta a essa forma de exploração, é sua autossobrevivência, a manutenção da sua unidade produtiva.

Por último, Vergés (2011) afirma que o intercambio desigual também se dá na hora em que o camponês compra bens de consumo, produtos não duráveis, no mercado capitalista, onde ele novamente é explorado por preços elevados, bem acima da taxa média de lucro e tido como o aceitável em outras realidades. Vergés dá o exemplo do assalariado urbano, em que seu salário é calculado pelo preço para manutenção de seus meios de vida, para que sobreviva e volte a trabalhar, logo, as mercadorias que consome e necessita estão, no limite, enquadradas dentro do preço do salário, como é o caso da cesta básica, do aluguel e etc... Esse é o preço da mercadoria trabalho. Entretanto, o camponês não pode transferir o preço de seus meios de vida para o comprador de sua “mercadoria trabalho”, o camponês não possui salário, pois em seu caso, produtor e consumidor são o mesmo sujeito, então ele acaba pagando valores mais altos por mercadorias não duráveis. Os supermercados que atuam nessas regiões de forte presença camponesa obtêm lucros extraordinários dessa forma.

Em síntese, Vergés afirma que a chave da exploração camponesa está numa ligação direta e dialética entre produção e a comercialização. Então, na medida em que o camponês não pode impedir que um capitalista adquira sua colheita, mesmo com preços abaixo do preço da produção, sob o risco de afetar sua subsistência, e na medida em que a exploração do trabalho camponês é consumada quando seus produtos entram nas relações de circulação

capitalista, a iniciativa do MPA de construir um Mercado Popular de forma autônoma em São Gabriel da Palha, se demonstra acertada.

Sabendo dos limites de incidência do MPA e do Mercado Popular de Alimentos na realidade concreta do mercado capitalista, atuar sobre uma parte da exploração, que é a circulação das mercadorias, não resolve por completo essa questão da exploração da renda camponesa, mas altera o fluxo da transferência da renda e dos mecanismos de intercâmbio desigual, pois parcelas maiores do custo da produção ficam em mãos camponesas, mantendo seu valor real de produção, e sua mais valia ainda não realizada, fica para a manutenção do próprio Mercado Popular, a auto sustentação de sua estrutura, dos trabalhadores e etc.

Mesmo que o Mercado Popular não seja a fonte única de venda da produção camponesa das famílias da base do Movimento, os valores, acima da taxa média que seriam pagos pelos capitalistas da região, influenciam em todo o restante da manutenção da unidade produtiva, pois essa renda, que virá a ser transferida de uma forma ou de outra para as mãos capitalistas, possibilita, no plano concreto, melhor posicionar o camponês, na hora de adquirir maquinários ou ferramentas, e bens de consumo não duráveis, que seriam momentos complementares de transferência de renda.

A renda maior, que virá a ser transferida em outro momento, não penalizará tanto a condição de manutenção da realidade camponesa e da unidade produtiva. Então por exemplo, um camponês que comercializa cerca de 20 mil por ano no Mercado Popular, tem possibilidades menores de transferir a totalidade da sua renda na hora de comercializar outros produtos para atravessadores capitalistas ou na hora de investir em estrutura na propriedade, os custos altos pagos, acima das taxas médias, não espoliarão tanto assim sua produção, e seu trabalho será menos explorado. Claro que essa relação aumenta ou diminui conforme sua escala de venda no Mercado Popular ou em outros meios alternativos, dessa forma, como pudemos observar em algumas famílias entrevistadas, que vendem grande parte de sua produção por instrumentos constituídos via MPA, essas famílias sem dúvida transferem menos renda para capitalistas, essas famílias têm maior autonomia sob o fruto de seu trabalho, e a mais-valia que transferem, em menor escala, podem fortalecer ainda mais esses instrumentos.

A contradição, o limite, está justamente no número de famílias que comercializam em grandes quantidades no Mercado Popular, como já analisado, poucas famílias vendem muito, e muitas vendem pouco, e há ainda muitas famílias, organizadas nos Grupos de Base da

região, que sequer tem o Movimento como via principal de escoamento de sua produção, já que, concentram sua renda nas commodities da região, como café e pimenta-do-reino, e esses produtos ainda não foram absorvidos pelo Movimento.

Nesse contexto de fim de políticas públicas, o MPA, do ponto de vista de disputar com o agronegócio na circulação das mercadorias, incidindo sob parte do intercambio desigual, tem agido corretamente ao ir organizando de fato um Sistema Camponês de Produção, com instrumentos como a CPC e a APAAGES, e com meios como o Mercado Popular e as feiras livres, porém, a superação e parte dessas contradições, dentro dos limites em que cabe a atuação do Movimento é claro, não se resolvem na economia, não se resolvem apenas na tentativa da organização produtiva:

A zona de mercado capitalista onde é realizado a transferência do camponês está sujeita a uma legalidade excepcional, pois nela os valores de produção não operam como reguladores. A faixa de mercado camponês é marcada pelo intercambio desigual. Os capitalistas vinculados a intermediação com os camponeses tem em suas mãos a totalidade do excedente camponês e nenhum mecanismo puramente econômico pode obriga-los a conservar somente a quota média de lucro e ceder o restante a um “fundo comum” (VERGÉS, 2011, p. 55).

A citação deixa claro que mesmo entre os capitalistas não há forma direta, no âmbito econômico, de controle sob os capitalistas que agem sob a produção camponesa, por isso se constituem nesses territórios, o que Bartra chama de “caciquismo”, que são instrumentos de controle jurídico, político e ideológico, que atuam sob essas regiões de atuação capitalista monopólica sob as unidades camponesas formalmente independentes, mas espoliadas, por meio de intermediação (2011, p. 57).

Esse caciquismo procura exercer influência, na política, sob mecanismos econômicos, ou seja, também não será atuando apenas na economia, na circulação da produção camponesa, que o MPA conseguirá romper em maior escala com os mecanismos de transferência de renda, é necessária atuação política na região, para influir no controle do território. Essa atuação política para dentro não pode passar por fora da própria política do movimento, que é sua auto-organização nos Grupos de Base. Mesmo dando resultados positivos, a forma espontânea de comercialização no Mercado Popular como vem sendo feita desde sua fundação, não potencializa a disputa e a redução dos mecanismos de intercambio desigual, se não houver uma atuação intencional sob a organização da produção das famílias, distribuindo melhor entre elas, pela política, a possibilidade da manutenção da renda, que passa não só pelo

aumento do número de famílias comercializando pelo Mercado Popular, mas também pela melhor distribuição interna dessas vendas, entre as famílias, e delas com a organização, que nesse momento, é o único agente possível de manter e abrir novos mecanismo de comercialização alternativa.

Bartra diz que nessas regiões, a principal forma de combate ao caciquismo é a intermediação da produção, que atualmente é feita pelos capitalistas do mercado agroalimentar, pelo capitalismo de Estado. Nesse sentido, a atuação política do Movimento em exigir que o Estado assuma parcelas de responsabilidade e de custos com esses mecanismos de comercialização autônomos, se mostra correto, pois, em face aos lucros extraordinários obtidos por esses intermediários no total da exploração dos camponeses, pressionar que o Estado assuma custos, também diminui ou altera o vetor de transferência da renda camponesa, que deixa de ir para o agronegócio e passa a ficar mais em mãos camponesas, ou vai para o próprio Estado, que pode repassá-la em forma de políticas públicas, como foram o PAA e o PNAE.

Diante dos acertos do Mercado Popular de Alimentos e dos desafios colocados pela conjuntura política e econômica, concordamos com a reflexão feita pela liderança do MPA que comercializa parte de sua produção no Mercado desde sua fundação e 2011:

O Mercado Popular como uma ferramenta que ainda precisa ser muito usada nos próximos anos, vai contribuir muito no estímulo da aplicação do Plano Camponês, que é o plano que nós de fato achamos que vai dar um novo rumo na produção para o campesinato brasileiro. É como se o Mercado na nossa região fosse um farol, que não apaga, e o combustível desse farol é a consciência da diversidade, da diversificação da produção nas pequenas propriedades. Estamos atravessando uma forte crise hídrica na região, e é o período onde o Mercado tem tido um êxito maior, não temo água, não temos produção em monocultivo, mas temos a maior produção de alimentos do momento, isso mostra que as pessoas estão vendo no Mercado Popular a possibilidade de eles crescerem na diversidade do processo, ou seja, é o momento de se colocar ainda mais combustível nesse farol (ENTREVISTA 04).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os dois breves anos de desenvolvimento dessa pesquisa, entre a elaboração do projeto e sua aprovação, em setembro de 2015, até sua conclusão, em maio de 2018, muita coisa se modificou na política brasileira, na realidade e nos desafios dos movimentos populares, e muitos caminhos que vinham sendo traçados pelo MPA, também tiveram que se re-fazer na história atual.

Esses fatos também impuseram a essa pesquisa adequações, para que, sem alterar o central do projeto, se mantivesse na perspectiva de se manter útil, tanto ao pesquisador quanto ao sujeito pesquisado. Desse modo foi um desafio manter o rumo correto da trajetória em tempos tão turbulentos, em que conjuntura vira frequentemente e coloca desafios novos em cima dos temas pesquisados.

A readequação dos objetivos específicos, e até mesmo a reescrita do objetivo geral, sem alterar o problema da pesquisa, principalmente após a banca de qualificação, foram fundamentais para o avanço final na busca pelas respostas apresentadas.

A construção da metodologia, no capítulo um, foi complexa, pois no decorrer da dissertação, questões estruturais e mudanças dificultaram sua implementação, mas que se manteve correta, pois foi possível construir a metodologia a partir do método marxista do materialismo histórico-dialético, com muitas idas a campo, confrontando a teoria da geografia e da economia política, com as contradições da realidade. Foi possível estabelecer a relação dialética entre os avanços e retrocessos da conjuntura, e as reações que iam se dando no campo prático, no próprio processo de organização interna do setor de produção do movimento, das instâncias e do funcionamento do Mercado Popular de Alimentos.

A expectativa de construção compartilhada, sempre dialogando com os objetivos da pesquisa e as demandas do movimento também se mostrou possível. O resultado pode ser percebido no desenvolvimento dos capítulos seguintes, em especial na construção da história local da resistência camponesa, base de surgimento do MPA na década de 1990, que era um dos objetivos específicos, e também na análise dos Mercado Popular.

O capítulo dois também foi esclarecedor no sentido de como se comporta o campesinato em seu processo histórico de resistência, enquanto classe, e de como essa resistência de classe pode se dar na esfera da produção e da comercialização dos produtos

agrícolas, esfera essa que a economia política nos mostrou ser bem apropriada pelo capital, no controle da mercadoria e na extração da renda da terra camponesa, com complexos mecanismos de transferência de renda na atualidade. Esses mecanismos de transferência de renda puderem ser bem visualizados na realidade da região e nos sujeitos da pesquisa.

Em suma, nos capítulos dois e parte do três, foi aberto a possibilidade de análise e de compreensão, de que campesinato temos no noroeste do Espírito Santo, qual seu leito histórico, que reflete nas ações atuais, e de como age o sistema capitalista na apropriação da produção e da cultura desse sujeito.

A compreensão da realidade local a partir das lideranças camponesas, suas visões da história, não necessariamente contadas em livros, ajudaram a revelar questões atuais que não poderiam ser compreendidas por boa parte das fontes escritas que temos nos meios acadêmicos.

O Mercado Popular de Alimentos de fato se mostrou algo grandioso, muito mais do que apenas um mercado de venda de produtos agrícolas, é a materialização de um projeto político, constatação que em nada ameniza os desafios ou contradições a serem enfrentadas, pelo contrário, só aumenta o compromisso e o cuidado com esse instrumento, que possui significado histórico.

Apesar de inovador, o Mercado Popular carrega a “genética” da luta camponesa brasileira, tem elementos da história das experiências de comercialização camponesa no mundo, elementos desenvolvidos apenas em experiências socialistas, por exemplo, como a autogestão de todo o processo, do plantio até a venda final. Porém sem o apoio do Estado de Economia Planificada, como em Cuba, Nicarágua ou na União Soviética.

Aí cabe a análise de que, organizar e manter um Mercado Popular nesses moldes, no oceano do agronegócio do café, e ousar sua construção de forma independente, é um desafio que tem preços, pois enfrenta formas de dominação e de exploração bem específicas do capitalismo no campo, agindo em cima de mecanismos de transferência de renda, e nesse sentido, a construção do Mercado Popular está correta.

A questão que fica em aberto é que, como o Mercado Popular pode dialogar com os demais instrumentos de comercialização camponesa do MPA, e ambos somarem uma estratégia comum de transformação social, e a estratégia de fortalecimento do movimento social, não se limitando apenas a estratégias de comercialização que podem culminar em fins economicistas, como eram as grandes cooperativas criticadas pelos clássicos da questão

agrária. Esse ponto é central, pois se o Mercado Popular, mesmo funcionando a plenos pulmões, tiver o fim em si mesmo, tende a ser absorvido por nichos de mercado e se tornar apenas um viés da comercialização capitalista, como são hoje muitas iniciativas em torno dos orgânicos, ONGs, associações e outros.

Os objetivos em torno do Mercado estão bem delimitados, mas é na sua execução prática que os desafios emergem e as contradições aparecem, e são justamente nessas contradições, como o economicismo e o fim em si mesmo, que a apropriação do capital pode se dar. Para isso é necessário sempre o desafio do estudo das experiências da classe trabalhadora e camponesa, com base no materialismo histórico-dialético, para dar método e cientificidade a iniciativa, e não perde-la nos rumos, que é bem simples de acontecer tendo em vista que é uma proposta que vai contrário ao sistema

Coloco essas questões na perspectiva de ampliação do debate, tendo em vista que os demais objetivos do Mercado vêm sendo parcialmente alcançados, e essa parcialidade se dá justamente por que se não houver uma estratégia maior traçada e aprofundamento da organização, a experiência pode estagnar ou recuar na conjuntura adversa.

Por fim, conhecer a fundo essa experiência só reforça como é possível sim, a classe trabalhadora, criar e exercer sua criatividade, e resistir de forma diferenciada às imposições do capital. E como iniciativas como essa, ousada nos tempos atuais, precisam ser analisadas, conhecidas e irradiadas, pois de fato, podem melhorar as condições de vida do povo, ao mesmo tempo em que podem estimular a politização, e acima de tudo, mostrar que outro projeto de sociedade, feito a partis do povo, da base, é sim possível e necessário.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1990.

A cronologia do Desenvolvimento Agrário no Governo Provisório do Michel Temer. <http://frenteampdaspd.redelivre.org.br/2016/07/02/a-cronologia-do-desenvolvimento-agrario-no-governo-provisorio-de-michel-temer/> Acesso em 07 de agosto de 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura Camponesa e Soberania Alimentar**. Revista NERA, ano 13, nº16. Pág. 22-32. Presidente Prudente, 2010.

BOLETÍN NYÉLÉNI, nº 27, setembro, 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de; MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Coleção História Social do Campesinato brasileiro**. A apresentação à coleção. São Paulo; Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. In: Stédile, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. Outras Expressões. São Paulo, 2016. p. 153 – 218.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidade económica campesina**. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires, 1974.

CONCRAB. **O cooperativismo no movimento marxista**. Caderno de experiências históricas em cooperação nº 2. São Paulo, CONCRAB, 2000.

CONCRAB. **As experiências clássicas de cooperação agrícola**. Caderno de experiências históricas em cooperação nº 3. São Paulo, CONCRAB, 2001.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. **Campesinato**. In: Stédile, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. Outras Expressões. São Paulo, 2016. p. 23 – 34.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2010.

DELGADO, Guilherme et al. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília, 2005. Disponível em <www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1145.pdf> Acesso em 01 de agosto de 2016

Em defesa do Programa de Aquisição de Alimentos.
<http://frenteampdaspd.redelivre.org.br/2016/07/03/em-defesa-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos/> Acesso em 07 de agosto de 2016.

FELICIO, Jorge Munir. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um Estilo de Pensamento na Questão Agrária**: O debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Território Camponês**. Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Via Campesina**. Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular, 2012.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. Estação Liberdade. São Paulo, 1998.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio. **Movimento dos Pequenos Agricultores**. Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular, 2012.

GRISA, Catia et al. **Contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. Revista Agriculturas, v. 8, n.3. Setembro de 2011, Rio de Janeiro.

GRISA, Cátia; TRICHES, Rosane Maria. **Entre mudanças e conservadorismo**: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3569/2904> Acesso em 01 de agosto de 2016.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles. **Sobre a evolução no conceito de Campesinato**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola. São Paulo, 2004.

ITERRA. **O MST e a pesquisa**. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. Veranópolis, 2001.

ITERRA. **II Seminário Nacional “O MST e a pesquisa”**. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. Veranópolis, 2007.

KAISER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo**. Boletim Paulista de Geografia nº 84. São Paulo: AGB, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3.ed. Proposta Editorial. São Paulo, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **El Materialismo Dialéctico**. Elaleph.com. 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Volume 1. 3. ed. Nova Cultural. São Paulo, 1988.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cooperativas de consumo e produção**. Discursos de Lênin. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/discursos/cooperativas.htm> Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

LUCCI, Pedro Henrique Gomide. **Geografia dos Alimentos no Espírito Santo**. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo, Expressão Popular. 2º edição, 2008. Págs 237-272.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Expressão Popular. 2009.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo**. Do neolítico à crise contemporânea. Editora UNPESP, São Paulo. NEAD, Brasília, DF. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 24ª edição, 2009.

MPA. **Plano Camponês.** Da agricultura camponesa para toda a sociedade. 2012. Disponível em: <www.mpabrasil.org.br/download/file/fid/737> Acesso em: 14 de Julho de 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, Jaime Bernardo. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo:** estudos comparativos entre os domínios da pecuária do extremo norte e as de pequena propriedade no centro-sul. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo. FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da Agricultura Brasileira.** XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes do campo brasileiro.** In Carlos, Ana Fani Alessandri (org.) Novos caminhos da geografia. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Operação Agro-fantasma combate desvios em Programa Fome Zero:
<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2013/09/operacao-agro-fantasma-combate-desvios-de-recursos-do-programa-fome-zero> Acesso em 07 de agosto de 2016.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho:** A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. 1998. 5 v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PAZ, Walmaro. **Quem é Osmar Terra, ministro do Desenvolvimento Agrário e Social.**
<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/14/quem-e-osmar-terra-o-ministro-do-desenvolvimento-social-e-agrario/> Acesso em 07 de agosto de 2016.

Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, DF, 2014.
<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014> Acesso em 07 de agosto de 2016.

SCARIM, Paulo Cesar. **Territorialidades em conflito na construção do espaço agrário capixaba: o desenvolvimento em questão**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: Conceituações e desconceituações – o velho e o novo e uma discussão marxista**. Revista Nera, ano 8, n. 7. Presidente Prudente, Julho/Dezembro de 2005.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1953.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

SOUZA, Ademilson Pereira; PIZETTA, Adelar João; GOMES, Hélder; CASALI, Derli. **A reforma agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade**. Edição do MST. Vitória, 2005.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. 2010. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povosartigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/> / Acesso em: 14 de julho de 2015.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. **Soberania Alimentar**. Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **Renda da Terra**. Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Editora Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **Dois meses de golpe neoliberal: contra o povo e a democracia**. <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/dois-meses-de-golpe-neoliberal-contr-o-povo-e-a-democracia/> Acesso em 07 de agosto de 2016.

TEIXEIRA, Fausto. **Colatina ontem e hoje**. Colatina, Imp. 1974.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os Novos Camponeses**. Leituras a partir do México Profundo.

São Paulo. Cultura Acadêmica, Fundação Editora da UNESP. 2011.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Monica. **Soberania alimentar e territórios camponeses**: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576/2913> Acesso em 17 de junho de 2015. ISSN 1806-6755

ZANONI, Angelo de Souza. **Monopolização e R-Existências**: A educação do campo na territorialidade camponesa no noroeste do Espírito Santo. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2015.